

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

Cristiane Indira Vernes Miglioranza

**CIÊNCIA ABERTA EM DEBATE:**

Uma leitura antropológica a partir de periódicos científicos de Humanidades na  
Coleção SciELO Brasil

PORTO ALEGRE  
**2022**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

Cristiane Indira Vernes Miglioranza

**CIÊNCIA ABERTA EM DEBATE:**

Uma leitura antropológica a partir de periódicos científicos de Humanidades na  
Coleção SciELO Brasil

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientador: Prof. Dr. Arlei Sander Damo.

PORTO ALEGRE  
**2022**

### CIP - Catalogação na Publicação

Miglioranza, Cristiane Indiará Vernes  
CIÊNCIA ABERTA EM DEBATE: Uma leitura antropológica  
a partir de periódicos científicos de Humanidades na  
Coleção SciELO Brasil / Cristiane Indiará Vernes  
Miglioranza. -- 2002.  
105 f.  
Orientador: Arlei Sander Damo.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto  
de Filosofia e Ciências Humanas, Bacharelado em  
Ciências Sociais, Porto Alegre, BR-RS, 2002.

1. Ciência Aberta. 2. Revisão por pares aberta. 3.  
Periódicos científicos. 4. Humanidades. 5. SciELO. I.  
Damo, Arlei Sander, orient. II. Título.

CRISTIANE INDIARA VERNES MIGLIORANZA

**CIÊNCIA ABERTA EM DEBATE:**

Uma leitura antropológica a partir de periódicos científicos de Humanidades na  
Coleção SciELO Brasil

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título  
de Bacharela e aprovado em sua forma final pelo Curso de Ciências Sociais,  
obtendo conceito A.

Porto Alegre, 20 de outubro de 2022.

BANCA EXAMINADORA

---

**Prof. Dr. Arlei Sander Damo**

Orientador

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Departamento de Antropologia

---

**Prof. Dr. Carlos Eduardo Valente Dullo**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Departamento de Antropologia

---

**Prof. Dr. Ruben George Oliven**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho é a culminância de uma trajetória que só se tornou possível pelo envolvimento de várias pessoas, às quais eu talvez não seja capaz de expressar suficientemente minha gratidão. Pode ser que muitas delas nunca se encontrem, mas procurei alimentar cada uma com o melhor que encontrei e recebi de todas.

Meu desejo de retornar aos bancos acadêmicos não teria se concretizado sem a parceria de Thiago Leite Melchiors, companheiro de vida que me apoiou incondicionalmente quando me vi perdida. Agradeço por cada “vai que eu seguro as pontas”, “este é um projeto de nós dois”, “isso é muito importante”, “tu tens que fazer o que acredita”. Sem ti e sem Ozzy Boy, Judith Maria e Fiapo José eu não me encontraria.

Agradeço a Maria Alice, Viviane, José Carlos, Gabriel, Gael e Sandra, mãe, irmãos, sobrinho e tia, por entenderem minhas ausências e por ficarem felizes com minha presença. E, mesmo que não esteja mais entre nós, agradeço especialmente a Sergio Roque, para quem o estudo sempre foi indispensável, “aquilo que ninguém te tira”. Pai, todo o teu esforço e o teu incentivo me fizeram essa pessoa curiosa, para quem a jornada pode ter suas paradas, mas nunca um destino final. *A la pucha!*

Aos queridos amigos-irmãos Francis Neumann e Otavio König por todas as vezes em que estivemos – e estamos – juntos mirando os cataventos da vida.

Meu muito obrigada a Cleonice Leite, Michael Leite Melchiors, Tonio (*in memoriam*) e Eva Timm, sogra, cunhado, tios e queridos apoiadores.

Às e aos colegas do curso de Ciências Sociais e às maravilhosas Sócias nas Sociais: Camila Cavalheiro, Claudia Bueno, Giovana Raupp dos Santos, Lauren Suzana Rodrigues e Tifani Isabelle de Fraga Medeiros. Com vocês, *volvi a los diecisiete después de vivir un siglo*.

A Fabíola Carvalho Leite Peres, amiga trazida pela jornada e que nela permanece estrada afora. Obrigada pelas trocas, pela parceria e pela amizade.

Às e aos docentes do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, em especial aos professores Jean Segata, pelo reconhecimento e incentivo, e José Carlos Gomes dos Anjos, pelas provocações e ensino insurgente.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, à Comissão de Periódicos e ao Programa de Apoio à Editoração de Periódicos (PAEP/PROPESQ/UFRGS), cujo

investimento possibilitou minha profissionalização na área e inserção em um novo campo de estudos.

Às e aos profissionais técnicos-administrativos do IFCH e, com carinho, a Rossana D'Alessandro Kosciuk, Silvio Carlos Goulart e Adão Sérgio Fraga de Oliveira.

Às e aos autores, pareceristas e organizadores de números temáticos de Horizontes Antropológicos pelo privilégio de compartilhar projetos, alternativas e soluções para a construção de uma produção científica qualificada em Antropologia e áreas afins. Às equipes editoriais das revistas dos Núcleos do PPGAS/UFRGS – Debates do NER, Espaço Ameríndio, Fotocronografias e Iluminuras – e, com carinho, aos editores Eduardo Dullo e Pablo Quintero e colegas bolsistas Barbara Jungbeck e Guilherme Sant’Ana pelas trocas e companheirismo na jornada.

Às queridas amigas da Revista Todavía, editada pelo PET Ciências Sociais da UFRGS, Tifani Medeiros e Milena Weber Rodrigues, que se empenharam, junto com nossas e nossos colegas, mesmo com todas as adversidades, para a retomada da publicação de um periódico discente de graduação.

Finalmente e não menos importante, à equipe editorial de Horizontes Antropológicos, minha segunda casa. A minha predecessora Taíse Garcia, pela disponibilidade e ensinamentos. Ao editor-chefe Ruben Oliven, aos editores Ari Pedro Oro e Fernanda Cruz Rifiotis e ao colega Cleber Rocha das Neves pela acolhida e pela segurança de um ambiente de trabalho ao mesmo tempo desafiador e seguro, sempre aberto à inovação e à experimentação. Se não fosse pela revista, não vejo como eu voltaria a acreditar que tornar a exercer o jornalismo é possível. E, especialmente, ao editor Arlei Sander Damo, meu orientador, pela plena confiança no meu trabalho, pela responsabilidade e amizade. Juntos podemos dizer que “seguimos!”.

## RESUMO

O movimento Ciência Aberta (*Open Science*) surge na esteira das iniciativas por Acesso Aberto (*Open Access*) e Arquivos Abertos (*Open Archives*). No Brasil, integra a construção do 5º Plano de Ação no âmbito da Parceria para Governo Aberto (*Open Government Partnership – OGP*), ação internacional da qual o país é um dos membros-fundadores. No ambiente editorial científico brasileiro, tem sido capitaneado pelo SciELO, programa entendido como referência internacional de indexação e de profissionalização editorial. Este trabalho se foca nos discursos e experimentações que envolvem a abertura do processo de revisão por pares em periódicos científicos da área de Humanidades do SciELO. Com base nas noções de paradigma, comunidade científica, justificação e cultura de auditoria e a partir de uma perspectiva etnográfica, analisa debates ocorridos em 2021 e 2022 em parte do ambiente editorial científico brasileiro. Constata as assimetrias existentes entre revistas científicas nacionais e aponta para a necessidade da ampliação das discussões sobre a abertura da ciência e de inserção de atores como as associações científicas e as comissões de periódicos das universidades.

**Palavras-chaves:** Ciência Aberta; revisão por pares aberta; periódicos científicos; Humanidades; SciELO.

## ABSTRACT

The Open Science movement emerges in the wake of the Open Access and Open Archives initiatives. In Brazil, it is part of the construction of the 5th Action Plan within the scope of the Open Government Partnership (OGP), an international action of which the country is one of the founding members. In the Brazilian scientific editorial environment, it has been led by SciELO, a program understood as an international reference for indexing and editorial professionalization. This work focuses on the discourses and experiments that involve the opening of the peer review process in scientific journals in the Humanities area of SciELO. Based on the notions of paradigm, scientific community, justification and audit culture and from an ethnographic perspective, it analyzes debates that took place in 2021 and 2022 in part of the Brazilian scientific editorial environment. It observes the existing asymmetries among national scientific journals and points to the need to broaden the discussions on the opening of science with the inclusion of actors such as scientific associations and university journals committees.

**Keywords:** Open Science; Open Peer Review; scientific journals; Humanities, SciELO.

## LISTA DE ABREVIATURAS

ABA – Associação Brasileira de Antropologia

ABEC Brasil – Associação Brasileira de Editores Científicos

ANPAD – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração

ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

ANPUH – Associação Nacional de História

BIREME – Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde

BOAI – Budapest Open Access Initiative / Iniciativa de Budapeste pelo Acesso Aberto

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONICET - Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas

COS – Center for Open Science

CPDOC/FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getulio Vargas

DOI – Digital Object Identifier System

FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia

IESP – Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Federal do Rio de Janeiro

IMT/USP – Instituto de Medicina Tropical da Universidade de São Paulo

OGS – Open Government Partnership

OJS – Open Journals System

OPR – Open Peer Review

OSF – Open Society Foundations

PCA – Programa da Ciência Aberta

PKP – Public Knowledge Project

PUCSP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

RBA – Reunião Brasileira de Antropologia

SBCS – Sociedade Brasileira de Ciência do Solo

SEER – Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas

SciELO – Scientific Electronic Library Online

TOP – Transparency and Openness Promotion

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

WoS – Web of Science

# SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>13</b>
<b>1. A Ciência Aberta e suas implicações para os periódicos científicos.....</b>	<b>16</b>
1.1 Uma abertura que se inicia com o acesso livre .....	16
1.2 Ciência Aberta: processo em movimento .....	19
1.3 O SciELO Brasil e a promoção da mudança .....	25
<b>2. Pares, paradigma e controvérsias .....</b>	<b>34</b>
2.1 Ciência, comunidade, paradigma e justificação .....	34
2.2 Revisão por pares e autorregulação da ciência .....	42
2.3 O nascimento de um paradigma? .....	46
<b>3. Auditoria, antropologia e etnografia .....</b>	<b>49</b>
3.1 Uma cultura em formação .....	49
3.2 Aspectos fugidios, aversão ao risco e administração científica.....	52
<b>4. Um movimento inexorável .....</b>	<b>59</b>
4.1 A Reunião Anual SciELO 2021 .....	62
4.2 Ciência Aberta nas Humanidades .....	65
4.3 Os debates na Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) .....	85
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>95</b>
<b>Referências .....</b>	<b>99</b>
<b>Anexo I – Material de Análise .....</b>	<b>104</b>

## INTRODUÇÃO

*Atenção: percepção requer envolvimento.*  
Antoni Muntadas, artista visual catalão

O movimento internacional Ciência Aberta (*Open Science*) surge na esteira das iniciativas por Acesso Aberto (*Open Access*) e Arquivos Abertos (*Open Archives*). No Brasil, foi introduzido a partir da construção do 5º Plano de Ação<sup>1</sup> no âmbito da Parceria para Governo Aberto (*Open Government Partnership – OGP*)<sup>2</sup>, ação internacional da qual o país é um dos membros-fundadores. No ambiente editorial científico brasileiro, tem sido capitaneado pelo SciELO, programa entendido como referência internacional de indexação e de profissionalização editorial, e pela Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC Brasil).

O Programa da Ciência Aberta (PCA) foi apresentado aos periódicos indexados na Coleção SciELO Brasil a partir das Linhas Prioritárias de Ação 2019-2023<sup>3</sup>. Já a metodologia para a implantação foi detalhada nos *Critérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos na Coleção SciELO Brasil*<sup>4</sup>, atualizados em maio de 2020. Colocado como ação objetiva rumo a uma democratização dos processos de ciência, é marcado, contraditoriamente, pela verticalidade com que foi introduzido. Uma das exigências do PCA que mais gera controvérsias é a da abertura do processo de avaliação por pares, vista como “*ponto nevrálgico*” por editores e editoras no âmbito do SciELO. Este trabalho se deterá sobre essa questão específica.

O que apresento é uma pesquisa qualitativa que analisa documentos, eventos e falas ocorridos no âmbito do que se convencionou denominar ambiente editorial científico brasileiro, do qual participei ativamente durante um período de quatro anos (2018-2022). Assim, este trabalho se foca nas discussões, disputas e experimentações que envolvem, especificamente, a abertura do processo de revisão

---

<sup>1</sup><https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/a-ogp/planos-de-acao/5o-plano-de-acao-brasileiro/metodologia-5o-plano-de-acao-nacional.pdf>

<sup>2</sup> Integrada por cerca de 80 países, tem como objetivo incentivar globalmente práticas relacionadas à transparência pública, à participação social, à responsividade e à inovação. Cada país participante deve desenvolver um Plano de Ação em que especifica seus compromissos e delimita as estratégias e atividades para concretizá-lo. <https://www.opengovpartnership.org/>

<sup>3</sup> <https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/linhas-prioritarias-acao-2019-2023.pdf>

<sup>4</sup> <https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/20200500-Criterios-SciELO-Brasil.pdf>

por pares em periódicos científicos da área de Humanidades do SciELO. A partir de uma perspectiva etnográfica, analiso os debates ocorridos na *Reunião Anual SciELO 2021* e no evento *A Ciência Aberta nas Humanidades*, de 2022. Também me disponho a trazer, ainda que de forma incipiente, olhares de editores de periódicos de fora desta arena e que encontraram no *Simpósio Especial Periódicos de Antropologia* da 33ª *Reunião Brasileira de Antropologia* (RBA) um espaço para participação, compartilhamento e inserção.

Nesse período, tive a oportunidade de atuar como assistente editorial de *Horizontes Antropológicos*, periódico do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGAS/UFRGS). Classificada pelo sistema Qualis/CAPES como A1, a revista integra o ranking das 100 publicações mais citadas em português do Google Scholar<sup>5</sup> (2021 e 2022) e está presente nos indexadores definidos como principais pelo Relatório do Qualis Periódicos Área 35 – Antropologia e Arqueologia<sup>6</sup>. Esta atuação me foi possibilitada por bolsa do Programa de Apoio à Editoração de Periódicos da Pró-Reitoria de Pesquisa (PAEP/PROPESQ/UFRGS).

A partir do trabalho em *Horizontes Antropológicos*, pude acompanhar os debates sobre a implantação do PCA e seus impactos na comunidade de editores de periódicos indexados no SciELO. Participei, juntamente com o editor-chefe, Ruben George Oliven, e com os editores associados Arlei Sander Damo, Ari Pedro Oro e Fernanda Cruz Rifiotis, do processo de apropriação dos *Critérios SciELO Brasil 2020* e das adequações subsequentes. Nesse percurso, compartilhamos com equipes, editoras e editores de outros periódicos dúvidas e apreensões sobre o que vem sendo chamado de “*novo paradigma*” do fazer científico.

Parte substancial de meu trabalho em *Horizontes Antropológicos* consistia em gerenciar o processo de avaliação por pares e a interlocução com autores e pareceristas. Assim como na maioria dos periódicos científicos brasileiros, o processo de avaliação de manuscritos por pares da revista ocorre no modelo duplo-cego, no

---

<sup>5</sup> O Google Scholar Metrics é um sistema para análise bibliométrica, em Acesso Aberto, que ranqueia anualmente os periódicos científicos segundo as citações recebidas por artigos publicados nos últimos cinco anos. Por meio dele, é possível que autores e periódicos avaliem a visibilidade e o impacto de artigos acadêmicos recentemente indexados.

<sup>6</sup> MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Diretoria de Avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Relatório do Qualis Periódicos - Área Nº 35 (Antropologia e Arqueologia)**. Brasília; 2019. 15 p.

qual as identidades de autores e avaliadores são resguardadas. Esse é justamente um dos aspectos que deve ser mudado com a conclusão da implementação do PCA. Conforme o SciELO, os periódicos indexados têm até o final de 2023 para implementar um modelo de *Open Peer Review* (OPR), sob pena de perderem sua indexação. Inicialmente, este prazo se esgotaria no final de 2022. No entanto, após manifestações reiteradas, teve de ser flexibilizado, tendo em vista os desafios técnicos, estruturais e culturais que se colocam.

Este trabalho se estrutura em quatro capítulos. O primeiro apresenta uma contextualização do Movimento Ciência Aberta e suas imbricações, no Brasil, com o Programa SciELO, tendo em vista o PCA. As noções de paradigma e de comunidade científica (KUHN, 1998) desenvolvidas no capítulo 2 emergiram do próprio campo. No segundo capítulo também é abordada a revisão por pares, mecanismo que exerce no sistema de produção do conhecimento científico as funções de auditoria e certificação. O capítulo 3 analisa, a partir da perspectiva da Antropologia, a emergência e os efeitos do que tem sido estudado como culturas de auditoria (STRATHERN, 2000), em específico sobre a academia e a produção do conhecimento. Reflete, ainda, sobre as contribuições analíticas que podem surgir a partir da etnografia. O quarto capítulo é dedicado à análise etnográfica dos debates sobre a implantação do PCA. Aborda não somente os discursos, mas os documentos mobilizados para a postulação e justificação de críticas (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020).

Minha intenção é apresentar uma reflexão sobre o que vem sendo colocado como “novo paradigma” científico. Me interessa analisar os aspectos que permeiam sua construção e estabelecimento a partir das reações, interações, interpelações e organização de um grupo que se entende como comunidade. Espero, neste caminho, contribuir para o entendimento de um momento de turbulência colocado não apenas pelo engendramento de algo novo, mas que também ocorre em um cenário brasileiro recente de desacreditação e de crescente desvalorização da ciência, com reduções drásticas dos recursos para pesquisa, tecnologia e inovação.

Agradeço mais uma vez ao Programa de Apoio à Editoração de Periódicos da UFRGS. Espero retribuir os recursos empregados em minha bolsa também com este trabalho. Reitero, ainda, meus agradecimentos especiais à equipe editorial de *Horizontes Antropológicos* pela confiança e autonomia proporcionadas para o

desempenho de minhas funções. O que se segue é, com certeza, fruto desta relação, desenvolvida em um ambiente seguro de trocas, respeito e afeto.

## CAPÍTULO 1

### A Ciência Aberta e suas implicações para os periódicos científicos

O primeiro capítulo deste trabalho trata do Movimento Ciência Aberta e de suas implicações para os periódicos científicos brasileiros. Um enfoque específico será dado à abertura do processo de avaliação por pares que, no momento, é um dos principais pontos de discussão entre editoras e editores da área de Humanidades e coordenação do Programa SciELO.

A *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) foi a primeira iniciativa no Brasil a adotar e promover o Acesso Aberto. Os critérios para admissão e permanência de periódicos em sua coleção são reconhecidos pela comunidade editorial e científica por seguirem um padrão de qualidade internacional. O Programa também é um dos principais promotores do que vem sendo chamado Programa da Ciência Aberta (PCA).

Criado a partir de projeto da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) em parceria com o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME), o Programa SciELO surge em 1996 com a proposta de desenvolver uma metodologia comum e em formato eletrônico para a preparação, armazenamento, disseminação e avaliação da produção científica<sup>7</sup>. Atualmente, abrange uma coleção selecionada de periódicos de todas as áreas e recebe apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC Brasil).

#### 1.1 Uma abertura que se inicia com o acesso livre

O movimento Acesso Aberto (*Open Access*) surgiu como provocação ao mundo editorial acadêmico e científico em direção a uma abertura total do acesso ao conhecimento. A iniciativa foi estabelecida em 2002 a partir da ação de um grupo de instituições científicas, de intelectuais e do *Open Society Institute* – hoje *Open Society Foundations* (OSF). Ao longo de 20 anos, se consolidou entre os pilares de boas práticas editoriais e critério de inserção/manutenção de periódicos em coleções de

---

<sup>7</sup> [https://old.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_home&lng=pt&nrm=iso](https://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_home&lng=pt&nrm=iso)

bases indexadoras como SciELO e Redalyc<sup>8</sup>. Se antes a prática corrente era o embargo das publicações na WEB para não assinantes, no Acesso Aberto o conteúdo científico pode ser acessado e baixado gratuitamente nos periódicos das chamadas “via dourada”<sup>9</sup> e “via diamante”<sup>10</sup>. Esta abertura do acesso representou um avanço para a inclusão de novos públicos e para a popularização da pesquisa em ciência e tecnologia. Juntamente com o movimento Arquivos Abertos (*Open Archives*), impulsionou a emergência do que vem sendo tratado como “movimento de movimentos” (ALBAGLI, 2019): a Ciência Aberta (*Open Science*).

Fabiano Silva e Lúcia da Silveira localizam a Ciência Aberta no bojo dos debates do livre acesso à informação. Os autores enfatizam que se trata de um caminho em direção à socialização da ciência, “[...]acompanhando um movimento internacional que altera a cultura do registro científico e amplia as possibilidades de comunicação e interação entre os atores envolvidos” (SILVA; SILVEIRA, 2019, n.p.). Sobre as alterações culturais, eles ressaltam que as transformações afetam não apenas a comunicação dos principais resultados da pesquisa científica, mas também a forma de registro e compartilhamento, entre pares e com a comunidade em geral, de todas as suas etapas: planejamento, desenvolvimento, publicação, divulgação, uso e retorno social.

O livre acesso à literatura científica é um dos pilares do Movimento Acesso Aberto, formalizado com a *Declaração da Iniciativa de Budapeste pelo Acesso Aberto* (BOAI), de 14 de fevereiro de 2002. O manifesto apresenta duas estratégias para a abertura da literatura acadêmica revisada por pares: o fornecimento de ferramentas e de assistência para o auto arquivamento via Arquivos Abertos<sup>11</sup> e o lançamento de uma nova geração de periódicos comprometida em disponibilizar seus conteúdos no formato aberto. Os recursos para o empreendimento foram fornecidos pelo *Open Society Institute*<sup>12</sup>, fundado pelo investidor e filantropo George Soros. Por Acesso

---

<sup>8</sup> Sistema de indexação sediado no México. Integra em seu índice somente periódicos de alta qualidade científica e editorial e que compartilham o modelo de publicação sem fins lucrativos e de natureza aberta. <https://www.redalyc.org/redalyc/acerca-de/mision.html>

<sup>9</sup> Ou *Gold Road Open Access*. As revistas de Acesso Aberto nesta modalidade não cobram taxas de leitores ou bibliotecas, mas seu modelo econômico pode depender do pagamento de taxas pelo autor, ou APC (*Article Processing Charge*).

<sup>10</sup> Ou *Diamond Road Open Access*. Nela, o periódico não cobra APC. Se trata, tipicamente, de revistas dirigidas por associações ou sociedades profissionais e organizações sem fins lucrativos, universidades ou agências governamentais. Seu modelo econômico depende do investimento de recursos públicos, de contribuições e/ou de doações de membros.

<sup>11</sup> <https://www.openarchives.org/>

<sup>12</sup> <https://www.opensocietyfoundations.org/>

Aberto se entende a disponibilização livre e gratuita na Internet da literatura de caráter científico ou acadêmico, sem barreiras atreladas a custos de direitos autorais (*copyright*) e patrimoniais/de licenciamento e à necessidade de registro (*login*). A declaração teve duas atualizações posteriores, a BOAI10 e a BOAI15.

A BOAI10<sup>13</sup> traz como prólogo o apanhado dos primeiros dez anos do Movimento Acesso Aberto. Informa que, a partir do desencadeamento de uma campanha mundial, o apelo foi impulsionado por “financiamento significativo”, atingindo “todas as disciplinas e países” (BOAI, 2012, n.p.). Reafirma os princípios e as estratégias da primeira BOAI e elenca novas recomendações para a próxima década (2012-2022). Elas versam sobre políticas editoriais; licenciamento da publicação, distribuição, uso e reutilização de trabalho acadêmico; infraestrutura e sustentabilidade; coordenação e promoção do Acesso Aberto.

Cinco anos depois da versão de 2012, a BOAI15<sup>14</sup>, de 2017, apresenta, a partir da análise dos resultados de um *survey* global, os progressos em direção a uma adoção mais geral do Acesso Aberto. Disseminada online por pessoas envolvidas na promoção do movimento, a pesquisa recebeu 300 respostas de periódicos de vários países e contextos, apontando duas necessidades focais: o alinhamento de incentivos para que as e os acadêmicos compartilhem seu trabalho abertamente e a redução dos custos relacionados à publicação neste modelo. O *survey* é abordado mais detalhadamente por Jean-Claude Guédon, um dos redatores da BOAI de 2002, no artigo *Open Access: Towards the Internet of the Mind*.

A introdução ao artigo de Guédon na página oficial da BOAI foi escrita por Andrei Romanenko, representante da organização sem fins lucrativos *Creative Commons* (CC BY-AS)<sup>15</sup>, cuja ferramenta jurídica, a licença CC BY, auxilia no compartilhamento livre e na reutilização do conhecimento entre autores, publicações e pessoas que possam se beneficiar dele. Romanenko revela os ânimos nos debates de elaboração da BOAI 2002:

Na verdade, o encontro de Budapeste foi palco de análises e críticas apaixonadas (e muitas vezes divergentes) de vários aspectos disfuncionais da comunicação científica: a lentidão do processo editorial, o alto preço dos periódicos e o fracasso em tirar proveito da Internet foram todos citados como obstáculos à implantação de um

---

<sup>13</sup> <https://www.budapestopenaccessinitiative.org/boai-10-translations/portuguese>

<sup>14</sup> <https://osf.io/preprints/lissa/znf2w/>

<sup>15</sup> <https://creativecommons.org/>

sistema de comunicação ideal para a pesquisa acadêmica. No final das contas, porém, como nenhum acordo havia surgido, despontou a ideia de se redigir um documento de posição, uma espécie de manifesto: sentiu-se que o próprio esforço necessário para tornar tal resultado possível ajudaria a cimentar o pequeno grupo que havia sido convocado na Hungria, e o documento o ajudou a seguir em frente – apesar das diferenças iniciais”. (ROMANENKO, 2017, n.p., tradução da autora).

Vinte anos depois, o clima de tensões, divergências e críticas do contexto da primeira BOAI se repete no debate sobre a implementação da Ciência Aberta, promovida no Brasil pelo Programa SciELO. Tratado como “mudança cultural” e “novo paradigma”, o Programa da Ciência Aberta introduzido pelo SciELO em 2018 é tema de muitas discussões e já teve o prazo final para conclusão da implementação prorrogado, conforme abordado mais adiante.

## 1.2 Ciência Aberta: processo em movimento

Em 2019, a ABEC Brasil publicou o livro *Ciência Aberta para editores científicos*<sup>16</sup>, uma coletânea de textos organizada por Milton Shintaku, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia (IBICT) e então integrante da diretoria da ABEC Brasil, e Luana Sales, também do IBICT. O prefácio, assinado pelo então presidente da ABEC Brasil, Rui Seabra Ferreira Jr., apresenta as ligações entre governo aberto e Ciência Aberta no Brasil<sup>17</sup>. Seabra relata que, em 2018, o Ministério da Transparência e a Controladoria Geral da União deram início a uma série de ações voltadas ao governo aberto, dentre elas o *Compromisso pela Ciência Aberta*. Ele ressalta que esse compromisso implica em uma articulação entre governo e atores envolvidos na geração de ciência no país e reforça o apoio da ABEC Brasil por meio da publicação de textos e da promoção de eventos.

Assim, aceitando o convite para participar do Compromisso, a ABEC Brasil se compromete em articular ações com os editores científicos, inserir palestras em seus eventos, divulgar notícias em seus canais de

---

<sup>16</sup> Disponível em

[https://www.abecbrasil.org.br/arquivos/Ciencia\\_aberta\\_editores\\_cientificos\\_Ebook.pdf](https://www.abecbrasil.org.br/arquivos/Ciencia_aberta_editores_cientificos_Ebook.pdf)

<sup>17</sup> Um panorama sobre o assunto pode ser visto na nota “5º Plano de Ação Nacional: está finalizada a primeira etapa das oficinas de cocriação sobre o tema Transparência em Ciência: novos mecanismos de avaliação para o avanço da Ciência Aberta”, disponível no Site da Controladoria Geral da União: [https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/noticias/2021/9/copy10\\_of\\_5o-plano-de-acao-de-governo-aberto-licenciamentoambiental](https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/noticias/2021/9/copy10_of_5o-plano-de-acao-de-governo-aberto-licenciamentoambiental). Acesso em 14/09/2022.

comunicação social e produzir conteúdo que estimulem e divulguem a importância da Ciência Aberta. Cabe destacar que a ABEC Brasil, desde a sua criação, em 28 de novembro de 1985, tem atuado no apoio à melhoria das publicações científicas nacionais, com a oferta de informações relevantes e atualizadas com o melhor que ocorre no cenário internacional no que tange a publicação e editoração científica. Diante disso, a importância desta obra [*Ciência Aberta para editores científicos*] é fundamental na atualização dos editores e de seu staff editorial, face a um movimento que abre as ciências e impacta diretamente em todo o processo de criação e disseminação da informação científica. (SEABRA In SHINTAKU; SALES, 2019, p. 7-8).

*Ciência Aberta para editores científicos* reúne 12 textos assinados por autores que foram convidados por sua atuação em diversas atividades e instituições. Na apresentação, os organizadores afirmam que se trata da introdução de aspectos da Ciência Aberta com relação direta ou indireta para a editoração científica. A seleção das contribuições levou em conta visões plurais tanto do tema quanto de seus impactos sobre os processos científicos tradicionais (SHINTAKU; SALES, 2019, p. 9).

Sarita Albagli, pesquisadora do IBICT e professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do IBICT-UFRJ, assina o capítulo *Ciência Aberta: movimento de movimentos*. Ela aborda as conexões entre a Ciência Aberta e os movimentos Acesso Aberto e Arquivos Abertos, descritos como impulso necessário para que a primeira se configurasse como pauta. A autora situa o surgimento do Acesso Aberto na reação aos elevados preços praticados pelas editoras comerciais na última década do século XX, período que coincide com o endurecimento dos regimes de proteção à propriedade intelectual e com o acirramento da privatização do conhecimento. Abordando as condições propiciadas pelas novas plataformas digitais e pela Internet, aponta para a inadequação de obstáculos artificiais à livre circulação da informação e ao avanço científico, especialmente os legais e econômicos.

A pesquisadora salienta a capacidade de incorporação de novos escopos e elementos pela Ciência Aberta, o que faz com que possa ser entendido como um “movimento de movimentos”, pois, “[...] engloba desde a disponibilização aberta dos resultados da pesquisa até a valorização e a participação direta de não cientistas no fazer ciência” (ALBAGLI, 2019, p. 16). Ela entende que a abrangência da Ciência Aberta se dá para além da atuação como um termo “guarda-chuva”, já que a mesma se configura como um processo em construção e que engloba várias frentes, mobilizando interesses e pontos de vista diversos e com múltiplas interpretações.

Por um lado, trata-se de aumentar a velocidade da pesquisa científica, bem como a visibilidade e o acesso a seus resultados. Por outro, trata-se também de aumentar a base social da ciência, conferindo maior porosidade na sua relação e interlocução com outros tipos de saberes e atores sociais e cognitivos. Em síntese, Ciência Aberta não se restringe à abertura no âmbito estrito do campo científico, numa perspectiva eminentemente pragmática ou instrumental. Envolve também o reconhecimento da contribuição e o diálogo com outros atores e espaços de conhecimento, colocando em questão o tipo de ciência que se produz, numa perspectiva democrática. (ALBAGLI, 2019, p. 16-17).

Assim, a adoção e a difusão da Ciência Aberta envolvem diferentes atores e níveis de intervenção: pesquisadores individuais e suas práticas e estratégias de pesquisa e compartilhamento de resultados; o ambiente mesoinstitucional, suas políticas e infraestruturas (instituições de ensino e pesquisa, editoras públicas e privadas de publicações acadêmicas e, sobretudo, periódicos científicos, agências de financiamento, avaliação e certificação); e o macroambiente institucional nos âmbitos nacional e internacional, inclusive o aparato legal que dispõe sobre o regime de propriedade intelectual e o acesso à informação. Neste contexto, os critérios e métricas de avaliação da qualidade da pesquisa, assim como seus desdobramentos sobre a progressão na carreira científica e a concessão de recursos financeiros e materiais para a ciência, são apontados como cruciais.

No que toca aos desafios colocados para os periódicos científicos, Albagli destaca a demanda pela renovação de práticas, critérios e formatos que levem em conta aspectos como acesso livre aos dados, avaliação por pares aberta, rediscussão das métricas, adoção de formatos mais amigáveis à recuperação de metadados e conteúdos, atribuição de (co)autoria e reconhecimento da contribuição de cientistas cidadãos e infraestruturas abertas. Outros formatos e meios de comunicação – como é o caso das redes sociais, blogs, vídeos e podcasts – podem ser empregados para a divulgação e reforço do caráter aberto da ciência, tendo como centro os periódicos (ALBAGLI, 2019).

No capítulo *Abertura da ciência e os editores científicos*, Milton Shintaku e Rui Seabra Ferreira Jr. recuperam brevemente o contexto histórico de surgimento dos periódicos científicos, desde a publicação do *Journal de Savants* e do *Philosophical Transactions*, no século XVII, até a emergência do digital. Sua intenção, tendo em vista a dinâmica do fazer científico, é a de demonstrar que as revistas científicas, desde seu início, têm como característica o ajuste aos desafios impostos pelas

mudanças nos sistemas de publicação. Eles recuperam fatos como o estabelecimento da prensa e das editoras comerciais, o surgimento, no meio digital, do ArXiv (1991), associado aos preprints, do *Digital Object Identifier* (DOI), em 1997, e a eclosão, a partir de 1999, dos movimentos Acesso Aberto e Arquivos Abertos.

Shintaku e Seabra apontam que, enquanto o Acesso Aberto repousa, de forma mais política e filosófica, na disposição livre do conhecimento científico, o movimento pelos Arquivos Abertos tem caráter mais técnico e tecnológico, já que se preocupa com a interoperabilidade dos metadados das publicações científicas. Com isso, destacam o Acesso Aberto como sendo o movimento com maior impacto entre os dois, levando em conta sua concomitância com o estabelecimento de publicações totalmente digitais. Os autores assinalam que a primeira iniciativa no Brasil a adotar tanto o Acesso Aberto quanto os Arquivos Abertos foi o Programa SciELO, em um modelo que acabou sendo implementado em outros países<sup>18</sup>, e que, por suas políticas de indexação, tornou-se fator de qualidade.

Entre os avanços tecnológicos dos movimentos pela abertura da ciência, Shintaku e Seabra salientam softwares de apoio a publicações e revistas como o *Open Journal System* (OJS/SEER), cujo maior usuário é o Brasil, com mais de 1,6 mil revistas, “muito pela ação IBICT, com os seus serviços de apoio e suporte” (SHINTAKU; SEABRA, 2019, p. 31). Explicam que se trata de plataformas preparadas para atender questões relacionadas a práticas vinculadas com o Programa da Ciência Aberta, como preprints, DOI, Acesso Aberto e Arquivos Abertos.

Os autores também sinalizam que outro ponto de mudança na comunicação científica está no estímulo ao depósito dos dados de pesquisa em repositórios abertos. Para eles, a abertura gradual das atividades relacionadas à comunicação científica culmina na criação da Ciência Aberta como movimento agregador de muitos dos preceitos dos movimentos Acesso Aberto e Arquivos Abertos, “como se fosse uma evolução natural das práticas científicas, ante a presença maciça de tecnologias” (SHINTAKU; SEABRA, 2019, p. 32). Diferentemente de Albagli (2019), que vê na Ciência Aberta um “movimento de movimentos”, Shintaku e Seabra (2019) a definem como um “guarda-chuva” sob o qual se abrigam várias vertentes, na medida em que esta se apresenta como um caminho para a democratização da ciência, com

---

<sup>18</sup> Conforme informações da *Clarivate Analytics*, a Rede SciELO está presente como base de dados em 12 países: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Espanha, México, Peru, Portugal, África do Sul e Venezuela.

transformações no *modus operandi* de várias atividades. Em seu entendimento, a Ciência Aberta fomenta uma filosofia aberta, profundamente implicada com as práticas de pesquisa, pois “engloba preceitos já estabelecidos do Acesso Aberto, Dados Abertos e Arquivos Abertos, adicionando outros de forma a ampliar sua atuação em áreas não tradicionais da ciência” (SHINTAKU; SEABRA, 2019, p. 32).

No texto *A revisão por pares no contexto da Ciência Aberta: uma breve apresentação*, as pesquisadoras Janayne do Amaral e Eloísa Príncipe fazem uso do código de registro do ORCID como forma de apresentação. Trata-se de sigla para *Open Researcher and Contributor ID*<sup>19</sup>, organização sem fins lucrativos que fornece gratuitamente um identificador único e persistente para pesquisadores envolvidos(as) em atividades de pesquisa, bolsas de estudos e inovação. O uso do ORCID é uma das exigências dos *Critérios SciELO Brasil*, que o associa à prática da Ciência Aberta.

Amaral e Príncipe se apropriam da definição de revisão por pares aberta, ou *Open Peer Review* (OPR), de Tony Ross-Helauer, do *Open and Reproducible Research Group*, vinculado ao *Institute for Interactive Systems and Data Science* da Graz University of Technology (Áustria). A partir do trabalho de Ross-Helauer, descrevem a OPR como um termo que engloba diversos modelos alinhados com o espírito da Ciência Aberta e que tem como características a abertura das identidades de autores e pareceristas, a publicação do conteúdo dos pareceres juntamente ao artigo avaliado, a participação aberta da comunidade em geral no processo de revisão por pares, a interação aberta entre autores e pareceristas, a abertura prévia da revisão dos manuscritos via servidores de preprints antes de qualquer procedimento formal de avaliação por pares, a abertura de comentários nas versões finais de artigos publicados e o uso de plataformas abertas de gerenciamento como OJS/SEER.

Elas entendem que, por suas características, a revisão por pares aberta traz soluções possíveis para os desafios enfrentados com o modelo tradicional ou duplo-cego, no qual as identidades de autores e avaliadores permanecem anonimizadas. No entanto, compreendem que há um longo caminho a ser percorrido para a uma total implementação. Elas preveem uma longa coexistência entre os modelos tradicional e aberto. Sobre as resistências que a abertura enfrenta, contrapõem vantagens e desvantagens:

---

<sup>19</sup> <https://info.orcid.org/pt/what-is-orcid/>

[...] no que refere às *Identidades abertas*, o principal motivo para manter a anonimato do autor é evitar vieses de publicação como gênero, autores de instituições de prestígio e autores não nativos da língua inglesa. Por outro lado, o anonimato do revisor é protegido para evitar influência indevida, permitindo que ele possa avaliar o artigo de forma sincera sem correr o risco de sofrer retaliação por parte do autor. Contudo, [Ross-Helauer] diz que abrir as identidades pode aperfeiçoar a qualidade da revisão, uma vez que os pareceristas terão mais receio de terem os seus nomes associados à pareceres mal elaborados. (AMARAL; PRÍNCIPE, 2019, p. 64).

Sobre a interação aberta entre autores e pareceristas, Amaral e Príncipe trazem a questão da emergência de conflitos. Citando a pesquisa *Editorial Peer Review: its strenghts and weaknesses* (2001), da pesquisadora afiliada à Universidade de Illinois (Chicago, EUA) Ann C. Weller, salientam que há um desejo, expresso por muitas e muitos autores, de contestar uma avaliação negativa para a ou o editor. Tendência que também me foi possível perceber, tanto no gerenciamento da avaliação por pares enquanto assistente editorial de *Horizontes Antropológicos* (PPGAS/UFRGS) quanto no acompanhamento de postagens públicas de pesquisadores nas redes sociais, sobretudo no Twitter. Há nesta rede, inclusive, um perfil interessante, *@GrumpyReviewer2*, que traz com toques de humor conflitos relatados por autores em relação à revisão por pares em várias áreas do conhecimento e partes do mundo.

Como vantagens dos pareceres abertos, o texto de Amaral e Príncipe destaca o potencial de reuso de informações que, no modelo tradicional, acabam restritas ao editor, a promoção da transparência e da qualidade das avaliações e a maior visibilidade da revisão por pares. Já em relação à participação aberta, apontam que a abertura a outras pessoas da comunidade científica, assim como a representantes de grupos específicos de fora da arena dos pares, tem como possibilidade incrementar a avaliação tanto a partir de pareceres mais completos quanto como de textos mais curtos.

O presente trabalho se foca nas discussões, disputas, experimentações e iniciativas que envolvem, especificamente, o processo de avaliação por pares. A questão da abertura dos pareceres é tratada especialmente nos capítulos 2 e 4. Este último apresenta um entendimento geral de editores no âmbito da Coleção SciELO Brasil de que se trata de um ponto nevrálgico para os periódicos científicos e que não está livre de controvérsias. Detalha o processo de experimentação com a abertura da avaliação por pares e da publicação de seu conteúdo relacionada aos manuscritos

avaliados do primeiro – e até então único – periódico de Humanas indexado pelo SciELO. Expõe tensões que a transição entre os modelos cego e aberto estão ocasionando, bem como diferentes posições e clivagens no campo das Humanidades e fora dele.

### 1.30 SciELO Brasil e a promoção da mudança

No Brasil, um dos mais ativos e influentes canais de disseminação da Ciência Aberta é a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), primeira e principal plataforma de publicação em Acesso Aberto no país. Ao lado de SCOPUS, Web of Science (WoS) e Redalyc, o Programa SciELO é considerado pelo Sistema Qualis Periódicos da CAPES uma base indexadora de alta relevância para a avaliação das revistas científicas e, conseqüentemente, dos Programas de Pós-Graduação.

No exercício das funções de indexação bibliográfica e bibliométrica, de publicação, armazenamento e preservação de textos completos, de interoperabilidade e disseminação de periódicos de qualidade crescente e de desenvolvimento de pesquisas em sintonia com o estado da arte da comunicação científica, o Programa SciELO opera sob três princípios: 1. conhecimento científico como bem público global; 2. trabalho em rede como meio de maximizar a escalabilidade em termos custo-efetividade e adoção do estado da arte em edição científica, cooperação e gestão das assimetrias entre coleções, áreas temáticas e periódicos; e, 3. controle de qualidade, obediência aos padrões, boas práticas e inovações da comunicação científica (SciELO, 2020, p. 5).

Em 2020, o Programa SciELO<sup>20</sup> apresentou à comunidade de editores a atualização dos *Crítérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos na Coleção SciELO Brasil*. Originalmente lançados em setembro de 2014<sup>21</sup>, os *Crítérios SciELO Brasil* foram discutidos no *Seminário sobre Crítérios de Avaliação e Seleção dos Periódicos Científicos*, realizado em abril de 1999 pela FAPESP. Desde então, passam por revisões periódicas<sup>22</sup>, “de modo a acompanhar a

---

<sup>20</sup> <https://www.scielo.br/>

<sup>21</sup> <https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/20140900-Criterios-SciELO-Brasil.pdf>

<sup>22</sup> Até o momento de conclusão desta pesquisa, os Crítérios contavam com a publicação de duas atualizações, realizadas em outubro de 2017 e em maio de 2020. Na semana da defesa deste trabalho, em outubro de 2022, foi lançada outra nova versão.

evolução da comunicação científica e as prioridades de desenvolvimento do Programa SciELO e das Coleções da Rede SciELO” (SciELO, 2020, p. 4).

A partir da atualização de 2020, os *Crêterios SciELO Brasil* adotam, de forma pioneira, o *modus operandi* da Ciência Aberta, com ênfase na transparência dos processos e no compartilhamento dos conteúdos em benefício do rigor metodológico e da cooperação entre pesquisadores. Sua promoção foi iniciada em 2018, com a recomendação pela adoção de práticas vinculadas a três dimensões da comunicação científica: uso de preprints aliado à publicação contínua; compartilhamento de dados, códigos, métodos e outros materiais relativos à pesquisa em repositórios abertos de dados; e abertura progressiva do processo de avaliação por pares.

A expectativa do Programa SciELO, expressa na versão 2020 dos *Crêterios*, era a de que as políticas editoriais dos periódicos indexados fossem atualizadas até o final do ano de lançamento e que, a partir de 2022, todos estivessem operando em sintonia com o Programa da Ciência Aberta. No entanto, em maio de 2022 isso ainda não havia se concretizado. Pelo menos, não plenamente. Em vista disso, o novo prazo para a adequação definido pelo SciELO encerra-se no final 2023, conforme apresentado no evento *A Ciência Aberta nas Humanidades*<sup>23</sup>, realizado online em 17 e 18 de maio de 2022.

Nos periódicos da Coleção SciELO, o alinhamento com as práticas da Ciência Aberta inicia como prerrogativa das e dos autores, que devem informar no momento da submissão de seus trabalhos, a partir do preenchimento de formulário específico, se concordam ou não com as práticas estabelecidas. O SciELO recomenda para isso o uso do *Formulário sobre Conformidade com a Ciência Aberta*<sup>24</sup>, que deve acompanhar a submissão do manuscrito como arquivo complementar. Nele, autores devem informar se o manuscrito é um preprint e, em caso afirmativo, sua localização; se dados, códigos de programas e outros materiais subjacentes ao texto do manuscrito estão devidamente citados e referenciados e se aceitam opções de abertura no processo de avaliação por pares.

O item 5.2.10 dos *Crêterios SciELO Brasil* (2020, p. 27-32) trata do alinhamento com as práticas de comunicação da Ciência Aberta, que compreendem a adoção e o aperfeiçoamento da publicação em acesso aberto; da prática da preprints como início

---

<sup>23</sup> <https://eventos.scielo.org/humanidadesca/>

<sup>24</sup> Versão de 29 de junho de 2020, disponível em <https://scielo.org/pt/sobre-o-scielo/metodologias-e-tecnologias/>

do fluxo de produção dos artigos; da gestão dos dados de pesquisa, códigos dos programas e outros materiais subjacentes aos artigos; da transparência e abertura do processo de avaliação dos manuscritos; da disseminação pública das pesquisas e da interoperabilidade com o fluxo global de informação e conhecimento científico. Trata-se de uma mudança substancial, tanto tecnológica quanto cultural. No documento, o SciELO reconhece que:

O alinhamento em alguns aspectos pode representar inicialmente alguns desafios aos editores, pareceristas e autores visto que se trata de uma inovação e superação de práticas tradicionais enraizadas na comunicação das pesquisas. Entretanto, espera-se dos periódicos uma contribuição decisiva ao avanço das políticas públicas e institucionais das agências de fomento à pesquisa, das universidades e de outras instituições de pesquisa. Ademais, o alinhamento situará os periódicos SciELO no estado da arte internacional e contribuirá decisivamente para aperfeiçoar as pesquisas, visibilidade e impacto dos periódicos. (SciELO, 2020, p. 27).

O subitem 5.2.10.4 trata especificamente da abertura progressiva da revisão por pares. Para o SciELO, a transparência é um dos fatores que qualificam o prestígio e a relevância de um periódico, bem como sua cooperação no avanço da pesquisa científica. Assim, deve haver correspondência entre o que está expresso nas instruções a autores e na política editorial do periódico com a forma como a avaliação por pares ocorre na prática.

A revisão inicial do manuscrito envolve comunicação direta entre o autor correspondente e a equipe do periódico que assessora o editor-chefe, que tem a função de decidir se o manuscrito segue para a revisão por pares. Na avaliação por pares, **o primeiro nível de transparência ocorre na gestão do fluxo do processo** cujo desenrolar deve ser informado ao editor, aos pareceristas e autores, **o que se obtém com o apoio de sistemas e serviços apropriados de avaliação de manuscritos.** (SciELO, 2020, p. 30, grifos da autora).

No Brasil, a plataforma mais utilizada para gestão do fluxo editorial é a OJS/SEER do PKP, atualmente em sua versão 3.0<sup>25</sup>, coexistindo com a 2.0. Conforme Brito et al. (2018), o *Public Knowledge Project* (PKP) foi criado pelo professor John Willinsky na Universidade de Columbia Britânica (Canadá). Desde 2005 é mantido por

---

<sup>25</sup> BRITO, Ronnie Fagundes de et al. **Guia do usuário do OJS 3**. Brasília: IBICT, 2018. 144 p. Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/327640771\\_Guia\\_do\\_usuario\\_do\\_OJS\\_3](https://www.researchgate.net/publication/327640771_Guia_do_usuario_do_OJS_3). Acesso em abril de 2022.

um conjunto de instituições de ensino superior, entre as quais destaca-se a Universidade de São Francisco, que lhe serve de sede administrativa. Focado em apoiar a comunicação científica em Acesso Aberto, o PKP desenvolve e mantém softwares livres para automatizar processos ligados à disseminação da informação. No Brasil, destaca-se o *Open Journal Systems* (OJS), traduzido pelo IBICT para o português como Serviço Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER). O sistema OJS/SEER é amplamente adotado nas universidades brasileiras, que o utilizam para a geração de portais de periódicos, uma vez que permite criar, a partir de uma instalação única, várias revistas totalmente independentes.

A novidade dos *Critérios SciELO Brasil* em relação à gestão do processo de avaliação de manuscritos está em sua migração para o modelo *Open Peer Review* (OPR), em substituição ao modelo duplo-cego. Para a abertura da avaliação por pares, o SciELO sugere a implantação progressiva de três práticas: inclusão, no texto do artigo aprovado para publicação, do nome do editor responsável pela avaliação do manuscrito<sup>26</sup>; oferecimento a autores e pareceristas correspondentes de protocolo preestabelecido para abertura das identidades e comunicação direta entre as partes; oferecimento da oportunidade de publicação do parecer identificado com DOI e passível de citação e indexação, com ou sem a identificação do ou da parecerista. A responsabilidade legal sobre os conteúdos publicados é abordada no item 5.2.11 (SciELO, 2020, p. 32) e recai sobre autores e editores, conforme acordo preestabelecido entre as partes e expresso nas políticas editoriais dos periódicos.

O Comitê Consultivo SciELO é o responsável pelo acompanhamento do desempenho das áreas temáticas e da Coleção SciELO Brasil como um todo. Ele é composto por seis editores-chefes, representantes do conjunto de editores dos periódicos indexados, eleitos por seus pares para uma representação de dois anos. Também o compõem representantes das instituições mantenedoras (FAPESP, CNPq e CAPES) e o diretor do Programa SciELO, Abel Packer. Cada uma das representações possui titular e suplente e, no caso da dos representantes de área, pode ser reconduzida uma vez. O Comitê se reúne pelo menos três vezes ao ano e pode contar com o aconselhamento de consultores e especialistas externos(as) para

---

<sup>26</sup> Os *Critérios SciELO Brasil* entendem o corpo de editores associados ou de seção como um grupo definido de editores que colaboram ativa e sistematicamente com a ou o editor-chefe na gestão do fluxo de avaliação dos manuscritos, com ênfase na seleção e interação com pareceristas e autores. Esse entendimento não inclui avaliadores *ad-hoc*, que colaboram com a avaliação esporádica, após solicitação da ou do editor-chefe ou de editores associados. (SciELO, 2020, p. 14).

finalidades específicas. No caso das avaliações de desempenho, a unidade de indexação do SciELO apresenta periodicamente ao Comitê Consultivo o estado de avanço da Coleção, das áreas temáticas e de periódicos individuais que se destacam pelo desempenho crescente ou decrescente. O estado de avanço é analisado internamente na Coleção, no conjunto da produção científica no Brasil e em comparação com o desempenho de periódicos publicados pelos países BRICS<sup>27</sup> e por México, Espanha e Coréia do Sul.

**As avaliações de desempenho individual dos periódicos consideram** o cumprimento dos critérios da avaliação para indexação listados na seção anterior que promovem a implementação das linhas prioritárias de ação, das boas práticas editoriais em geral, e de ética em particular, o estado de desenvolvimento previsto no Plano de Desenvolvimento Editorial de cada periódico, **o estado de avanço do alinhamento com as práticas de comunicação da Ciência Aberta, indicadores bibliométricos** baseados em citações recebidas, número de acessos aos arquivos HTML e downloads de PDF e **indicadores de presença nas redes sociais. Quando o desempenho de um periódico prejudica sistematicamente sua área temática ou a coleção como um todo é passível de receber recomendações de aperfeiçoamento do Comitê Consultivo e de ser excluído da coleção.** (SciELO, 2020, p. 35, grifos da autora).

A implantação de linhas prioritárias de ação segundo os *Critérios SciELO Brasil* é debatida com editores e grupos de editores das áreas temáticas. De acordo com esse procedimento, foi solicitada pelos representantes de editores de periódicos de Humanas indexados na Coleção, Luiz Augusto Campos (*DADOS*) e Bernardo Buarque de Hollanda (*Revista Estudos Históricos*), a organização de um debate sobre a implantação da Ciência Aberta na área. O evento *A Ciência Aberta nas Humanidades* tem duas de suas mesas analisadas no capítulo 4 deste trabalho: a primeira sobre os desafios enfrentados e a segunda sobre a abertura da avaliação por pares. Além disso, o SciELO realiza anualmente uma reunião com as e os editores dos periódicos indexados para abordar as atualizações sobre sua coleção, inovações e tendências. A *Reunião Anual SciELO 2021*<sup>28</sup>, também objeto de análise deste trabalho, teve como assunto principal o estado de avanço da implementação da Ciência Aberta.

---

<sup>27</sup> Acrônimo da língua inglesa para o agrupamento de países de mercado emergente em relação ao seu desenvolvimento econômico. Composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

<sup>28</sup> <https://eventos.scielo.org/reuniaoscielo2021/>

Antes da divulgação dos *Crerios SciELO Brasil 2020*, outro documento introduziu a questao da Ci4ncia Aberta para os peridicos indexados. As *Linhas Priorit4rias de Aaao 2019-2023* foram aprovadas na *Reuni4o de 20 anos da Rede SciELO*, realizada em S4o Paulo nos dias 24 e 25 de setembro de 2018. Se trata de uma atualizaao quinquenal de estrat4gias preexistentes e que t4m como finalidade orientar o desenvolvimento de peridicos e coleaoes nacionais com vistas ao seu aprimoramento em conson4ncia com o estado da arte internacional, ao alinhamento com as boas pr4ticas da Ci4ncia Aberta e 4s prioridades nacionais de pesquisa e comunicaao cient4fica.

A linha 3 versa sobre a conformidade com a Ci4ncia Aberta, apontada como “a inovaao mais importante e que est4 renovando gradualmente os processos de fazer e comunicar pesquisa” (SciELO, 2021, p. 3). Leva em conta o impacto nas funaoes e no funcionamento dos peridicos e coloca 4nfase na transpar4ncia dos processos e na abertura dos conte4dos com fins de reutilizaao e replicabilidade da pesquisa cient4fica.

O fluxo cl4ssico da comunicaao cient4fica foi enriquecido por novos est4gios e novas inst4ncias al4m dos peridicos. Assim, antes de enviar manuscritos a um peridico, 4 poss4vel que o autor escolha disponibiliz4-lo publicamente como preprint e que os dados, c4digos de programa e outros materiais se tornem tamb4m dispon4veis antes ou ap4s sua publicaao formal em um peridico. **A pr4tica de avaliaao por pares aberta de manuscritos tamb4m est4 crescendo como uma opao para fortalecer a transpar4ncia.** A adoao da avaliaao por pares aberta representa um enorme desafio para os peridicos da Rede SciELO, que tradicionalmente operam com avaliaao onde a identidade dos pareceristas n4o 4 revelada aos autores. Uma vez que o principal financiamento da pesquisa prov4m de recursos p4blicos, a aus4ncia de mecanismos para garantir a preservaao dos conte4dos e a demanda por celeridade na comunicaao da pesquisa, 4 compreens4vel que, al4m de a contribuiao decisiva para o avanao do conhecimento e sua democratizaao, se opte pelo uso de preprints e pelo armazenamento seguro e p4blico de dados e c4digos de programas em reposit4rios. (SciELO, 2021, p. 3-4, grifos da autora).

O documento informa que, desde seu lanaoamento em 1998, o Programa SciELO segue a modalidade dourada de acesso aberto da publicaao cient4fica, ou seja, sem nenhum tipo de embargo. Dessa forma, j4 cumpre parte essencial da abertura preconizada pela Ci4ncia Aberta, a ser enriquecida por meio da submiss4o

em preprints, da publicação de forma contínua, dos dados em repositórios abertos e da avaliação por pares aberta.

Para facilitar a gestão das citações e das referências dos dados, códigos e materiais, o Programa SciELO adota as *Diretrizes TOP (Transparency and Openness Promotion)*, elaboradas pelo *Center for Open Science (COS)*<sup>29</sup>. Elas identificam oito critérios ou categorias (C1 a C8), sendo: C1. citações; C2. transparência dos dados; C3. transparência dos métodos analíticos (códigos); C4. transparência dos materiais de pesquisa; C5. transparência do projeto e análise; C6. pré-registro dos estudos; C7. pré-registro de planos de análises; C8. replicação. Os três níveis de aplicação desses critérios variam de acordo com o grau de demanda e de controle de transparência dos periódicos:

O Nível 1 ocorre quando o periódico se limita a informar aos autores sobre o que um determinado critério significa sem, entretanto, exigir ou verificar a conformidade [uma função, portanto, mais educativa]. No Nível 2, o periódico exige que os autores cumpram os critérios e, no Nível 3, condiciona a publicação do artigo ao cumprimento dos critérios. A recomendação do SciELO é que, a partir de 2019, os periódicos adotem os primeiros cinco critérios (C1 a C5) no Nível 1 e avancem progressivamente para os Níveis 2 ou 3 nos próximos 3 a 5 anos. Os critérios 6 a 8 são opcionais para a maioria dos periódicos, mas obrigatórios ou recomendados para determinados tipos de documentos em algumas áreas, como o pré-registro obrigatório de ensaios clínicos. Em termos gerais, **a expectativa é que todos os periódicos SciELO adotem a maior parte dos critérios nos próximos cinco anos, começando pelo primeiro nível de exigência.** (SciELO, 2021, p. 6, grifos da autora).

A transparência e a abertura da avaliação por pares são abordadas no tópico 3.4 das *Linhas de Ação*. O SciELO informa que a escolha do tipo de avaliação por pares é de exclusiva responsabilidade do corpo editorial de cada periódico e reforça que aceita todos os tipos de avaliação de manuscritos, desde que explicitados nas instruções para autores. Ressalta, ainda, que independentemente do tipo de revisão por pares, é necessário que se avance na abertura como meio de aprendizagem e avaliação das vantagens e problemas, aceitação e rejeição ao processo de revisão aberto. Para tanto, recomenda o uso de um sistema online de gerenciamento de manuscritos, a explicitação dos tipos de avaliação por pares utilizados na seção de instruções para autores, o uso de repositórios de preprints, a publicação do nome do

---

<sup>29</sup> <https://www.cos.io/>

editor responsável nos artigos aprovados, o oferecimento a pareceristas e autores das opções de revelarem suas identidades e de se comunicarem diretamente, o oferecimento a pareceristas e autores da possibilidade de publicação da avaliação em conjunto com a publicação do artigo e a implementação da avaliação por pares aberta e pública (SciELO, 2021, p. 7-8).

Sobre o período de implantação das Linhas Prioritárias, o documento informa que está prevista para os próximos três a cinco anos (inicialmente 2021, 2022 e 2023). No entanto, reconhece que o alinhamento com as práticas abertas de comunicação científica pode exigir mais tempo, considerando que essas inovações requerem “aprendizado e familiarização por parte dos coordenadores nacionais e editores, assim como promoção e apoio de agências nacionais de pesquisa e desenvolvimento e, principalmente, dos pesquisadores” (SciELO, 2021, p. 13).

O Quadro 1 – Plano de implementação das Linhas Prioritárias do Programa SciELO, reproduzido abaixo, indica as datas limites de implantação:

Quadro 1 - Plano de implementação das Linhas prioritárias de ação do Programa SciELO

Critério		Data limite de implantação		
Seção	Nome	Recomendável	Aceitável	Evitável
3	Alinhamento com a ciência aberta			
3.1.	Aceitação de <i>preprints</i>	2019	2020	2021
3.2.	Publicação de forma contínua	2019	2020	2021
3.3.	Gestão de citação de dados			
	Nível 1 - C1 a C5	2019	2020	2021
	Nível 2 - C1 a C5	2020	2021	2022
3.4.	Avaliação por pares: transparência			
	Gestão online de manuscritos	2019	2019	2019
4	Boas práticas editoriais			
4.3.	Licença Creative Commons	2019	2019	2019
4.4.	Indexação em DOAJ	2019	2019	2020
4.5.	XML - SciELO Publishing Schema	2019	2019	2020
4.6.	DOI	2019	2019	2020
4.7.	ORCID	2019	2020	2021
4.8.	Autoria	2019	2019	2020
4.9.	Preservação digital	2019	2020	2021

Fonte: SciELO (2021), Linhas Prioritárias de Ação 2019-2023, p. 13. Reprodução.

Há um entendimento geral de que a Ciência Aberta, como paradigma emergente, exige um período de adaptações e ajustes. Desde seu anúncio como novo

*modus operandi* pelo SciELO, muitos são os debates e embates com editores, periódicos, agências de pesquisa e fomento e áreas do conhecimento. Inclusive há uma discussão nas Humanas de que, devido às particularidades de cada área, deveria haver modelos de Ciência Aberta, no plural. Há também um reconhecimento geral da necessidade de transparência e de *accountability*, muito ilustrada na função da avaliação por pares. Os próximos capítulos abordam as ideias de paradigma e de comunidade científica, da ciência como empreendimento (LAW, 1989) e como ato político (STENGERS, 2002) e da cultura de auditoria (STRATHERN, 2000). Apresentam aspectos da revisão por pares e justificativas de sua relevância como mecanismo para a auditoria da produção científica.

## CAPÍTULO 2

### Pares, paradigma e controvérsias

Ao longo de quatro anos acompanhando e participando do processo de introdução do Programa da Ciência Aberta (PCA) do SciELO, percebi o acionamento frequente de duas imagens: a de “comunidade científica” e a de “paradigma”, nos moldes de Thomas Kuhn [1969] (1998). Elas perpassam os discursos de editores e de representantes do Programa SciELO, servindo como lugar de onde são enunciadas críticas e justificações e a partir do qual se vislumbram pontes para cooperação. Embora as posições em relação à relevância da abertura da ciência não sejam, no geral, muito contraditórias, há alguns pontos de tensão. Uma das controvérsias se dá em relação à abertura da revisão por pares, a qual mobiliza duas questões na forma de críticas antecipadas. A primeira diz respeito às dúvidas quanto ao novo modelo e a sua colocação em prática. A segunda está ligada à dificuldade de engajamento e à adesão da comunidade de pares ao “novo paradigma”.

#### 2.1 Ciência, comunidade, paradigma e justificação

Em *A estrutura das revoluções científicas* [1969] (1998), Thomas Kuhn trata o desenvolvimento científico como uma sucessão de períodos ligados à tradição e pontuados por rupturas não-cumulativas. A ciência é vista como estrutura comunitária, na qual as e os integrantes se constituem como audiência e juízes do trabalho produzido. Trata-se de uma comunidade em múltiplos níveis, que vai do mais global aos grupos mais específicos. O estabelecimento de pesquisadores na comunidade científica mais global se dá pela mais alta titulação, pela participação em sociedades profissionais e pela leitura de periódicos especializados. No caso dos subgrupos, Kuhn ressalta a participação em conferências especiais, a distribuição de manuscritos e provas para publicação e a inserção em redes informais de comunicação, destacadamente as trocas de correspondências e as ligações entre citações. O autor localiza nos subgrupos específicos a produção e a legitimação do conhecimento. Neles são compartilhados os paradigmas que governam o grupo de praticantes da ciência e a pesquisa orientada para a resolução de quebra-cabeças.

No *Posfácio - 1969*<sup>30</sup> de *A estrutura das revoluções científicas*, Kuhn reformula – após críticas reiteradas – sua ideia inicial de “paradigma” e a associa ao compartilhamento de objetos de estudo em matrizes disciplinares, a partir das quais são tecidas generalizações simbólicas. Assim, as comunidades científicas específicas são identificadas a objetos de estudo específicos. Em uma comunidade particular de especialistas, a relativa abundância de comunicação profissional e unanimidade dos julgamentos são explicadas pelo compartilhamento de uma matriz disciplinar com quatro elementos que funcionam em conjunto, como um compromisso grupal: o compartilhamento de generalizações simbólicas, o compromisso com modelos, o compartilhamento de valores e a aceitação dos mesmos exemplares (KUHN, 1998, p. 226-227). Para este trabalho, interessam os três últimos aspectos.

A metafísica do paradigma é relacionada com compromissos como crenças em determinados modelos. Para o Kuhn:

Embora a intensidade do compromisso do grupo com determinados princípios varie – acarretando consequências importantes – ao longo de um espectro que abrange desde modelos heurísticos até ontológicos, todos os modelos possuem funções similares. Entre outras coisas, fornecem ao grupo as analogias ou *metáforas* preferidas ou permissíveis. Desse modo auxiliam a determinar o que será aceito como uma explicação ou como uma solução de quebra-cabeças e, inversamente, ajudam a estabelecer a lista dos quebra-cabeças não-solucionados e a avaliar a importância de cada um deles. (KUHN, 1998, p. 229).

Os “valores” tem a característica de serem mais amplamente partilhados pela comunidade global do que as generalizações simbólicas e os modelos. Sua importância se impõe em momentos de crise:

Os valores, num grau maior do que os outros elementos da matriz disciplinar, podem ser compartilhados por homens que divergem quanto a sua aplicação. Julgamentos quanto à acuidade são relativamente, embora não inteiramente, estáveis de uma época a outra e de um membro a outro em um grupo determinado. Mas, julgamentos de simplicidade, coerência interna, plausibilidade e assim por diante, variam enormemente de indivíduo para indivíduo. [...] Em suma, embora os valores sejam amplamente compartilhados pelos cientistas e este compromisso seja ao mesmo tempo profundo e constitutivo da ciência, algumas vezes a aplicação dos valores é

---

<sup>30</sup> A obra contou, a partir de sua segunda edição, com o *Posfácio - 1969*, no qual Kuhn tece esclarecimentos a algumas das críticas sofridas após a publicação da primeira edição, entre elas as relativas ao termo “paradigma” (RAÍCIK; GONÇALVES, 2022).

consideravelmente afetada pelos traços de personalidade individual e pela biografia que diferencia os membros do grupo. (KUHN, 1998, p. 230).

Kuhn identifica duas características apresentadas pelos julgamentos de valor em todos os campos: valores compartilhados, mesmo quando não empregados individualmente da mesma maneira, podem ser determinantes centrais do comportamento de grupo; a variabilidade individual desse emprego pode ter funções essenciais para a ciência no sentido de viabilizarem a eclosão de novos empreendimentos científicos.

O quarto componente da matriz disciplinar de Kuhn são os “exemplares”, ou exemplos compartilhados, a partir dos quais é possível agrupar situações particulares em grupos semelhantes. Para o autor, “os cientistas resolvem quebra-cabeças modelando-os de acordo com soluções anteriores, frequentemente com um recurso mínimo a generalizações simbólicas” (KUHN, 1998, p. 235). Sobre processos de tomada de decisão na estrutura comunitária da ciência, Kuhn afirma que dependem dos valores compartilhados e da construção de um consenso.

Nenhum procedimento sistemático de decisão, mesmo quando aplicado adequadamente, deve necessariamente conduzir cada membro de um grupo a uma mesma decisão. Nesse sentido, pode-se dizer que quem toma a decisão efetiva é antes a comunidade dos especialistas do que seus membros individuais. [...] precisamos entender a maneira pela qual um conjunto determinado de valores compartilhados entra em interação com as experiências particulares comuns a uma comunidade de especialistas, de tal modo que a maior parte do grupo acabe por considerar que um conjunto de argumentos é mais decisivo que outro. [...] A prática da ciência normal depende da habilidade, adquirida através de exemplares, para agrupar objetos e situações em conjuntos semelhantes. (KUHN, 1998, p. 246).

Kuhn ainda aponta para a necessidade de se estudar a estrutura comunitária da ciência em comparação com correspondentes de outras áreas. Ele ressalta a necessidade de uma investigação sociológica sobre o que leva pesquisadores a escolherem e serem aceitas (os) em determinada comunidade, quais são as etapas e processos de socialização de um grupo tido como científico, quais são seus objetivos coletivos e os desvios individuais ou coletivos que ele tolera, como é controlada a aberração inadmissível e como é criada a linguagem de um grupo, vista como propriedade intrínseca. Em suma, ele propõe uma identificação das características

essenciais de um grupo específico, bem de como sua criação e utilização. Publicado há mais de 50 anos, o trabalho de Kuhn representa um marco importante para a abordagem da ciência a partir de uma perspectiva histórico-filosófica – e socioantropológica. Muitas foram as críticas e comentários<sup>31</sup> à ideia original de *A estrutura das revoluções científicas* e hoje nos encontramos em outro momento desse debate.

Nesse sentido, alguns entendimentos podem surgir a partir do trabalho de John Law [1989] (2012). Em *O laboratório e suas redes*, Law propõe a etnografia como técnica para tornar visível a forma como o empreendimento ciência é feito na prática. A ciência é apresentada como uma rede socialmente estendida, um sistema de conhecimento que se dá por relações cujos rastros podem ser observados, seguidos e comparados. A partir de um ponto localizado, operações que movimentam redes inteiras e que abrangem desde o conjunto de elementos mais simples e invisível até os mais elaborados podem ser etnografadas. A análise dessa sobreposição de conjuntos é o que evidencia o comportamento e as implicações da ciência em ação, sobretudo nos momentos de crise, que é quando a complexidade das relações se torna visível.

Law ressalta a precariedade do processo de construção da ordem a partir de elementos heterogêneos justapostos em uma rede ou estrutura entrelaçada. Ele entende “crise” como ocasiões extraordinárias que diversificam as interações entre redes por meio da oscilação entre simplicidade e complexidade, desvelando uma multidão de agentes desconhecidos e exigindo uma ação com vistas à restauração da ordem. “Os diferentes elementos que se integram em uma tal rede estão sempre prontos a retomar sua forma original – a menos que eles sejam mantidos em seus lugares pelos elementos vizinhos” (LAW, 2012, p. 13).

Para Law, o que está em jogo com a etnografia da construção de redes sociotécnicas é a compreensão de como um fato é construído e de como consegue

---

<sup>31</sup> O *Colóquio Internacional sobre Filosofia da Ciência* (Londres, 1965) contou com um simpósio acerca da obra de Kuhn, presidido por Karl Popper. Raicik e Gonçalves citam este evento como um exemplo do grande impacto e das primeiras reações suscitadas por *A estrutura...* Um dos volumes das atas do *Colóquio* foi transformado no livro *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*, organizado por Imre Lakatos e Alan Musgrave e que reúne manuscritos expandidos que transcendem o simples registro dos debates. Com reflexões de John Waikins, Stephen Toulmin, Pearce Williams, Margaret Masterman, Paul Feyerabend, além das de Popper e Lakatos, a obra é concluída com o texto kuhniano *Reflexões sobre meus críticos*. (RAICIK; GONÇALVES, 2022, p. 370).

interessar públicos diversos, como leitores, colegas cientistas e órgãos de financiamento.

O esforço de compreensão levará à dinâmica das redes heterogêneas que o cientista-empresário constrói e mobiliza, e não somente ao mundo das ideias e raciocínios. Os cientistas trabalham, e é a riqueza e complexidade deste trabalho [empreendimento] que convém constituir com mais fidelidade antes de se lançar em uma metafísica que obscurece mais que ilumina o papel da ciência em nossas sociedades. (LAW, 2012, p.34).

Também no campo da Filosofia da Ciência, Isabelle Stengers (2002) defende que o conhecimento produzido por cientistas intervém em processos sociotécnicos que impactam o curso de vida da sociedade. Nesta ótica, fazer ciência é fazer política, pois o que define o que é ou não científico é uma questão de poder. Em *A ciência sob o signo do acontecimento*, a autora apresenta a ideia da ciência como um acontecimento que não é fruto das estruturas ou da vontade humana, mas algo engendrado, com uma dimensão de nascimento do novo. A ciência é entendida como um processo contingente, ou seja, resultado de uma prática desencadeada por um acontecimento que pressupõe agência, cujo contexto é visto como lugar da emanção dos problemas. Em consonância com a Teoria do Ator-Rede (ANT) de Bruno Latour e de John Law, ela propõe que o processo de criação de uma narrativa científica seja seguido e descrito a partir de uma problemática política que coloque em evidência a relação entre ciência e ideologia. Assim, o “poder da ficção” é visto como o signo do acontecimento. A partir da pergunta “isto é científico?”, Stengers aponta dois lugares possíveis de enunciação: o das e dos cientistas, ligadas(os) à questão do “como”, e o das e dos filósofos e outras(os) não-cientistas, a quem é permitido que preencham a cena com suas respostas de “por que” (STENGERS, 2002, p. 101-102).

Em vista disso, é interessante resgatar do primeiro capítulo deste trabalho o indicativo da interconexão, no Brasil, do Compromisso com a Ciência Aberta com a prática de governo aberto (SEABRA In SHINTAKU; SALES, 2019), imbricada com conceitos e práticas de auditoria. Se o compromisso com a abertura da ciência parte da prerrogativa de um alinhamento com o governo aberto e tem a ver com uma política de transparência e prestação de contas, cabe avaliar o papel do Programa SciELO neste contexto. Se o mesmo pode ser comparado a uma comunidade mais global que mobiliza grupos mais específicos na perseguição de objetivos comuns e a partir de

valores e exemplares compartilhados, há que se analisar quais são os valores que estão sendo compartilhados e que exemplares são mobilizados à guisa de justificção do novo modelo ou “paradigma”, ou seja, da Ciência Aberta como enunciada por representantes do SciELO. Qual é o consenso geral, mesmo que ainda em construção? E, pensando a partir de Law, qual é o elemento mobilizado para evitar um retorno à forma original da rede, ou seja, à uma ciência fechada?

Outra questão que não pode passar despercebida é a de “momentos de crise”, apontada tanto por Kuhn quanto por Law, ou de “problemática política”, na visão de Stengers. As discussões empreendidas nos eventos organizados pelo SciELO identificam como crise a diminuição de recursos para a pesquisa e para o financiamento da ciência, os ataques à credibilidade do trabalho científico tanto pelo atual governo brasileiro quanto por parte da população, a dificuldade do engajamento de pares na arbitragem do trabalho científico e a necessidade de mais transparência no processo de produção e de certificação do conhecimento. Quanto à questão da crise, cabe ainda um entendimento de sentido político, conforme Stengers. Se a ciência produz narrativas políticas para calar ficções rivais, que narrativas rivais são estas? Partem de onde? Que discursos e atores mobilizam? A partir delas, que insurgências do fazer científicos são ativadas na forma de novas políticas? Seria a Ciência Aberta uma problemática que coloca em evidência as relações entre ciência e ideologia? De que forma?

Sobre justificção, percebo que pode haver, no contexto analisado mais à frente, uma aproximação com a proposta da sociologia da crítica de Luc Boltanski e Laurent Thévenot [1991] (2020). A obra *A Justificção* apresenta uma modelização do senso de justiça colocado em prática no decurso de disputas, quando há troca de críticas e justificativas com o objetivo de encerrar um julgamento que permita ordenar as questões e os seres envolvidos por referência a uma definição de bem comum. Esse senso de justiça modelizado “é uma norma que se revela particularmente em situações nas quais alguns integrantes considerem que ela os traiu em favor de uma forma de dominação” (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020, p. 31).

Ao proporem um esquema situacional para a interpretação da ação, Boltanski e Thévenot pretendem que se leve a sério as exigências de justiça e legitimidade, para além das máscaras usadas para esconder a dominação de classe. Defendem que a justificção, enquanto comprovação, não pode ser considerada uma simples

confrontação entre argumentos, mas sim entre elementos, materiais ou não, associados em categorias. Um de seus interesses com o modelo de justificação é tornar possível o trânsito entre situações geralmente tratadas como microsociológicas e macrosociológicas a partir de uma descrição que mostre suas semelhanças e que tenha como base o fato de ambas serem habitadas por um requisito de justificação e comprovação. Por esse ângulo,

[...] a justificação se refere apenas aos momentos políticos em que seja necessário fazer as pessoas aceitarem uma decisão ou obter o aval necessário para realiza-la, quando a decisão pode ser fortemente criticada e, portanto, no decurso de uma comprovação, na qual a decisão possa ser justificada. (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2000, p. 43).

A análise das formas contemporâneas da crítica por Boltanski e Thévenot baseia-se em dois componentes principais, que assumem a forma de dispositivos conceituais: o da distinção entre mundo e realidade e o da construção e sustentação da realidade. Como “mundo”, entendem, com base na filosofia de Wittgenstein, tudo aquilo que ocorre ou é passível de ocorrer. A “realidade” é vista na perspectiva de um plano atravessado por contradições, no qual cada um dos elementos que o compõem parece dar suporte à efetividade de outros:

Ora, em situações históricas nas quais essa realidade parece estar desmoronando, como é notadamente o caso quando se desenvolvem crises econômicas e/ou movimentações sociais transformadoras, os atores podem se mobilizar para dar forma àquilo que, em sua vida cotidiana, enraíza-se em suas experiências do mundo, traduzi-lo em termos de linguagem e, quando conseguem encontrar a quem se dirigir, transmutá-lo em demandas políticas, de modo a tentar modificar, por meio da crítica, os contornos da realidade. (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020, p. 47).

Para que se corporalize e se torne visível o papel normativo e sacralizante das instituições, os autores propõem um detimento sobre os dispositivos destinados à tarefa de construir e de sustentar a realidade. A análise dos “regimes de engajamento” (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020, p. 60) tem como pressuposto uma inversão da perspectiva corrente sobre o social, que passa a ser pensado a partir do público ou das coletividades e com referência às preocupações pessoais resistentes à comunicação, tomada como “colocação em comum”. Cabe à coletividade garantir sua

presença sob a forma de “instituições”, capazes de aparelhar, instrumentalizar, a relação dos indivíduos uns com os outros (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020, p. 426).

No texto *Sociologia crítica ou sociologia da crítica*, Boltanski (2016) defende que a prática sociológica deve buscar reconstruir, da forma mais completa possível, o espaço crítico no interior do qual o caso que se estabelece é jogado. Em decorrência, o trabalho de campo deve acumular o maior número possível de relatórios produzidos pelos próprios agentes, para que se possa elaborar um “relatório dos relatórios”, a fim de se traçar um caminho através do trabalho interpretativo dos próprios (rel)atores. A atenção da ou do sociólogo da crítica deve recair sobre a forma sob a qual os próprios atores constroem relatórios que visam a objetividade e a generalidade; sua ação deve ser a de selecionar os que podem ser considerados, no contexto do caso estudado, necessários ou contingentes. Cabe à ou ao sociólogo produzir um relato que equilibre o enunciado breve e a narrativa densa que se torna interpretável a partir das redes de relações. Ou seja, cabe a ela ou ele renunciar à ideia de estrutura social para se deixar levar pelas formas estáveis que aparecem nos relatos dos atores. O trabalho de análise deve ter como objetivo o levantamento do que está implícito, de modo a formular hipóteses sobre as categorias que o ator coloca em prática para orientar sua ação.

Boltanski destaca que o trabalho de justificação tem como princípio a resposta a uma crítica. O trabalho de modelização visa reconstituir a competência à qual os atores devem poder ter acesso para produzirem argumentos convincentes, que sejam aceitáveis pelos outros e que sejam dotados de um grau elevado de objetividade e de universalidade. “É a possibilidade de um argumento pretender a uma validade universal que sustenta sua objetividade e que lhe torna aceitável pelos outros ou, como dizem as pessoas, incontestável” (BOLTANSKI, 2016, p. 150).

A construção de um modelo de competência (ou de justiça) deve estar igualmente apoiada sobre a análise do agenciamento das situações nas quais as pessoas são levadas a realizar operações de crítica ou de justificação, sobre os dispositivos situacionais e sobre os objetos que compõem esses dispositivos. Para Boltanski, o que precisa ser desvendado são os princípios de justiça sobre os quais as pessoas se apoiam quando se engajam na crítica ou fazem justificações. Ou seja, são as operações por meio das quais elas assentam os méritos de suas asserções que devem ser explicitadas e relacionadas à realidade por meio da comprovação.

## 2.2 Revisão por pares e autorregulação da ciência

A instituição do modelo de produção de conhecimento sistemático, objetivo e passível de verificação por pares é localizada no processo de institucionalização da ciência, ocorrido no século XVII. Uma vez reconfigurada como atividade coletiva, a ciência passa a depender de um sistema comunicacional capaz de interligar a rede de produtores de conhecimento científico, tanto no papel de autores quanto de avaliadores. A publicação regular de periódicos científicos passa a ter a avaliação por pares como sustentáculo, uma vez que sua primeira função é a de legitimar o conhecimento produzido pelos cientistas, com vistas à disseminação.

A introdução do conceito de avaliação de manuscritos é atribuída à *Royal Society of London*, que em 1752 instituiu o *Committee on Papers* na produção da revista *Philosophical Transactions*. A revisão já era praticada anteriormente, no âmbito das sociedades científicas, mas somente a partir da metade do século XX é que a difusão e a padronização da avaliação por pares começam a acontecer. Dois fatores incidiram sobre este processo: o aumento do número de submissões às revistas e, com isso, a necessidade de uma maior seleção dos originais a serem publicados; e o aumento da especialização e sofisticação das áreas, que tornou imprescindível o aconselhamento com pares (PAVAN, 2008).

Contemporaneamente, portais como o SciELO entendem a submissão de um trabalho a uma publicação científica como uma sequência de várias etapas: seleção do periódico almejado, familiarização com as instruções para autores e com as normas para submissão, envio do original, pré-seleção dos originais pelas e pelos editores (que podem encaminhá-los a pareceristas, descartá-los de imediato ou recomendar submissão a outra revista científica), envio dos manuscritos pré-selecionados para a avaliação por pares, recomendação de pares por meio da emissão de pareceres, decisão editorial com base nos pareceres, comunicação da decisão ao(à) autor(a), envio pelas e pelos autores da versão final para publicação conforme os pareceres, editoração, publicação e divulgação. A partir dos pareceres avaliativos, as e os editores tomam a decisão pelo aceite ou pela recusa à publicação, com a prerrogativa de contestação dos pareceres pelo(a) autor(a), embora não direta. A recusa de um trabalho não impede sua submissão a um outro periódicos. Pode até melhorá-lo para um novo processo avaliativo. Por isso, há quem entenda as e os

editores como educadores, pois sua atuação como elaboradores de políticas e como intermediários na comunicação entre avaliadores e autores acaba se refletindo no aperfeiçoamento da escrita e na transmissão objetiva do conhecimento (PAVAN, 2008).

Há diferentes tipos de avaliação por pares. No modelo aberto (ou OPR), a identidade de autores e de pareceristas é mutuamente conhecida; já o modelo fechado oferece as variações cega (ou *single blind peer review*), em que autores desconhecem as identidades de pareceristas, e duplo-cega (ou *double blind peer review*), na qual autores e avaliadores têm suas identidades mutuamente anonimizadas. Até então, o anonimato do modelo duplo-cego foi tido como o ideal para a avaliação da ciência. Isso porque possibilitaria uma análise mais isenta e livre de favorecimentos pessoais, institucionais, acadêmicos e profissionais. Prática que nem sempre se comprova, já que, em muitos casos, quem avalia pode acabar identificando a autoria de um trabalho, principalmente em áreas do conhecimento mais circunscritas. Quanto mais restrito o tema abordado, maior a chance de identificação. Além disso, os argumentos que surgem com a proposta de Ciência Aberta dão conta de que uma interação mais participativa entre pares tornaria o processo de fazer ciência mais colaborativo e democrático, bem como evidenciaria, na forma de reconhecimento, o trabalho anonimizado de pareceristas. No entanto, esse entendimento não surge sem contestações.

Sobre a avaliação aberta ou *Open Peer Review* (OPR), Pavan sugere, com base nas reflexões de Fiona Godlee<sup>32</sup> e Irene Hames<sup>33</sup>, que a possibilidade de uma interlocução direta entre autores, avaliadores e leitores poderia conduzir a animosidades, retaliações e prejuízos aos relacionamentos entre pares, bem como a um favorecimento de pesquisadores com carreiras já consolidadas e ao declínio da criticidade dos pareceres e dos aceites para colaboração por parte de avaliadores. No caso dos comentários abertos, com base no que já foi constatado por algumas revistas, como a *Nature*, ela aventa a possibilidade de um esvaziamento das contribuições altamente qualificadas.

---

<sup>32</sup> GODLEE, Fiona. Making reviewers visible: openness, accountability, and credit. **JAMA: The Journal of the American Medical Association**, Chicago, v. 287, n. 21, pp. 2762-2765, Jun. 2002.

<sup>33</sup> HAMES, Irene. **Peer Review and Manuscript Management in Scientific Journals: guidelines for good practice**. Malden: Blackwell, 2007.

Esta implantou de julho a setembro de 2006 um modelo de *open peer review* que permitia ao autor escolher se queria postar seu artigo em um servidor de *preprints* para que comentários abertos ao público fossem postados e assinados, enquanto em paralelo ocorria o processo tradicional de avaliação pelos pares. Dos 1.369 artigos enviados para revisão nesse período, apenas autores de 71 (ou 5%) desses artigos aceitaram participar e receber comentários abertos, sendo que 33 artigos não receberam comentários e outros 38 receberam 92 comentários técnicos. A maioria dos autores encontrou algum valor nas observações, porém, para o editor nenhum comentário contribuiu significativamente para suas decisões. De acordo com os responsáveis pelo experimento, os pesquisadores/leitores são relutantes em disponibilizar/publicar comentários. Essa relutância, como mencionado anteriormente, pode estar relacionada ao desejo de não ficar em total exposição perante seus colegas. (PAVAN, 2008, p. 83).

No texto seminal *The invisible hand of peer review*, Stevan Harnad (1998) considera que o que mantém a propriedade do conteúdo publicado por periódicos científicos é a revisão por pares, descrita como “a mão invisível” que mantém sua qualidade. O autor afirma que o problema “quem fiscaliza os fiscalizadores” tradicionalmente tem sido resolvido entre os acadêmicos por meio da revisão por pares, considerada uma forma de controle de qualidade e de certificação. No entanto, identifica algumas armadilhas neste “policiamento de pares”. Entre elas, erros em que os editores podem incorrer na escolha de especialistas e na aplicação de suas recomendações, pois pares chamados a avaliar um manuscrito podem falhar por não serem suficientemente especializados, informados, conscientes ou justos.

Harnad se pergunta se os comentários de pares a um texto em modelo preprint seriam realmente uma revisão por pares, pois, para ele, é muito difícil que especialistas apontem publicamente as falhas nos trabalhos de colegas. No entanto, defende a publicação dos pareceres pelo aceite e pela recusa juntamente com os artigos, na forma de comentários, para que possam ser respondidos pelo(a) autor(a). Também sustenta que os comentários posteriores, tanto de pares quanto de leitores em geral, podem ser arquivados e associados de forma online ao artigo publicado, juntamente com as respostas do(a) autor(a).

Em análise sobre a avaliação por pares como prática inerente à ciência enquanto instituição social, Amílcar Davyt e Léa Velho (2000) abordam as diferentes modalidades de julgamento por pares, bem como alguns de seus desdobramentos e principais críticas. Os autores chamam a atenção para o dinamismo dos instrumentos de avaliação da ciência e para a sua tendência de traduzir e incorporar mudanças

contextuais. Entretanto, ressaltam que, desde seu surgimento, mantêm uma constante: a noção de que apenas os próprios cientistas podem avaliar o trabalho de seus colegas.

Consequentemente, as críticas advêm, por um lado, dos atores que se sentem excluídos da negociação ou prejudicados por ela, e, por outro, de mudanças contextuais que chamam por novas negociações, o que está ocorrendo neste momento [com a Ciência Aberta]. (DAVYT; VELHO, 2000, n.p).

O emprego da sistemática de árbitros na ciência assume uma qualidade especial, que a difere de outros modelos de arbitragem já que “as recompensas devem ser decididas na base da análise por iguais” (DAVYT; VELHO, 2000, n.p). Assim, a revisão por pares atua tanto como mecanismo autorregulador da ciência moderna quanto como procedimento que contribui para a consolidação da comunidade científica,

[...] na medida em que são seus integrantes os únicos que definem as regras de acesso e exclusão e que, através de uma hierarquia própria, distribuem internamente prestígio e autoridade como recursos. (DAVYT; VELHO, 2000, n.p.).

Davyt e Velho definem como pares colegas cientistas conhecedores do estado da arte no campo e capazes de fornecer um parecer sobre a qualidade do objeto avaliado a partir de critérios determinados internamente pela própria comunidade científica. Localizam as razões para o sucesso do modelo de avaliação por pares como base institucional para confiabilidade e acumulação do conhecimento na própria estrutura de autoridade da ciência. Refletem sobre as discussões e críticas envolvendo a revisão por pares, apontando seu ressurgimento de tempos em tempos com novas roupagens, novos tópicos e novas problemáticas. Com base em estudos anteriores, apontam oito críticas recorrentes: 1) o privilégio conferido a pesquisadores e instituições de prestígio; 2) a resistência a ideias inovadoras, com o favorecimento de linhas de pesquisa tradicionais; 3) o controle da burocracia interna sobre os processos; 4) o sigilo dos assessores, que torna difícil a cobrança de resultados e isenção de julgamento; 5) a inexistência de outros mecanismos de assessoramento, ou da combinação entre vários; 6) o enorme gasto de tempo dos cientistas; 7) a não correspondência entre o processo de elaboração das propostas e sua avaliação à

dinâmica do trabalho científico criativo, muito mais espontânea; 8) a promoção da competição em lugar da cooperação e colaboração entre cientistas (DAVYT; VELHO, 2000, n.p).

Especificamente sobre a crítica ao sigilo dos nomes de avaliadores, há também, em Davyt e Velho, uma reflexão de que a prática permite parecer tendenciosos, maliciosos ou simplesmente de má qualidade e que o anonimato proporciona uma posição privilegiada aos revisores por impossibilitar a prestação de contas de suas palavras e decisões. No entanto, estudos empíricos mobilizados por eles apontam não haver diferenças significativas de qualidade na comparação entre os processos de avaliação duplo-cego e aberto. “Ficaria em pé, portanto, o argumento da *accountability*, da necessidade de todo juiz prestar contas de seus julgamentos” (DAVYT; VELHO, 2000, n.p.).

### 2.3 O nascimento de um paradigma?

A partir da literatura especializada é possível confirmar que os moldes kuhnianos da imagem de comunidade científica mobilizada nas discussões aqui analisadas é representativa de um entendimento mais geral. No entanto, a identificação da abertura da ciência com a noção de paradigma emergente surge como novidade. Na mesa de abertura de evento realizado com editores de periódicos da Coleção de Humanas do SciELO<sup>34</sup>, destaco algumas ocasiões em que ela emergiu, imbricada com a ideia de mudança cultural. Duas delas ocorreram na fala da vice-diretora da ABEC Brasil, Lia Machado Fiuza Fialho, durante as rodadas de respostas a questões do público:

*Em relação à comparação da Ciência Aberta [entre áreas do conhecimento] [...] é nítido que, no âmbito das Humanas, essas **mudanças de paradigma são mais paulatinas.***

*Eu acho que é um processo que demanda uma **mudança de cultura**, demanda uma **quebra de paradigma** de como se fazia antigamente, como se faz hoje, mas também é um processo um tanto irreversível porque é muito nítido o quão colabora o acesso*

---

<sup>34</sup> “Mesa 1: Desafios da Ciência Aberta nas Humanidades”, no evento online promovido pelo SciELO Brasil “A Ciência Aberta nas Humanidades”, realizada em 17 de maio de 2022. Teve como painelistas Abel L Packer, diretor do Programa SciELO, e Lia Machado Fiuza Fialho, vice-diretora da Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC Brasil). Foi comentarista Fernanda Beigel, pesquisadora do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), e teve como mediador Luiz Augusto Campos, editor da revista *DADOS* e representante da área de Humanidades no Comitê Consultivo do SciELO Brasil. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=pB7U2lzhNjU>

*aberto dos dados.* (Lia Machado Fiuza Fialho, vice-diretora da ABEC Brasil, painel “Desafios das Ciências Abertas nas Humanidades”, online, 17 de maio de 2022).

O representante da área de Humanidades no Comitê Consultivo SciELO, Luiz Augusto Campos, fez menção à ideia da Ciência Aberta como mudança cultural. Como mediador, ele acrescentou às falas dos painelistas e do público:

*[...] vivemos uma **mudança de cultura** que depende de um ator fundamental que é o Estado, que é, ou era, não se sabe, o principal financiador da ciência. Acho que a gente também não pode ignorar, como o Abel [Packer, diretor do Programa SciELO] mencionou, que existe um **conflito** no campo acadêmico e não só posições neutras em relação à Ciência Aberta, mas posições que acabam **redundando em obstáculos, são posições contrárias a esse avanço**.* (Luiz Augusto Campos, representante da área de Humanidades no Comitê Consultivo do SciELO Brasil, painel “Desafios das Ciências Abertas nas Humanidades”, online, 17 de maio de 2022).

No segundo dia do evento, houve um painel dedicado à questão da abertura dos pareceres<sup>35</sup>. A painelistas Paula Cristina Cardoso Mendonça, editora da revista *Ensaio*, também referiu especificamente ao “paradigma da Ciência Aberta”. O periódico é o primeiro na Coleção de Humanidades do SciELO a experimentar modelos de abertura do sistema de avaliação por pares e de publicação de artigo-parecer. Esta experiência será abordada no quarto capítulo deste trabalho.

*Nós começamos com essa perspectiva de **diálogo com a comunidade** a partir de um editorial que foi publicado em 2021, no qual a gente apresenta uma visão de ciência que nós defendemos. Compreendemos o **paradigma da Ciência Aberta** nessa perspectiva.* (Paula Cristina Cardoso Mendonça, editora da revista *Ensaio – Pesquisa em Educação em Ciências*, painel “Abertura de Pareceres”, online, 18 de maio de 2022).

Uma apresentação mais coesa da ideia da Ciência Aberta como novo paradigma ocorreu na fala de Lilian Nassi-Calò, que representou o SciELO na mesa sobre abertura de pareceres:

*A questão é que o que a gente tem incentivado, o que o SciELO tem incentivado, é fazer experimentos. Então, com essa fase digamos precoce de adoção de práticas de*

---

<sup>35</sup> “Mesa 5: Abertura de Pareceres”, no evento online promovido pelo SciELO Brasil “A Ciência Aberta nas Humanidades”, realizada em 18 de maio de 2022. Teve como painelistas Paula Cristina Cardoso Mendonça, editora do periódico *Ensaio – Pesquisa em Educação em Ciências*, e Cristina Scheibe Wolff, da coordenação editorial da *Revista Estudos Feministas*. Foi comentarista Lilian Nassi-Calò, coordenadora da coleção SciELO Saúde Pública, representante do BIREME no Comitê SciELO Brasil. A mediação foi de Valdeci Lopes, editor da *Revista Brasileira de História*. Disponível em [https://www.youtube.com/watch?v=WIk-o\\_a53Aw](https://www.youtube.com/watch?v=WIk-o_a53Aw)

*Ciência Aberta que, no meu ver, se coloca à frente, temos diante de nós uma segunda **grande mudança de paradigma**. [...] Eu acredito que isso vai acontecer e **que a gente vai acabar adotando a maior parte das práticas de Ciência Aberta** como avaliação por pares aberta, dados abertos, a gente vai usar Preprints cada vez mais, mas para isso, a gente tem que experimentar. Então, eu acredito que é o que o SciELO propõe aos senhores editores, que **experimentem novas formas** como a revista da professora Paula Cristina está fazendo, que está experimentando com formas alternativas de revisão por pares e publicando pareceres que na realidade se transformam em artigos científicos. (Lilian Nassi-Calò, coordenadora da Coleção SciELO Saúde Pública, representante da BIREME no Comitê SciELO Brasil, painel “Abertura de Pareceres”, online, 18 de maio de 2022).*

Conforme os grifos acima, as explicações trazem atreladas à ideia de Ciência Aberta como paradigma emergente as noções de ruptura, crise, mudança cultural e processo, aliadas à questão da reprodutibilidade de experimentos como caminho para estabelecimento de uma nova prática. Tomando a avaliação por pares como lócus de uma prática da ciência em ação, é possível perceber como esse engendramento do novo é organizado e quais são os esforços empreendidos para que gere o engajamento de uma comunidade, ou coletividade, regida pelo consenso, ou acordo. Também se torna possível uma aproximação, a partir da ideia de mudança cultural, com culturas de auditoria, tema do próximo capítulo.

## CAPÍTULO 3

### Auditoria, antropologia e etnografia

Este capítulo aborda, a partir da perspectiva da Antropologia, a emergência e os efeitos de culturas de auditoria sobre a academia e a produção do conhecimento, bem como as contribuições analíticas que podem surgir a partir da etnografia. Para isso, parte do trabalho de referência da antropóloga Marilyn Strathern (2000) e incorpora contribuições de Cris Shore (2009), Andrew Kipnis (2008) e Simone Brito e Patrice Schuch (2017). Também apresenta algumas considerações sobre o manual de boas práticas promovido pelo SciELO no Brasil, tomado no contexto de uma ética codificada.

#### 3.1 Uma cultura em formação

Em *Audit Cultures: Anthropological studies in accountability, ethics and the academy*, Marilyn Strathern (2000) propõe que a auditoria, enquanto fenômeno global, seja entendida como uma cultura em formação, com práticas que assumem os contornos de um artefato cultural distinto. Assim, interessa observar o modo como os preceitos de eficiência econômica e de boas práticas do mundo financeiro estão sendo seguidos em escala e difusão na academia. Strathern defende que a análise etnográfica das novas formas de *accountabilities* seja centrada justamente no que é anunciado como novo e como sinal de mudança de época. Ela afirma que, nos lugares em que a auditoria é aplicada a instituições públicas, a preocupação do Estado pode ser não tanto impor um direcionamento das rotinas diárias, mas garantir o vigor de controles internos, na forma de técnicas de monitoramento. O que demanda a criação de mecanismos para acostumar as pessoas com a nova “cultura”, cuja retórica provável repousa na justificativa e no efeito de ajuda-las/monitora-las a se ajudarem/monitorarem.

Strathern pensa na auditoria como um agente central e de caráter não humano, ao qual são atribuídos todos os tipos de poderes. Neste contexto, a ética é um ator social frequentemente inscrito para justificar as práticas, ainda que, com a mesma frequência, seja vista ou como traída ou em resistência a elas. A importância do estudo da ética pela Antropologia consiste justamente no fato de que sua imbricação com a

auditoria estrutura as expectativas sociais, de modo a criar novos princípios de organização. Se ética, auditoria e política são arenas implicadas e refletidas entre si, as práticas que delas emanam são a chave para o estudo da cultura e da sociedade, pois servem como pontos de referência mútuos, dentro e fora de cada fenômeno (STRATHERN, 2000).

Na cultura de auditoria, o que está sendo inspecionado é a “performance”, parametrizada como boas práticas e gerenciamento. As medições engendradas envolvem a promoção de conceitos-chave, eles próprios tentativas deliberadas de modificar as perspectivas culturais das pessoas. Por isso, a importância de sua dimensão política: “[...] ‘policy’ should be of great interest to anthropological enquiry as an arena where governments re-invent society and promote cultural change” (STRATHERN, 2000, p. 288). Na prática, a auditoria dá origem a um ciclo de retroalimentação por meio do qual auditores e auditados(as) criam uma realidade própria, decorrente de e em contribuição a uma doutrina política de reforço. A autora observa que, quando inserido nesse tipo de serviço político, o modelo tradicional e hierárquico de produção de conhecimento incentiva a mensuração do que as instituições produzem quando observam o que os indivíduos produzem, transformando-os em auditores:

It is thus no surprise that ‘auditors’ can be shown to be ‘us’. In the ways in which academics are drawn into auditing practices, this is true at many levels. Peer reviews co-opt colleagues, willingly or otherwise. Those who devise and administer monitoring schemes are likely to come from the same kind of professional background as those whose performance they scrutinize. Lastly, academics supply thought, not just information about but also reflections upon conditions of life. [...] In promoting value for money and economic efficiency, persons and organizations are being assisted to provide public reassurance of their viability. When, as in higher education, ‘individuals’ become conscious of themselves as ‘performers’, seemingly ‘in control’ of their performance, the bureaucratic reflexivity involved is part of their relationship to the enabling state. (STRATHERN, 2000, pp. 290-291).

Ao colocar a questão da ética como código de conduta, Strathern repara que, onde o monitoramento se estende à condução da pesquisa, pode afetar diretamente o tipo de trabalho que os cientistas são capazes de realizar. A autora pondera que o ethos de responsabilização/*accountability* que subjaz a essas novas formas de governo gerencial acaba adotado pelas e pelos acadêmicos em suas próprias práticas

disciplinares, acrescentando a elas um conjunto próprio de protocolos. Neste sentido, afirma que há uma percepção geral de que a ética, especialmente quando codificada, pode ser entendida como uma versão ampliada ou expandida da auditoria. Se os códigos de ética relacionam especificamente as “boas práticas” à conduta individual, também se aplicam às instituições enquanto coletivos. Assim, a contribuição da auditoria estaria em endossar a transparência como boa prática, já que esta, enquanto código de ética alargado, redescreveria a prestação de contas como uma questão de responsabilidade/*accountability* para as pessoas afetadas pelo resultado de certas ações.

Ethical practices refer to the interests of third parties, which are at once the reason for and lie outside the loop through which professionals demonstrate (to other professionals) their adherence to standards. By this very definition, the good practices which come under scrutiny concern relations with others. At the same time, applying ethical canons to behaviour summons a personal point of reference. So, although the others may be corporate bodies, they are frequently understood as other persons; ‘ethics’ may thus be phrased in terms of ‘personal’ responsibilities, rights and liabilities. From this perspective, there is a crucial social difference between the evaluation of individual performance in audit and the scrutiny of personal conduct introduced by the concept of ethics. Where higher education audits create the performing individual who contributes to the productivity of academic enterprise, ethical codes create the responsible practitioner who does not want his or her actions to bring harm to others. (STRATHERN, 2000, pp. 292-293).

Strathern localiza a promoção da cultura de auditoria nas políticas interessadas no remodelamento da relação entre o indivíduo e o Estado, terceiro interessado no ciclo auditor-auditado. Nesse contexto, a “ética auditável” surge com potencial para remodelar, por meio de novas categorias de práticas de pesquisa e dos comitês de ética que as definem, os povos com os quais as e os etnógrafos trabalham.

No contexto deste trabalho, cabe destacar alguns pontos em que as práticas e os discursos envolvendo a implementação da Ciência Aberta via Programa SciELO podem ser inseridas nas perspectivas teóricas acerca das culturas de auditoria. Um deles é o da codificação da ética a partir do estabelecimento de critérios, de linhas de ação e de boas práticas no sentido de responsabilização e transparência (STRATHERN, 2000).

Os *Critérios SciELO Brasil* mencionam a observância às boas práticas como parâmetro utilizado nas avaliações de desempenho individual dos periódicos (SciELO,

2020, p. 35). Já as *Linhas Prioritárias de Ação 2019-2023* (SciELO, 2021) reforçam que o desenvolvimento e o aprimoramento dos periódicos e das coleções nacionais devem estar alinhados às boas práticas da Ciência Aberta. O *Guia de boas práticas para o fortalecimento da ética na publicação científica* (SciELO, 2018) é apresentado como documento padrão com a finalidade de promover “a transparência no processo de avaliação de manuscritos e na reprodutibilidade da pesquisa” (SciELO, 2018, p. 2). Tem como base normas e recomendações estabelecidas por instituições internacionais e nacionais, como o *Comitee on Publications Ethics* (COPE), o *Council of Science Editors* (CSE), a *Equator Network*, o *International Comitee for Medical Journals Editors* (ICMJE) e o *Código de boas práticas científicas* da FAPESP e do CNPq.

O *Guia de boas práticas SciELO* versa sobre identificação de más condutas e serve como mecanismo de apoio à tomada de decisões por cada periódico sobre casos de má conduta, bem como orienta a tomada de decisões sobre retratações e erratas. Especificamente sobre a atuação de editores e de pareceristas, tema deste trabalho, define que devem privilegiar a imparcialidade, integridade e confidencialidade na avaliação, priorizando críticas construtivas e prazos acordados com o periódico (SciELO, 2018, p.3). Note-se que a confidencialidade ainda figura como boa prática, uma vez que o *Guia* é anterior às *Linhas Prioritárias de Ação*, publicadas em 2021, nas quais a Ciência Aberta é introduzida como modelo editorial.

### **3.2 Aspectos fugidios, aversão ao risco e administração científica**

A partir de Strathern, outras e outros autores<sup>36</sup> abordam as culturas de auditoria e seus efeitos sobre a academia, o processo de produção do conhecimento e a prática etnográfica. Em *Cultura de auditoria e governança iliberal: universidades e a política*

---

<sup>36</sup> A discussão sobre cultura de auditoria na perspectiva da Antropologia também possibilita o vislumbre de outras abordagens e práticas, que emergem a partir da agência dos próprios grupos implicados no processo. No livro decorrente de sua tese sobre a verificação e a certificação de produtos agroecológicos em Santa Catarina, Guilherme Radomsky (2015) reflete que os sistemas técnico-burocráticos trazem como possibilidade a operação e a apropriação dos processos por redes participativas, a partir motivações sociais particulares e tendo como propósito um modelo diferente de desenvolvimento. Na pesquisa de Radomsky, o “modelo diferente de desenvolvimento” que desponta envolve a noção de cooperação, contida em um processo de certificação com formato participativo e concebido na ideia de uma “comunidade imaginada”, conforme Benedict Anderson. A partir disso, Radomsky insiste na noção de “construção”, sustentando que é necessária uma distinção entre formas de integração horizontais e verticais. Planejo abordar esta proposta em um momento futuro desta pesquisa, no âmbito da pós-graduação.

da responsabilização, Cris Shore (2009) reflete sobre o desenvolvimento, a partir da década de 1990, de uma cultura de auditoria generalizada em organizações do setor público. Empregada como mecanismo de medição e melhoria de produtividade, sua legitimidade é associada às noções de transparência e de responsabilização/*accountability*.

A “cultura de auditoria” não é exceção [ao fato de que antropólogas e antropólogos inventam as culturas sobre as quais escrevem]: o termo é de origem recente e foi cunhado por sociólogos e antropólogos para descrever não exatamente um tipo de sociedade, lugar ou povo, mas uma *condição*: uma condição moldada pelo uso de técnicas e princípios modernos de auditoria financeira, mas em contextos muito distantes do mundo da contabilidade financeira. Em outras palavras, ela se refere a contextos nos quais as técnicas e valores de prestação de contas (*accountancy*) tornaram-se um princípio organizador central na governança e no gerenciamento de conduta humana – e os novos tipos de relações, hábitos e práticas que isso está criando. (SHORE, 2009, p. 27).

Shore chama atenção para o fato de que a disseminação da auditoria enquanto cultura pode ser um indicativo de como os processos de neoliberalização estão reorganizando padrões de vida, remodelando as instituições do setor público, modificando ambientes de trabalho e transformando o sentido de “nós mesmos”. Para o autor, o crescente uso desses sistemas como forma de prestação de contas das burocracias remotas às e aos cidadãos é problemático porque, na prática, esses sistemas não permitem que suas vozes sejam ouvidas em sentido significativo. Além disso, a transformação dos ambientes em que o processo é introduzido acarreta consequências muitas vezes imprevistas.

[...] a auditoria muda a maneira como as pessoas se percebem: ela as incentiva a se medirem a elas próprias e suas qualidades pessoais contra “pontos de referência”, “indicadores de desempenho” e “níveis” externos usados pelo processo de auditoria. Uma sociedade de auditoria é aquela em que as pessoas são interpoladas como *auditadas*, na qual a prestação de contas é mesclada com elaborados mecanismos de controle para submeter o desempenho individual ao olhar de especialistas externos, e na qual todo aspecto de trabalho deve ser classificado e avaliado em relação a metas econômicas e pontos de referência burocráticos. (SHORE, 2009, p. 30).

Para o autor, o problema maior da ascensão da cultura de auditoria em lugares como a academia é que ela confunde “responsabilidade” (*accountability*) com

“contabilidade” (*accountancy*). Assim, a ideia de “ter de responder à cobrança do público” é remodelada em termos de medição de produtividade, eficiência econômica e garantia de “valor por dinheiro” (SHORE, 2009, p. 31). Shore cita como tecnologias de disseminação do novo gerenciamento público na governança das universidades: as auditorias, os indicadores de desempenho, os exercícios de comparação competitiva, os rankings de instituições, os exercícios punitivos de classificação de pesquisa e as avaliações periódicas de qualidade de ensino. Associado a isso, salienta o crescimento de um regime de burocratas, inspetores, comissionados e especialistas que, no seu entendimento, ameaçam o sistema de governo e as liberdades democráticas. Indica, ainda, como efeitos sociais e psicológicos dessas práticas o aumento substancial da carga de trabalho e de doenças relacionadas ao estresse.

Para Shore, a cultura de auditoria anuncia algo quantitativa e qualitativamente diferente do tradicional exercício do poder estatal. Isso porque a auditoria envolveria as pessoas em suas redes de maneira insidiosa, moldando modos de pensar e subjetividades. Outro ponto de atenção para o autor é a forma sedutora e sutil com que os conceitos e terminologias gerenciais foram se integrando à linguagem acadêmica. Ele argumenta que não se tratam de práticas neutras e politicamente inocentes destinadas a promover transparência e eficiência, mas de tecnologias disciplinares promovidas para instilar novas normas de conduta na força de trabalho.

As técnicas de governança promovidas pelo gerenciamento público são voltadas a produzir trabalhadores de “self flexível” – que não precisam ser supervisionados, mas que “se governam” pelo exercício da introspecção, do cálculo e do discernimento razoável. Uma característica fundamental da governança neoliberal é que ela depende de formas mais indiretas de intervenção e controle. Especialmente, ela procura agir sobre e através de agência, interesses, desejos e motivações de indivíduos, incentivando-os a considerarem-se sujeitos ativos responsáveis pelo aprimoramento de sua própria conduta. Internalizando as normas externas de gerenciamento, “trabalhadores flexibilizados” transformam-se em súditos governáveis do poder e controle gerencial. [...] O resultado final é uma nova racionalidade de governança, que converte as pessoas em simples unidades calculáveis de recurso econômico. (SHORE, 2009, p. 35).

Shore pensa que tabelas de classificação são ferramentas especialmente insidiosas, já que suas contagens numéricas ou classificações por estrelas geralmente

têm pouco a ver com qualidade. Ele afirma que, por meio da quantificação, os atributos do que se alega medir são distorcidos, levando mais a uma performance no sentido teatral e sociológico do que a uma medida real do desempenho. O argumento central do autor é que a auditoria não é apenas uma série de práticas técnicas, mas algo que precisa ser entendido como uma ideia, um processo e um conjunto de técnicas gerenciais que não promovem transparência ou efeito organizacional de fato. Seu alastramento para diferentes cenários não seria simplesmente uma resposta óbvia aos problemas de governança e responsabilidade, “antes, é uma questão de política de regulamentação e controle gerencial” (SHORE, 2009, p. 48). Na sua visão, a capacidade de construir, ou colonizar, ambientes a fim de torna-los auditáveis é uma das características fugidias da auditoria, já que não pode ser controlada e possui efeitos irreversíveis. Entre eles, a perda do espaço e da iniciativa por aversão ao risco.

Para Shore, o conceito gerencialista de *accountability* é coercitivo e autoritário, reduz as relações profissionais a moldes crus e aproxima as universidades de empresas comerciais. Outro ponto ressaltado pelo autor é que esta é uma cultura que não pode ser contestada individualmente e que, uma vez contestada coletivamente, traz custos e penalidades tanto aos indivíduos quanto às instituições que o fazem de forma particular. Além disso, afirma que os mecanismos de recompensa e punição da *accountability* beneficiam algumas e alguns acadêmicos em detrimento de outras(os) e que se trata não de uma fé na auditoria, mas no mercado (SHORE, 2009, p. 47).

Sobre cultura de auditoria e as contradições de um mundo de risco, Simone Magalhães Brito e Patrice Schuch (2017) afirmam que são justamente as práticas de auditoria e os sistemas de avaliação, monitoramento e certificação que abrem caminho para promessas como a medição científica e o ranqueamento. Elas pontuam que a auditoria, vista como mecanismo com capacidade não apenas de avaliação, mas de produção de qualidade, se atrela à garantia da independência, da eficiência, da racionalidade e da visibilidade como um conjunto de valores compartilhados. Citando trabalhos de Shore e de Strathern, as autoras refletem sobre como as formas supostamente neutras da auditoria transformam as maneiras como as pessoas se percebem e se relacionam, assumindo cada vez mais o papel de uma tecnologia disciplinar. Assim, a ênfase etnográfica deve recair sobre a compreensão contextualizada dessas formas.

Brito e Schuch chamam atenção para o fato de que sistemas e tecnologias de auditoria se desenvolvem em campos de disputas variadas, das quais resulta um discurso oficial. A etnografia, ao revelar as práticas que atualizam e produzem o normativo, tem como potência tornar visível a forma como ficções e valores, projeções e imaginação de uma ordem justa se tornam efetivas.

Em resposta aos trabalhos que relacionam a cultura de auditoria apenas à questão do neoliberalismo, Andrew Kipnis (2008) propõe que técnicas de avaliação e de auditoria de desempenho podem estar relacionadas ao desejo de promulgação de uma administração científica. O autor percebe que a busca por sua justificação pode vir atrelada à alegação de uma objetividade científica imparcial. A partir disso, argumenta que práticas de auditoria de desempenho podem ser melhor entendidas se vistas mais como técnicas para a manipulação de relações sociais localizadas do que como “regimes de verdade”. Para Kipnis, a contribuição da Antropologia está justamente em ver para além dos debates clássicos sobre governamentalidade neoliberal, já que a etnografia oferece uma perspectiva única para se documentar a distorção de efeitos ocasionada pela atribuição de um valor numérico ao que não é tão fácil e adequadamente quantificado.

Because of our commitment to understanding social processes over a relatively long period of time without the rush to quantification often apparent in other forms of social research, as ethnographers, we are well-positioned to make arguments about what audit procedures lose when they rush to substitute quick numerical or procedural measures for the type of judgments about value and quality that emerge from long-term social involvement with the people and in the processes that are being evaluated. Arguing for ethnography as a research process is very much like arguing against the sorts of numeric measures that the audit cultures depicted in this article require. (KIPNIS, 2008, p. 286).

Nesse sentido, Kipnis destaca três aspectos tradicionais da pesquisa e análise antropológicas como especialmente adequados para a investigação de culturas de auditoria: 1. o impulso etnográfico de estudar o que as pessoas dizem, o que fazem e como essas coisas se relacionam uma com a outra; 2. a prática de estudos comparativos e 3. a análise qualitativa.

Kipnis analisa comparativamente três casos de auditoria de desempenho: a realizada pelo Partido Comunista Chinês nas escolas e como forma de controle da corrupção nos escalões de governo chineses; a colocada em prática em algumas

fábricas de nações da ex-URSS; e a implementada em um banco do Meio-Oeste estado-unidense. A comparação dos três casos revela o compartilhamento de muitos aspectos. O primeiro deles é a tentativa de criar medidas numéricas de desempenho e que tem como consequência um grau de distorção do fenômeno que se propõem a medir, criando uma falsa equivalência entre as qualidades que supostamente são indicadas. O segundo é a produção de formas particulares de sociabilidade e de formas relacionadas e não individualizadas de personalidade, tais como as alianças pela obtenção de recompensas (nas escolas chinesas), entre indivíduos de uma mesma etnia (no caso dos funcionários do banco estado-unidense) e entre pessoas que se identificam a partir de uma característica comum (as mães das fábricas de comida para bebê nos países pós-URSS). Ainda em relação à posição social dos agentes da auditoria, destaca a emergência do entendimento de se “ver como um Estado”, no sentido de “se ver como um agente de governo”. O autor também nota que as condições ideológicas sob as quais as auditorias foram implementadas diferem amplamente e que dificilmente podem ser relacionadas apenas ao pensamento neoliberal. Ele afirma que o ato de governar não se limita a agentes estatais de elite, mas é algo realizado por todos e todas que se propõem a regular a “conduta da conduta” (KIPNIS, 2008, pp. 281-282).

Nos debates sobre a implantação da Ciência Aberta na reunião anual do SciELO em 2021, um dos participantes tomou como base editorial assinado pelo editor-chefe da *Revista de Administração Contemporânea*, Marcelo de Souza Bispo (2021), para criticar o alinhamento da noção de transparência com aspectos mercadológicos e da administração científica nos moldes positivistas.

Bispo (2021) escreve:

[...] ao ter contato com um conjunto de pessoas e textos sobre Ciência Aberta, percebi que uma parte do pensamento sobre o tema assume (ou quer determinar) uma posição totalizante. Isso significa dizer que há um entendimento sobre Ciência Aberta que está ancorado em uma perspectiva positivista (e suas derivações) de ciência em que seria possível estabelecer (na verdade, impor) um modelo fechado e único de como deve ser a prática de Ciência Aberta. Tal postura me preocupa, pelo simples fato de que tudo que se pretende total (geral) termina sendo excludente. Aí está o contexto para a pergunta que orienta minha reflexão: Seria possível uma forma perfeita e inequívoca de fazer Ciência Aberta? (BISPO, 2021, p. 2).

O texto e o contexto em que foi mobilizado como justificção à posição de que a abertura da ciência deve levar em conta particularidades específicas de áreas diferentes serão abordados no próximo capítulo.

## **CAPÍTULO 4**

### **Um movimento inexorável**

Antes que inicie a narrativa etnográfica, é necessário que eu localize minha ação e posicione minha análise (HARAWAY, [1988] (2009)). Sou graduada em Comunicação Social – Jornalismo, com experiência profissional no mercado de comunicação corporativa. Tenho especialização *lato sensu* em Gestão de Processos de Comunicação, minha dissertação de mestrado em História foi sobre as imbricações do surgimento da imprensa interiorana gaúcha com o projeto político do Partido Republicano Rio-Grandense e a ideologia castilhista. Anteriormente ao meu retorno à universidade para cursar Ciências Sociais, trabalhei como assessora de imprensa e atendi, entre outros clientes, uma editora comercial especializada em livros acadêmicos e profissionais nas áreas da Medicina e das ciências Biológicas, Humanas, Exatas e Sociais Aplicadas, com distribuição no Brasil e em Portugal. Assim, o ambiente editorial acadêmico, embora cheio de particularidades, não me era totalmente desconhecido.

Durante os quatro anos da graduação em Ciências Sociais (2018-2022), exerci a função de assistente editorial da revista *Horizontes Antropológicos*, publicação Qualis A1 vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGAS/UFRGS) e indexada no SciELO. Minha atuação foi possibilitada por bolsa com recursos do Programa de Apoio à Editoração de Periódicos da Pró-Reitoria de Pesquisa (PAEP/PROPESQ/UFRGS). Em paralelo, também desenvolvi atividades de apoio às outras revistas, uma discente e outras quatro vinculadas a núcleos de pesquisa do PPGAS/UFRGS. Para estas últimas, realizei diagnósticos individuais para acompanhamento de boas práticas e impacto, solicitada pela Coordenação do Programa em 2020 e com referência nos *Critérios SciELO (2020)*, no *Relatório do Qualis Periódicos – Área 35 (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2019)* e na *Chamada Pública nº19/2019 – Programa Editorial (CNPq, 2019)*.

No primeiro capítulo deste trabalho, abordo o Programa da Ciência Aberta (PCA) e o papel do SciELO, a partir de 2018, como seu divulgador e incentivador junto a alguns dos periódicos científicos brasileiros considerados “de excelência” (extrato A do Sistema Qualis da CAPES). Introduzo as controvérsias relativas à abertura do

processo de revisão por pares, centrais neste momento dos debates. Tradicionalmente, a avaliação de manuscritos no ambiente editorial científico ocorre no modelo fechado, em suas variações cega e duplo-cega. A migração para a modalidade aberta vem sendo entendida no âmbito do Programa SciELO como uma mudança cultural que se insere no bojo de novo paradigma científico. Como transição, afeta não apenas a forma como os periódicos organizam e gerenciam seu funcionamento, mas também traz outras questões, implicadas com as noções de eficiência, transparência e *accountability*.

As noções de paradigma e de comunidade científica desenvolvidas no capítulo 2 emergiram do próprio campo, ressoando o que se encontra na literatura específica sobre revisão por pares oriundas da Ciência da Informação. Apareceram diversas vezes nos debates e disputas aqui analisados. As e os cientistas que participam dessas discussões têm familiaridade com o trabalho de Thomas Kuhn [1969] e com as questões advindas após a publicação de *A estrutura das revoluções científicas*. Empregam, no entanto, essas definições tanto a si quanto ao que fazem. O conceito de “paradigma”, apesar de ter recebido críticas reiteradas ao longo da história da ciência (RAÍCIK; GONÇALVES, 2022), parece ser mais representativo para esses atores do que outras propostas, como a de Isabelle Stengers (2002) – ainda que esta possa imprimir mais potência ao contexto. O mesmo ocorre com “comunidade” quando aplicada no sentido de rede de relações. Se, nesses debates, “paradigma” parece resumir a ideia de um novo fazer científico, o entendimento de o empreendimento ciência envolve, é feito, validado e certificado em uma estrutura que envolve a comunidade científica é igualmente forte, principalmente no que toca às relações entre pares. Ao que tudo indica, o termo “paradigma”, à diferença da ideia inicial de Thomas Kuhn, é usado para referir mudanças que talvez não impliquem, de fato, em uma revolução, mas sim uma atualização, ou renovação, política na forma como a ciência é praticada.

Isso leva ao entendimento, por esses atores, da Ciência Aberta como “mudança de cultura” que se aproxima muito da prática de *accountability* e cuja principal controvérsia está posta na transparência dos processos, dos conteúdos das avaliações e da forma de validação do que é produzido. Assim, o capítulo 3 retoma os debates sobre as implicações das culturas de auditoria com o neoliberalismo (STRATHERN, 2000; SHORE, 2009; BRITO e SCHUCH, 2017) e com a ideia de

administração científica (KIPNIS, 2008). Se, de um lado, o que se exalta é o emprego de processos e de protocolos para medir, promover e prestar contas da eficiência a partir de uma lógica originada no mercado financeiro, do outro, o que é ressaltado é o argumento de uma objetividade científica e imparcial.

O quarto capítulo é dedicado à análise etnográfica dos debates sobre a implantação do PCA. Aborda não somente os discursos e contestações ocorridas na *Reunião Anual SciELO 2021* e em duas das mesas do evento *A Ciência Aberta nas Humanidades* (2022), mas os documentos mobilizados na postulação de críticas e como justificção (BOLTANSKI, 2016) (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020). Também procurei trazer, ainda que de forma incipiente, os olhares de quem está de fora desta arena e que encontrou no *Simpósio Especial Periódicos de Antropologia: Políticas de Avaliação, Citação e Divulgação da 33ª Reunião Brasileira de Antropologia* (RBA) um espaço para participação, compartilhamento e inserção. Nos eventos promovidos pelo SciELO, foram citados cinco editoriais de periódicos científicos e seis postagens no *Blog SciELO em Perspectiva*<sup>37</sup>. Nas três mesas da RBA, os debates ocorreram de forma mais fluida e as referências textuais, quando apareceram, se deram mais no sentido de comentários surgidos das interações, não sendo empregadas numa ideia de comprovação. A lista dos materiais analisados pode ser conferida nas primeiras páginas deste trabalho.

Em campo, me coloco na oscilação entre, ao menos, dois lugares: o da assistente editorial e o da observadora/pesquisadora. Neste sentido, o trabalho de Claudia Fonseca me amparou como inspiração etnográfica. Em *Avaliação dos programas de pós-graduação: do ponto de vista de um nativo*, Fonseca (2001) apresenta a etnografia de um processo de avaliação no âmbito da academia brasileira. Ela relata sua participação, descreve as etapas e levanta questões sobre o sistema de avaliação introduzido em 1998 pela CAPES. Sem intenção de desvalidar ou de desmistificar o processo, se propõe a pensa-lo como encontro particular entre pessoas e tecnologias. Conclui que, se antes dos novos critérios o mesmo era visto como uma inconveniência a ser esquecida o mais rápido possível, após sua implementação fez emergir a urgência de um movimento coletivo para a angariação de críticas e sugestões substantivas. Minha intenção, no que se segue abaixo é a de reproduzir a

---

<sup>37</sup> <https://blog.scielo.org/>

proposta de Fonseca de proporcionar uma perspectiva honesta da realidade vivenciada e observada.

#### 4.1 A Reunião Anual SciELO 2021

Na manhã de 3 de dezembro de 2021 foi realizada a *Reunião Anual SciELO 2021*<sup>38</sup>. Devido à pandemia de Covid-19, ocorreu no formato online e teve na programação um momento de apresentação, seguido por falas de convidados(as), painéis das áreas e debate. Todos os anos o Programa SciELO realiza um encontro com editores dos periódicos indexados para tratar sobre a Coleção SciELO Brasil e sobre inovações e tendências para o ambiente editorial científico. Em 2021, o assunto principal foi o estado de avanço da implantação do Programa da Ciência Aberta pelos periódicos indexados. Participei desta edição como integrante da equipe editorial da revista *Horizontes Antropológicos*. Foi a segunda vez que pude acompanhar este evento, que, nos anos anteriores a 2020, era realizado de forma presencial no Auditório da FAPESP, em São Paulo (SP). Apesar de decorrer da necessidade de isolamento social, o formato online ampliou a participação das equipes editoriais, anteriormente limitada pelos custos com deslocamento, alimentação e hospedagem.

Na abertura da reunião, o diretor do SciELO e coordenador de projetos da FAPESP/UNIFESP, Abel Packer, falou sobre o movimento rumo à Ciência Aberta com base nos critérios para indexação na Coleção SciELO: profissionalização, internacionalização e sustentabilidade financeira. O assunto dos repositórios de dados abertos teve enfoque especial, com a análise da operação piloto do SciELO DATA<sup>39</sup>. Na ocasião, Packer fez um convite às e aos editores para que criassem repositórios de dados abertos de suas revistas nesta plataforma. A questão repercutiu ao final do evento, no painel de debate. Afirmando que “a implementação da Ciência Aberta é um ponto sem retorno e também sem chegada”, pois “não se sabe onde está chegando”, Luiz Augusto Campos, representante da área de Humanidades no Comitê Consultivo do SciELO e editor-chefe da *Revista DADOS* (UERJ), reforçou dois pontos: a imposição limitante do PCA e a abertura da avaliação por pares. “Podemos, como área, contribuir na discussão sobre o que seja um dado para a publicação em bases

---

<sup>38</sup> [www.eventos.scielo.org/reuniaoscielo2021](http://www.eventos.scielo.org/reuniaoscielo2021)

<sup>39</sup> <https://data.scielo.org/>

como SciELO DATA. É necessária a criação de uma baliza legal. Já a abertura de pareceres é um ponto nevrálgico, principalmente para quem pratica o duplo-cego”, disse.

Sobre a abertura do conteúdo das avaliações por pares, tema deste trabalho, Campos sugeriu que a publicação de comentários ou de pareceres fosse feita somente depois de autorizados pelas e pelos avaliadores e autores. Um dos documentos citados por Campos para marcar sua posição sobre a implementação vertical do PCA e mobilizar as e os participantes para uma alternativa à questão foi o editorial *A impossibilidade da Ciência Aberta sem alteridade e pluralidade epistêmica*, assinado por Marcelo de Souza Bispo e publicado na edição de setembro de 2021 da *Revista de Administração Contemporânea (RAC/ANPAD)*.

No texto, o editor-chefe da RAC apresenta um contraponto ao que chama de “viés positivista que vem dominando o debate” (BISPO, 2021, p. 1) e, a partir da reflexão sobre o acesso aberto ao conhecimento produzido, transparência nos processos e reprodutibilidade e replicação de pesquisas, introduz a necessidade premente de um olhar mais plural e inclusivo. Bispo sustenta que o acesso aberto ao conhecimento produzido não significa necessariamente que uma ciência é aberta, já que os periódicos neste modelo só o são porque custeados por universidades, governos ou associações profissionais. Para ele, trata-se de um contexto marcado por questões mercadológicas, uma vez que os recursos são distribuídos com base no desempenho em rankings que aumentam a competitividade e atrapalham a democratização do conhecimento produzido. Sobre a associação que comumente se vê entre ética e transparência, Bispo alerta para o fato de que o conhecimento científico não é produzido da mesma maneira em todas as áreas do saber. Assim, exigir que todo e qualquer dado seja depositado em repositórios abertos esbarra em limitações e implicações éticas, sobretudo no que toca a informações sensíveis e confidenciais. O debate trazido por ele acerca da replicação e da reprodutibilidade das pesquisas aponta para uma agenda que ele qualifica como essencialmente positivista e como representativa de uma forma de fazer pesquisa que não é única e nem deve ser total.

Cabe colocar que a proposta de Ciência Aberta defendida pelo SciELO era, naquele momento, um tanto confusa para parte das e dos participantes da reunião, para mim inclusive. As exigências divulgadas nos *Crerios SciELO* de 2020 haviam

aberto espaço para muitas dúvidas e contestações. Paralelamente à fala de Campos no painel de debate, a editora da revista *Educação & Sociedade* (UNICAMP), Ivany Pino, propôs no chat do evento a organização de um encontro de editores de Humanidades para discutir o tema, levantar problemas, trocar experiências e pensar em soluções. Tanto *VIBRANT* (ABA) quanto *Horizontes Antropológicos* (UFRGS), ambas da Antropologia, apoiaram a iniciativa e se disponibilizaram a colaborar. Não tenho como afirmar, mas a proposta de Pino pode ter resultado no evento *A Ciência Aberta nas Humanidades*, organizado pelo SciELO e pelos representantes da área, Luiz Augusto Campos e Bernardo Buarque de Hollanda, em maio de 2022 e abordado mais à frente.

Ainda durante a *Reunião Anual 2021*, a coordenadora do painel de Humanidades e editora de *Estudos Feministas* (UFSC), Cristina Scheibe Wolff, reforçou a necessidade de um debate propositivo sobre a Ciência Aberta na área, “*pois hoje, como está definida, não nos contempla*”. Michel Misse, editor de *Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social* (UFRJ), falou pelo segmento de Sociologia e Antropologia. Concordando com as e os colegas da Administração, argumentou que o modelo de Ciência Aberta em debate não foi pensado em relação às Ciências Humanas e abordou as questões éticas envolvendo anonimato de interlocutores da pesquisa qualitativa. Apontou os problemas relacionados ao financiamento regular das revistas e aos custos da implantação de uma iniciativa como a Ciência Aberta. Frisou que cada periódico tem características específicas e citou a dificuldade de implantação do sistema preprint. Também sugeriu que as Humanidades debatessem mais sobre a abertura dos processos e que se problematizasse o modelo das Ciências da Natureza quando aplicado às Humanas.

Dificuldades enfrentadas por outras áreas também foram relatadas no painel de debate por Reinaldo Cantarutti, editor da *Revista Brasileira de Ciência do Solo* (RBCS/SBCS). “*A forma de aplicar a Ciência Aberta exige particularidades. A questão não está sobre seus pilares, mas sobre suas adaptações*”, disse, afirmando que o segmento da Ciências Agrárias é o que menos havia avançado na proposta da SciELO. Ele relatou que a RBCS teve redução na submissão de artigos em consequência da mudança do idioma de publicação do português para o inglês, realizado para satisfazer o critério de internacionalização. Também argumentou que o SciELO está deixando de investir na divulgação do que chamou de “*esse novo*” junto

aos Programas de Pós-Graduação. “A forma de executar a Ciência Aberta precisa ser melhor divulgada para ser entendida e adotada. Não deve ser uma imposição, mas uma construção”, finalizou.

Thelma Sueli Okay, editora-chefe da *Revista do Instituto de Medicina Tropical* (IMT/USP), na área de Ciências Médicas, defendeu que a abertura dos pareceres pode levar a uma discussão mais científica e menos corrosiva, mas ressaltou que os pareceristas estão resistindo a terem sua identidade revelada, sugerindo a criação de um guia de conduta da Ciência Aberta.

Grande parte das intervenções expressou um sentimento de cautela e de incerteza, tanto em relação ao que seria o PCA quanto à viabilidade de aplicação dos critérios e do cronograma do SciELO. Mesmo que tenha havido uma concordância em termos gerais sobre a importância de uma abertura – muito pautada pelo contexto político de ataques e negacionismos em relação à ciência –, não percebi adesões entusiasmadas. As manifestações do SciELO aparentaram um misto de posicionamento na defensiva e de ação de reforço/imposição normativa. No contexto do evento abaixo, isso parece ter se abrandado, assumindo o tom de uma recomendação pela experimentação das práticas propostas no novo modelo.

## 4.2 – Ciência Aberta nas Humanidades

O evento *Ciência Aberta nas Humanidades*<sup>40</sup> reuniu editoras e editores, representantes do SciELO e especialistas convidadas(os) na manhã de 17 e na tarde de 18 de maio de 2022. Realizado na plataforma Zoom, teve como objetivo geral discutir o avanço e os desafios do PCA nos periódicos da área de Humanas do SciELO e debater suas principais inovações e resistências. Mais especificamente, teve como propósito focar o aperfeiçoamento da infraestrutura e da capacidade de comunicação de pesquisas dos periódicos por meio de práticas de Ciência Aberta. A minuta do evento apresenta como precedentes à discussão a projeção, por parte do Programa SciELO, do alinhamento de todos os periódicos ao PCA até o final de 2023, levando em conta as particularidades das diferentes disciplinas e áreas temáticas.

Os representantes da área de Humanidades no Conselho Consultivo do SciELO, Luiz Augusto Campos e Bernardo Buarque de Hollanda, publicaram no *Blog*

---

<sup>40</sup> <http://eventos.scielo.org/humanidadesca>

*SciELO em Perspectiva* um resumo do evento. Campos é editor-chefe de *DADOS*<sup>41</sup>, uma das revistas de ciências sociais mais antigas do Brasil. Publicada pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IESP/UFRJ), faz parte do grupo de 11 revistas que, em 1996, integraram pioneiramente o SciELO, sendo a primeira de Ciências Humanas da Coleção. Hollanda é editor das revistas *Estudos Históricos*<sup>42</sup>, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC) do CPDOC/FGV, e de *Words & Silences*<sup>43</sup>, periódico oficial da Associação Internacional de História Oral.

Campos e Hollanda iniciam a postagem afirmando que “o mundo científico vem passando por uma revolução silenciosa”, identificada com a migração para a Ciência Aberta. “Depois de séculos baseadas em padrões centrados no segredo dos laboratórios e no anonimato da avaliação científica, diversas disciplinas migram paulatinamente para o que chamamos de PCA”, continuam introduzindo o objetivo do evento de “monitorar esse processo [o impacto das transformações nas diferentes áreas de Humanidades] e seus principais desafios” (CAMPOS; HOLLANDA, 2022, n.p.).

Este trabalho se deterá em dois momentos específicos do evento: as mesas 1 - *Desafios da Ciência Aberta nas Humanidades* e 5 - *Abertura de Pareceres*. Sobre a primeira, Campos e Hollanda ressaltam as falas do diretor do Programa SciELO, Abel Packer, e da vice-diretora da Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC Brasil), Lia Machado Fialho. A partir da apresentação dos dados sobre a adesão dos periódicos de Humanidades do SciELO às práticas de Ciência Aberta, Campos e Hollanda destacam que “apesar de lenta, a incorporação dessas práticas na Coleção não está muito aquém do que acontece em outras áreas”. Sobre a mesa que tratou da abertura de pareceres, afirmam que se trata de “importante e controvertido tema” (CAMPOS; HOLLANDA, 2022, n.p.), cujo debate abrangeu desde experiências de adoção progressiva até aspectos que envolvem as disputas, embaraços e concorrências que ela pode trazer.

Na abertura do evento<sup>44</sup>, Luiz Campos disse que:

---

<sup>41</sup> <http://dados.iesp.uerj.br/sobre/>

<sup>42</sup> <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/about>

<sup>43</sup> <https://www.ioha.org/journal/>

<sup>44</sup> SciELO NETWORK. A Ciência Aberta nas Humanidades. YouTube, 17/05/2022. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=pB7U2lzhNjU>. Acesso em junho de 2022.

*A ciência no mundo passa por uma revolução silenciosa, pelo grande público e para parte das próprias ciências, e que congrega uma série de mudanças e de transformações que vêm sendo colocadas sob o guarda-chuva do Programa da Ciência Aberta. Tradicionalmente, a ciência no mundo se pautou, em suas práticas, no sentido do segredo, do anonimato e do fechamento. A ideia do laboratório como um espaço fechado, a revisão duplo-cega por pares – em que os textos científicos são avaliados de modo anônimo –, todos esses pilares hoje se encontram em xeque por um programa que, basicamente, propõe o oposto disso: uma abertura dos espaços científicos, uma maior visibilidade e transparência dos processos de avaliação e de disponibilização dos dados. O Programa da Ciência Aberta em todas as áreas pode ser considerado bastante recente e as Ciências Humanas, ou a área de Humanidades, não está de modo algum apartada disso. Mais do que uma imposição, a gente vem tendendo a vê-lo como um convite à experimentação no âmbito da ciência e de suas diferentes práticas, sobretudo no âmbito da editoração científica e do trabalho de avaliação de textos e artigos, que é central para o funcionamento da ciência e a base do funcionamento da Plataforma SciELO. A ideia deste evento é reunir mais de duas dezenas de editores científicos e especialistas na área de editoração científica, com perspectivas plurais e diferentes, para debater esses e outros elementos. (Luiz Augusto Campos, representante da Área de Humanidades no Comitê Consultivo SciELO, abertura do evento “A Ciência Aberta nas Humanidades”, online, 17 de maio de 2022).*

Campos destacou como questões norteadoras:

1. Como incorporar criativamente nas Humanidades brasileiras o Programa da Ciência Aberta?
2. Quais elementos compõem esse programa e que devem ser incorporados, remodelados ou mesmo recusados?
3. Como isso se dá em cada disciplina?

Sua apresentação foi seguida pela mesa *Desafios da Ciência Aberta nas Humanidades*, da qual foi moderador e que teve como palestrantes o diretor do Programa SciELO e coordenador de Projeto da FapUNIFESP, Abel Packer, e a vice-diretora da ABEC Brasil, Lia Machado Fiuza Fialho, com comentários da pesquisadora do *Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas* (CONICET) Fernanda Beigel. Conforme Packer, a posição do Programa SciELO em relação à Ciência Aberta é a de que ela é “*inexorável*”. Desta forma, como programa público, de política pública e de apoio à infraestrutura de pesquisa, o mesmo deve contemplá-la em suas linhas prioritárias de ação.

Packer afirmou que a Ciência Aberta no Programa SciELO é produto de uma evolução organizada de gestão da comunicação científica de periódicos de qualidade e que há vários ciclos de estabelecimento da Coleção Núcleo e do meio WEB. Disse,

ainda, que o mesmo modelo se repete nos 17 países da Rede SciELO, apenas com mudanças de datas. Sobre a abertura da revisão por pares, Packer salientou que o SciELO espera que seja adotada por todos os periódicos da *Coleção*, por meio dos procedimentos de identificação do editor responsável pela revisão, da publicação do conteúdo dos pareceres e da abertura das identidades de autores e pareceristas, de forma a configurar um processo *“tão aberto quanto possível, tão fechado quanto necessário”*. Informou que a *Coleção SciELO Brasil Humanidades* tem um total de 131 periódicos, sendo 97 de Humanas e os demais de Sociais Aplicadas. Dos de Humanas: 6% possuem a opção de revisão por pares aberta e 20% publicam o nome do editor responsável, procedimento considerado como *“caminho de abertura do peer review”*. Considerou baixos os índices de 43% dos periódicos de Humanas que fazem menção à Ciência Aberta e preprints em suas políticas editoriais e de 28% que exigem o depósito aberto dos dados de pesquisa. *“Quer dizer que estamos ainda num processo inicial de afirmação”*, interpretou.

*A ideia é que no final de 2023 todos os periódicos estejam de uma forma ou outra alinhados com a Ciência Aberta. O desafio dos periódicos é definir políticas. Hoje, praticamente 55% dos periódicos [da Coleção SciELO Brasil] fazem manifestação de Ciência Aberta, embora nenhum deles se posicione ‘este é um periódico do modus operandi Ciência Aberta’. A adoção é ainda um processo extremamente conservador. Há uma preocupação muito grande, talvez em relação ou ao conhecimento, ou ao que vou chamar de fluxo de produção/fluxo de recepção. No sistema de avaliação, o SciELO propõe um checklist, mas os periódicos podem fazer outro. Deskreview [avaliação dos manuscritos em primeira etapa, antes do envio a pareceristas] é importante. O peer review é central, o que implica um desafio muito grande dos periódicos. Todos os periódicos devem adotar, no SciELO ou em outro lugar, um repositório de dados e, obviamente, também um processo de educação. O periódico vai cumprir um papel central no processo de educação dos pesquisadores. Isso é mais ou menos o que estamos promovendo de avanço no SciELO e a expectativa é que os periódicos venham a assumir a liderança nesse processo. (Abel Packer, diretor do Programa SciELO, painel “Desafios das Ciências Abertas nas Humanidades” do evento “A Ciência Aberta nas Humanidades”, online, 17 de maio de 2022).*

Lia Fialho, vice-presidente da ABEC Brasil, apresentou uma pesquisa diagnóstica<sup>45</sup> feita com os 97 periódicos de Humanas a partir de consulta realizada em 28 de abril de 2022. O levantamento tem como descritores as palavras-chaves “aberta/o, preprint, dados, avaliação”. Sobre a avaliação aberta da ciência, ela relatou que 95 dos 97 periódicos não a praticam, um pratica e um a tem como opcional. Citou

---

<sup>45</sup> FIALHO, Lia Machado Fiuza. Desafio da Ciência Aberta nas Humanidades. 17 de maio de 2022. Apresentação em PDF. Zenodo. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.6557561>.

como vantagens a transparência do processo, a abertura do diálogo entre autores e avaliadores, a maior facilidade para publicação dos pareceres, o incentivo a parcerias entre acadêmicos e a diminuição da centralidade da responsabilização pelo processo de avaliação nas e nos editores. Como desvantagens, elencou a dificuldade de se obter de pareceristas, a necessidade de bons pareceres, a ausência de uma cultura avaliativa formativa, a possibilidade de conflitos teóricos e pessoais e a impossibilidade do controle do quantitativo de publicação.

Conforme Fialho, o caminho para a avaliação por pares aberta tem como desafios a inserção do nome da ou do editor responsável no artigo publicado, a inserção do nome das e dos avaliadores na publicação, a publicação consentida dos pareceres e o processo de consulta a autores e avaliadores sobre a possibilidade da avaliação aberta. *“A avaliação aberta é nitidamente o aspecto mais delicado para os periódicos”*, disse. Para ela, há que se ampliar o debate sobre Ciência Aberta, envolvendo não apenas instituições ou editores, mas também os autores e leitores, no sentido de *“promover uma mudança de cultura consciente. A ciência deve estar a serviço de uma sociedade mais justa e democrática, logo, o conhecimento produzido deve ser acessível a todos”*.

A primeira mesa do evento contemplou três questões feitas por participantes. Interessa para esta pesquisa a pergunta do editor emérito de *DADOS* e membro do Conselho Científico do Centro de Altos Estudos da Casa de Ruy Barbosa, Charles Pessanha: *“como está o avanço das Humanas em comparação a outras áreas?”*. Lia Fialho respondeu que ainda não existe um levantamento das outras áreas, mas colocou ênfase na relevância da abertura da Ciência.

*Agora, é nítido que, no âmbito das Humanas, essas mudanças de paradigma são mais paulatinas. Elas acontecem mais gradualmente. A título de exemplificação: eu fiz o meu mestrado em educação em saúde. A minha orientadora disse que eu ia defender a minha dissertação com dois artigos; eu fiz os dois artigos e levei para defesa. Só que, como eu sou da área da Educação, eu chamei para a banca pessoas da área da Educação. Quando elas receberam o trabalho, disseram que não aceitavam aquilo ali. Que não era uma dissertação, não era um texto dissertativo, que não aceitavam dois artigos, aprovados ou não aprovados por pares, como resultado da minha pesquisa. Eu tive que refazer, desmanchar tudo e reescrever da forma tradicional para que fosse aceito, enquanto que a Saúde já conseguia adotar, por exemplo, essa perspectiva. Então a gente percebe que há aí algumas iniciativas que, inclusive Silvio Gallo<sup>46</sup> ressalta, de benefícios*

---

<sup>46</sup> Pedagogo e filósofo brasileiro, autor de uma série de publicações que o tornaram um dos principais expoentes da pedagogia libertária no Brasil. Membro de diversas associações científicas do campo da Filosofia da Educação no Brasil e no exterior. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3808560029763904>.

*de Ciência Aberta, a exemplo do Portal de periódicos da CAPES, da exigência da publicação das teses e dissertações: o quanto isso não colaborou para o avanço e para as nossas pesquisas? Então, eu entendo que a Ciência Aberta, sem dúvida, colabora com a divulgação mais democrática desse conhecimento produzido, que não é nosso, que é o conhecimento para a sociedade, em benefício da sociedade. Entendo que a gente ainda precisa avançar mais rapidamente nessa adoção.* (Lia Machado Fiuza Fialho, vice-diretora da ABEC Brasil, painel “Desafios das Ciências Abertas nas Humanidades” do evento “A Ciência Aberta nas Humanidades”, online, 17 de maio de 2022).

A mesa *Abertura de Pareceres*<sup>47</sup>, realizada na tarde de 18 de maio de 2022, teve como palestrantes Paula Cristina Cardoso Mendonça, editora-chefe do periódico *Ensaio – Pesquisa em Educação em Ciências* (UFMG), e Cristina Scheibe Wolff, coordenadora editorial revista *Estudos Feministas* (UFSC). Os comentários foram realizados pela coordenadora da Coleção SciELO Saúde Pública e representante do BIREME no Comitê SciELO Brasil, Lilian Nassi-Calò, com moderação de Valdei Lopes de Araujo, presidente da Associação Nacional de História (ANPUH). Araujo abriu os trabalhos trazendo a perspectiva de um pesquisador que, desde a graduação, edita periódicos científicos:

*Já na minha gestão [na Revista Brasileira de História, da ANPUH], agora continuada pela professora Andrea Slemian, nós discutíamos os impactos dos pareceres abertos, dessa nova cultura de relação entre autores, pareceristas e periódicos acadêmicos... os impactos que isso poderia trazer para a área de Humanidades, que nós sabemos que tem especificidades. [...] eu sei que sairemos daqui ou mais preocupados ou mais tranquilizados com os impactos dessa transformação tão revolucionária, pelo menos para o campo das Humanidades ou para um campo como o da Historiografia, que já há bastante tempo utiliza o duplo-cego como registro quase que único na relação entre pareceristas e autores.* (Valdei Lopes de Araujo, presidente da ANPUH, painel “Abertura dos Pareceres” do evento “A Ciência Aberta nas Humanidades”, online, 18 de maio de 2022).

*Ensaio* é a primeira revista da Coleção de Humanas do SciELO a experimentar com a abertura de pareceres no modo da Ciência Aberta. Para a editora-chefe, Paula Mendonça, há mais possibilidades para autores e pareceristas com a abertura de pareceres, assim como há uma valorização do trabalho invisibilizado pelo processo de avaliação às cegas.

*Podem acontecer tanto relações abertas entre pareceristas e autores como também relações mais amplas com a comunidade a partir de plataformas que permitem que haja comentários aos manuscritos ou aos artigos publicados. Nós começamos com essa*

---

<sup>47</sup> SciELO NETWORK. A Ciência Aberta nas Humanidades. YouTube, 18/05/2022. Disponível em [https://www.youtube.com/watch?v=WIk-o\\_a53Aw](https://www.youtube.com/watch?v=WIk-o_a53Aw) Acesso em junho de 2022.

*perspectiva de diálogo com a comunidade [científica] a partir de um editorial publicado em 2021<sup>48</sup> e que apresenta uma visão de ciência que nós defendemos. Compreendemos o paradigma da Ciência Aberta nessa perspectiva, para trazer mesmo um diálogo com a educação em ciências, que é um campo com perspectivas talvez mais fechadas em relação à editoração científica. Também apresentamos para nossos leitores e possíveis autores a trajetória que a revista pretende desenvolver neste quadriênio, informando sobre a importância de preencher o Formulário de Conformidade com a Ciência Aberta<sup>49</sup> como mais um requisito para a submissão de manuscritos no sistema da revista. É um formulário que é padrão do SciELO. (Paula Mendonça, editora-chefe de *Ensaio*, painel “Abertura dos Pareceres” do evento “A Ciência Aberta nas Humanidades”, online, 18 de maio de 2022).*

Mendonça contou que, a partir do editorial, foi iniciado um processo de formação da equipe da revista a partir de diferentes temáticas, entre elas a quebra do modelo duplo-cego e a implementação da avaliação por pares aberta.

*Nós estudamos as diferentes formas em que isso tem sido feito por revistas de outras áreas do conhecimento – aqui eu trouxe o recorte das revistas do Grupo PLOS<sup>50</sup> que trabalham já com diferentes tipos de revisão por pares, saindo do método mais comum, que seria o duplo-cego, em que nem revisores nem autores se conhecem, partindo para propostas em que os autores recebem decisões que são assinadas pelos avaliadores e em que podemos ter processos colaborativos, com comentários aos artigos em análise ou já publicados. Há, ainda, a ideia de transferência de revisões para revistas que tenham mais proximidade com determinados tipos de trabalhos que não são o foco da revista [da submissão] original. Pensando nessas diferentes possibilidades, nós da revista *Ensaio* julgamos que um parecer que fosse publicado associado ao artigo original seria mais interessante para um trabalho experimental. Também consideramos a experiência com o periódico *Cultural Studies of Science Education*, que tem uma sessão chamada “Fórum”, na qual percebemos que há um diálogo crítico, uma discussão sobre a temática do manuscrito publicado revisitada pelo parecerista que fez a avaliação. Para nós, participar do Programa da Ciência Aberta não é só uma questão de imposição do SciELO, e sim uma questão de acreditar na relevância do Programa. Nós acreditamos, considerando até uma fala do Luiz Augusto [Campos] em outro momento, na importância desse Programa para nos tirar até de certas amarras da editoração tradicional e nos possibilitar formas mais criativas de lidar com a editoração científica. (Paula Mendonça, editora-chefe de *Ensaio*, painel “Abertura dos Pareceres” do evento “A Ciência Aberta nas Humanidades”, online, 18 de maio de 2022).*

No editorial de cinco páginas publicado no volume 23/2021 de *Ensaio*, os editores-chefes Paula Mendonça e Luiz Gustavo Franco escrevem sobre a adesão do

---

<sup>48</sup> MENDONÇA, Paula Cristina Cardoso; FRANCO, Luiz Gustavo. A CIÊNCIA ABERTA E A ÁREA DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS: PERSPECTIVAS E DIÁLOGOS. **Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências** (Belo Horizonte) [online]. 2021, v. 23 [Acessado 3 Julho 2022], e29175. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1983-21172021230102>. Epub 08 Fev. 2021. ISSN 1983-2117. <https://doi.org/10.1590/1983-21172021230102>.

<sup>49</sup> Versão de 29 de junho de 2020, disponível em <https://scielo.org/pt/sobre-o-scielo/metodologias-e-tecnologias/>

<sup>50</sup> <https://plos.org/>

periódico à Ciência Aberta e trazem algumas perspectivas e diálogos sobre o processo de abertura da avaliação por pares. A partir do debate sobre critérios e normas da produção social do conhecimento, os editores-chefes apresentam as novas práticas alinhadas

[...] com o paradigma Ciência Aberta recomendado pela SciELO e outras editoras e plataformas que operam com práticas que vão em direção contrária à comercialização da ciência e à privacidade do conhecimento. (MENDONÇA; FRANCO, 2021, p. 2).

No texto, explicam que a Ciência Aberta consiste em um movimento da própria comunidade acadêmica para tornar os produtos e processos da pesquisa científica acessíveis e utilizáveis por todos. Também enfatizam que o paradigma é recomendado tanto pelo SciELO quanto por outras plataformas que vão em direção contrária à comercialização da ciência e à privacidade do conhecimento, destacando como principais práticas a serem implementadas pelos periódicos o acesso livre, o uso de servidores de preprints e de repositórios de dados de pesquisa e códigos de programação, bem como a *Open Peer Review* (OPR). Sobre a rotina editorial, informam que o acesso livre e a publicação de forma contínua já são adotados pelo periódico. Levam em conta que, apesar de a abertura da revisão por pares ser uma prática promissora, ainda é limitada na área de Humanidades. Assim, destacam que a revista optou por

[...]realizar um estudo piloto nos anos de 2021 e 2022 de implementação desta prática para um eixo temático da área de Educação em Ciências. A partir das experiências, buscaremos avaliar caminhos para um processo orgânico de trabalho com OPR. (MENDONÇA; FRANCO, 2021, p. 3).

O editorial resume o caminho que guiou a comissão editorial de *Ensaio* a esta escolha, relatando que em 2020 os membros da equipe editorial buscaram avaliar criticamente os procedimentos e refletir sobre as demandas de autores e pareceristas da revista. Também se dedicaram a pensar os rumos do periódico diante da crise persistente que assola a comunidade brasileira de pesquisadores e de professores e que impacta a produção acadêmica. Em março de 2021, a revista enviou uma carta convite a autores interessados em publicar na linha temática “Diferenças,

multiculturalismo e interculturalidade”, com a qual foram esclarecidas as diretrizes do processo de avaliação por pares aberta.

A escolha de OPR se justifica pela tentativa de qualificar o debate sobre a temática, reconhecer o esforço dos autores e revisores e, em termos práticos, acompanhar o piloto de delineamento desta prática editorial mais de perto, refletindo sobre as suas diretrizes de implementação e resultados. Desse modo, na carta convite, delineamos também os caminhos metodológicos que serão adotados pela revista no processo de OPR, convidando pareceristas a atuarem conjuntamente conosco nesta empreitada. (MENDONÇA; FRANCO, 2021, p. 4).

Segundo Mendonça, dois fatores motivaram o início da experimentação com a abertura da avaliação por pares em *Ensaio: a resposta de autores ao formulário Ciência Aberta – “porque num primeiro momento nos interessa ver qual é o interesse do autor se for disponibilizada a ele a oportunidade de interagir com parecerista”* –, e a qualidade dos pareceres. Ela citou a postagem no blog *SciELO em Perspectiva: Humanas*<sup>51</sup> assinada pela editora assistente Deborah Cotta, pelo editor-chefe, Luiz Gustavo Franco, e pelo parecerista Tobias Espinosa sobre o primeiro artigo-parecer da história da revista. Publicado no mesmo número que o editorial referenciado acima, o texto apresenta o processo realizado pela editoria junto aos autores do artigo original *Engajamento de estudantes em um Ensino Remoto Emergencial de Física*<sup>52</sup>, Helder Figueiredo de Paula e colegas – publicado sob a rubrica “Artigos” do sumário –, e junto ao parecerista Tobias Espinosa, autor do artigo-parecer *Reflexões sobre o engajamento de estudantes no Ensino Remoto Emergencial*<sup>53</sup> – publicado sob a rubrica “Perspectivas”.

A postagem comunica que o parecerista dividiu sua contribuição em dois eixos: ampliar a base teórica do conceito de engajamento de estudantes e levantar fatores que podem influenciar o engajamento no contexto do Ensino Remoto Emergencial (ERE). A experiência é resumida da seguinte forma:

---

<sup>51</sup> COTTA, D.; FRANCO, L. G.; ESPINOSA, T. Ciência Aberta: Uma experiência de open peer review na revista Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências [online]. **SciELO em Perspectiva: Humanas**, 2021. Disponível em <https://humanas.blog.scielo.org/blog/2021/10/05/ciencia-aberta-uma-experiencia-de-open-peer-review-na-revisa-ensaio-pesquisa-em-educacao-em-ciencias/>. Acesso em 03/07/2022.

<sup>52</sup> <https://www.scielo.br/j/epec/a/JwnXdQDkQByStbg9L8VNwyv/?lang=pt>

<sup>53</sup> <https://www.scielo.br/j/epec/a/w5QWLfczXhfvnmpWj5FbHFn/?lang=pt>

Para a avaliação aberta do artigo de Paula e colaboradores, a editoria optou pela quebra do duplo-cego após a emissão das primeiras versões dos pareceres. Dessa forma, os pareceristas foram convidados a estabelecer um diálogo com os autores e a publicar o artigo-parecer, fruto desse diálogo. A editoria considerou que essa estratégia seria mais adequada e assertiva para os primeiros passos da Revista na implementação de avaliações abertas. Essa ação, juntamente com a manutenção do acesso aberto e gratuito, a publicação sem taxas, o aceite de submissões já depositadas em servidores de preprints e a possibilidade de divulgação dos metadados das pesquisas publicadas coloca a Revista Ensaio Pesquisa em Educação em Ciência em um caminho profícuo e coerente com as propostas da Ciência Aberta. (COTTA; FRANCO; ESPINOSA, 2021).

Sobre isso, Mendonça comentou:

*Nós, que somos editores, sabemos da dificuldade de encontrar pareceristas disponíveis para realizar o trabalho no tempo que a revista pede/disponibiliza. Nem sempre a gente consegue ter esses pareceres modelo. Então, a partir da qualidade desses pareceres e das repostas dos autores nas rodadas de trocas e avaliações do processo, começamos a quebra do duplo-cego, que se deu ao final do processo de avaliação e eu vou explicar o porquê [a partir dos dois casos publicados de forma pioneira pela revista]: o artigo foi avaliado por dois pareceristas, um deles o Tobias Espinosa, que contribuiu com a revista elaborando o que a gente chama de artigo-parecer. O texto foi produzido a partir do parecer ao artigo original, origina-se de questões geradas durante o processo de arbitragem do trabalho mencionado e traz reflexões do ponto de vista teórico e metodológico do construto engajamento de estudantes. Nós o consideramos como um artigo científico porque ele tem essa característica. Ele surge de um parecer, mas se constitui como um artigo produzido dessas reflexões que traz contribuições intelectuais importantes para o campo da educação em ciências. O outro caso [Ensaio fez o experimento com dois artigos] diz respeito ao artigo “Observando o invisível: a relação transferencial a partir dos discursos entre crianças e professoras monitoras em um observatório astronômico”<sup>54</sup>, que deu origem, também, a um artigo-parecer<sup>55</sup> produzido em colaboração pelo Wilson Elmer Nascimento e pelo professor Alberto Villani. Neste caso, nós da equipe editorial percebemos que havia uma sinergia entre os pareceres, que poderiam dialogar. Os pareceristas, a partir de reunião que nós realizamos, consideraram essa possibilidade de trabalharem juntos e, em colaboração, produziram esse artigo-parecer que é muito interessante porque discute o campo da psicanálise em educação, algo que a gente vê que não é tão frequente nas publicações da área, e traz uma série de contribuições a partir da releitura do manuscrito que foi avaliado. (Paula Mendonça, editora-chefe de Ensaio, painel “Abertura dos Pareceres” do evento “A Ciência Aberta nas Humanidades”, online, 18 de maio de 2022).*

Mendonça descreveu a OPR implementada pela revista como “caseira” e “experimental”. Revelou que o fluxograma da abertura de pareceres está sendo elaborado aos poucos, “conforme as coisas vão se desenrolando”, e que a comissão

<sup>54</sup> <https://www.scielo.br/j/epec/a/pNGJ6mzPQQsFyndcrRbbgCJ/>

<sup>55</sup> <https://www.scielo.br/j/epec/a/pnGcVHsm7VrHNF4BHjRpZVm/?lang=pt>

editorial pretende continuar as experimentações, tendo como objetivo a expansão para outras possibilidades de abertura de pareceres.

*O primeiro ponto que a gente avalia é o formulário, a resposta dos autores se eles estão interessados em interagir com os avaliadores se for lhes dada essa opção no processo de avaliação. Caso não, a gente segue com o processo duplo-cego. Em caso afirmativo, o parecerista, no momento em que é convidado para emitir o parecer... a gente já usa um modelo de carta no qual ele já fica sabendo sobre essa possibilidade de abertura da revisão, na qual sua identidade pode ser revelada e ele pode interagir com os autores e ainda a possibilidade de publicações relacionadas com os pareceres. Neste momento, não vai acontecer necessariamente a publicação do parecer. Isso vai depender de elementos que foram considerados importantes pela equipe para publicação. Caso a gente não perceba esses elementos, caso não seja esse parecer que a gente está chamando de construtivo, esse parecer modelo, que não traga contribuições tão relevantes para o campo, a gente segue o processo duplo-cego. Em caso de sim, a gente continua com o processo duplo-cego ainda porque a gente sabe dos constrangimentos que existem quando há essa abertura de identidades, principalmente nessas questões de relações de poder que supostamente possam existir na academia. A gente segue com o processo fechado até que a gente tenha o manuscrito aprovado. Então, quer dizer que só segue para esse processo em que a gente revela ao final as identidades porque a gente acompanha, a gente vê todo o processo para ver se o manuscrito será aprovado. A partir dessa versão final, portanto, os pareceristas são convidados a publicar o artigo-parecer. Eles podem não aceitar e a gente continua, então, com o processo fechado. Caso haja o aceite, o parecerista aceitou, há a abertura da sua identidade e segue-se, portanto, numa discussão com a equipe de editores a produção desse artigo-parecer. Aí pode acontecer de cada avaliador produzir artigo separado ou eles podem produzir em conjunto... isso vai depender de cada caso. Com isso, nós temos como expectativas e avanços para o campo uma melhoria na qualidade dos pareceres, a valorização do trabalho dos avaliadores – porque a gente sabe que fazer uma boa avaliação dos artigos é algo que toma tempo, que dá trabalho e que nem sempre é algo tão valorizado como a própria publicação científica. Os avaliadores sabem que a Ensaio valoriza o trabalho deles em possíveis publicações e que isso pode ser interessante como uma perspectiva de valorização desse trabalho. Ainda, a gente acha que essa proposta pode contribuir para o diálogo dessa comunidade de pesquisa em ensino de ciências, que ainda adota majoritariamente o duplo-cego como padrão. (Paula Mendonça, editora-chefe de Ensaio, painel “Abertura dos Pareceres” do evento “A Ciência Aberta nas Humanidades”, online, 18 de maio de 2022).*

A mesa teve, na sequência, a participação de Cristina Scheibe Wolff, da coordenação editorial de *Estudos Feministas*, revista interdisciplinar que completou 30 anos em 2022. Para ela, há uma série de dificuldades na abertura da revisão por pares. Sua contribuição se deu tanto como editora quanto como autora de um artigo publicado no modelo aberto de interação em uma revista estado-unidense.

*O que eu vou fazer aqui é, um pouco, problematizar essa questão porque a revista Estudos Feministas ainda não fez essa experiência de abertura dos pareceres. Como editora, vejo muitas dificuldades, mesmo que eu já tenha experimentado isso como autora. Em um artigo que eu publiquei já há alguns anos, a gente teve essa experiência de parecer... pelo menos ele era “meio” aberto. Vejo um sentido do peer review duplo-*

*cego. Ele teve um sentido, pelo menos. Talvez num momento em que a academia era menor, muitas pessoas interagiam muito dentro de determinadas áreas. Eu fico imaginando que as brigas, os ressentimentos que fazem parte da nossa experiência como editores... lidar também com essas questões pessoais, mas que são também acadêmicas, que envolvem diferenças teórico-metodológicas, mas envolvem também brigas, envolvem outras questões. Eu não sei como é que ficaria administrar as rivalidades acadêmicas, sejam elas teórico-metodológicas, políticas ou até... questões outras das políticas acadêmicas. Claro que vai ter que ter moderadores.* (Cristina Scheibe Wolff, editora de *Estudos Feministas*, painel “Abertura dos Pareceres” do evento “A Ciência Aberta nas Humanidades”, online, 18 de maio de 2022).

Para Wolff, a avaliação por pares no modelo duplo-cego ajuda os editores a lidar com os conflitos das relações entre pareceristas e autores. Falou também sobre a dificuldade que editores têm para obter o engajamento de especialistas qualificados na realização das avaliações, mas, assim como Mendonça, entende que a publicação dos pareceres pode ser uma forma de tornar este trabalho visível e mais valorizado. Levantou, ainda, a questão dos artigos recusados. O trabalho envolvendo os pareceres a esses trabalhos continuaria invisibilizado?

*Todo mundo sabe da dificuldade enorme que nós temos de conseguir pareceristas, dois ou três, às vezes quatro para um mesmo artigo, porque, às vezes, os pareceres são divergentes, ... e é uma coisa assim, um trabalho enorme. Por um lado, eu acho que, como a Paula [Mendonça] colocou, a abertura dos pareceres pode ser – e principalmente se há uma possibilidade de publicação dos pareceres – uma forma de valorizar, mas também pode ser uma forma de dificultar a gente conseguir mais pareceristas, porque muitas vezes a gente tem já pareceres bastante sintéticos, com os quais tem que lidar e que nem sempre seria possível publicar. E também tem essa questão dos artigos recusados. Quer dizer, então a gente vai valorizar os pareceres dos artigos que vão ser publicados e não os pareceres dos artigos que vão ser recusados, o que, na nossa revista, é a maioria. Tem muito mais artigos recusados do que publicados, muito mesmo. Então, como que isso ficaria? Outra dificuldade também é quanto à própria publicação. A nossa revista publica três números por ano e ela já atende um volume de publicação muito grande. Eu não sei até que ponto nós teríamos, quer dizer, eu acho que nós não teríamos agora, neste momento, pernas para acrescentar mais uma produção para além dos artigos, das seções temáticas que a gente publica, porque implica em mais revisão, mais editoração, mais diálogo, mais trabalho... esse trabalho de diálogo com autores e tudo. Então, estou pensando deste lugar aqui, da revista *Estudos Feministas*, que recebe em torno de 50 a 70 artigos por mês, muitos deles são já recusados numa primeira peneira e depois a gente tem que lidar com um volume muito grande de publicação e dentro das limitações que a gente tem hoje para as revistas, para as publicações acadêmicas no Brasil, e com a falta de recursos que a gente tem.* (Cristina Scheibe Wolff, editora de *Estudos Feministas*, painel “Abertura dos Pareceres” do evento “A Ciência Aberta nas Humanidades”, online, 18 de maio de 2022).

Do ponto de vista de autora que já participou de um processo de submissão, avaliação e publicação de artigos nos moldes da Ciência Aberta, Wolff colocou questões sobre a administração dos processos editoriais:

*Uma outra questão que pode ser feita, [a partir desse] artigo que eu publiquei numa revista chamada Ada<sup>56</sup>, que é de estudos de cultura e arte norte-americana. Tinha duas formas de parecer: a primeira era antes da publicação, antes do artigo ser aceito ele era colocado [como] disponível para um grupo do comitê editorial da revista, as pessoas liam e colocavam várias sugestões. Algumas, inclusive, bastante divergentes. E a gente tinha que decidir como fazer para depois ele ser novamente avaliado para, daí, ser publicado. E, depois de publicado, há uma seção de comentários. Então, qualquer pessoa pode entrar lá, fazer comentários ao artigo, e esses comentários vêm para os autores para fazer, também, uma espécie de curadoria, para dizer se aceitamos que sejam publicados ou não e para darmos respostas, também. Esta semana eu recebi um comentário e já faz uns três anos que o artigo foi publicado. Mas a gente vai continuando a receber isso, o que parece interessante, mas que exige também toda uma estrutura para a revista. Bom, eu coloquei mais questões do que... não apresentei nenhuma solução, nenhuma sugestão de solução também porque no momento me parece bastante difícil a gente aderir a esse modelo dos pareceres abertos por todas essas dificuldades que eu estou colocando, mas que fico, assim, bastante contente de debater, de ver essas outras experiências e de tentar pensar formas de construir essa abertura na nossa revista. (Cristina Scheibe Wolff, editora de *Estudos Feministas*, painel “Abertura dos Pareceres” do evento “A Ciência Aberta nas Humanidades”, online, 18 de maio de 2022).*

O moderador Valdeci Araujo destacou que a fala de Wolff enfoca uma série de dúvidas frequentes sobre as vantagens e desvantagens não da adoção da Ciência Aberta, mas do elemento particular “abertura de pareceres”. Ele observou que, na área de Humanidades, há um acolhimento da possibilidade da prática como uma alternativa, mas sem a tendência de uma adoção universal.

*Muito pelo contrário, porque a área sabe da importância também do duplo-cego, da preservação das identidades nesse processo. No caso da Historiografia, nós temos vários episódios de disputas políticas duríssimas, de politização do processo de parecer que deixou marcas profundas e que constitui, em alguma medida, a própria história de construção do ethos das relações entre quem faz uma crítica – um parecer não deixa de ser uma crítica – e quem recebe essa crítica. É claro que a gente não precisa estar amarrada a essa história, mas ela também deve nos servir de alerta para os efeitos colaterais de uma abertura generalizada, uma espécie de troca do dia para a noite, uma troca total de pareceres cegos por pareceres abertos. Porque, naturalmente, um desses efeitos colaterais é o exercício da assimetria de poder entre os agentes desse processo editorial [como aparece no editorial<sup>57</sup> de Andrea Slemian para a Revista Brasileira de História]. Eu tive a oportunidade de lê-lo antes que fosse publicado e traz contribuições muito importantes. Uma dessas contribuições é que não dá para discutir abertura de pareceres com o argumento da maior integridade dos processos editoriais, da maior transparência e ‘accountabilidade’ dos processos sem fazer uma discussão, principalmente no campo das Humanidades, sobre a profissionalização e a valorização dos trabalhos editoriais: dos editores, dos assistentes editoriais, dos conselhos. A*

---

<sup>56</sup> <https://adanewmedia.org/2018/11/issue14-snyderveigawolff/>

<sup>57</sup> SLEMIAN, Andréa. Por uma política de valorização das revistas acadêmicas na área de História. *Revista Brasileira de História* [online]. 2022, v. 42, n. 89, pp. 7-13. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-93472022v42n89-02>. Epub 09 Mar 2022. ISSN 1806-9347. Acesso em 03/07/2022.

*personalização passa, inclusive, pela possibilidade de transparência, de que esses processos possam ser revisados, possam ser expostos, não é que o fato de o processo ser protegido por sigilo em diversas das suas etapas é sinônimo de intransparência. Principalmente se esse processo é garantido por profissionais que são responsáveis e passíveis de responsabilização. (Valdei Lopes de Araujo, presidente da ANPUH, painel “Abertura dos Pareceres” do evento “A Ciência Aberta nas Humanidades”, online, 18 de maio de 2022).*

O editorial citado por Araujo, assinado por Andréa Slemian e publicado no número 89/2022 da *Revista Brasileira de História* (RBH), discute a valorização dos periódicos acadêmicos e subscreve texto produzido coletivamente no *Fórum de Editores da Associação Nacional de História* (ANPUH) em dezembro de 2021. Slemian chama atenção para a necessidade de reconhecimento pleno dos trabalhos realizados pelas equipes editoriais em sua dimensão técnica e, sobretudo, acadêmica. Ela resume os investimentos pessoais exigidos pelo trabalho editorial e ressalta que, sem recursos financeiros, técnicos e humanos é impossível alterar uma cultura consolidada.

Os editores arcam com o tempo, o acúmulo de trabalho (vale dizer que, quanto menor o periódico, mais o trabalho é centralizado em poucas pessoas), a dificuldade de encontrar pareceristas especialistas dispostos e disponíveis para a análise de nossos artigos, o restrito apoio técnico institucional, que os obriga à busca pelo aprendizado sobre novas ferramentas de gestão editorial, de controle de originalidade, de indexação e de difusão de nossa produção, incessantemente, tudo para garantir a publicação de nossos artigos mantendo o rigor da periodicidade mais adequada possível. Infelizmente não é muito diferente no trabalho dos pareceristas. Na imensa maioria, temos uma atuação praticamente voluntária e anônima, em que a demanda pela sua grande especialização e qualidade do parecer tem um mínimo de reconhecimento (uma declaração de atividade realizada, a ser computada em relatórios de atividades de departamentos e/ou no programa), que é bem aquém da contrapartida ofertada. Não à toa, não há revista que não enfrente atualmente dificuldade em encontrar pareceristas, e ainda mais dispostos e com tempo para a dedicação às avaliações. Enquanto não valorizarmos o trabalho dos pareceristas como produção intelectual sumamente qualificada, novamente estaremos com poucas possibilidades de reverter o quadro. Ainda mais diante dos novos desafios que se colocam às revistas hoje em dia, para que sejam veículos muito mais dinâmicos e ativos na interação com a comunidade, e menos simples repositórios de textos. (SLEMIAN, 2022, p. 9-10).

A editora afirma que o reconhecimento de todas as etapas de produção e avaliação pode apontar para um caminho contrário ao produtivismo, voltado a uma cultura de maior leitura e interação com os periódicos. Mas pondera:

Alterar a cultura consolidada da área no que toca às revistas e incentivar uma maior experimentação diante das possibilidades atuais das plataformas digitais são atitudes mais que bem-vindas atualmente, mas que demandam tempo precioso de trabalho de todas e todos nós. (SLEMIAN, 2022, p.10).

Em sua fala, Araujo também incitou um maior debate sobre a Ciência Aberta enquanto movimento.

*A discussão sobre Ciência Aberta, e, obviamente, os pareceres abertos, é uma parte de uma discussão muito maior. Obviamente ela vem, em grande medida, de países de tradição periférica, países herdeiros de um processo de colonização, tem que ser acompanhada de uma discussão forte sobre a assimetria de Norte e Sul. Enquanto nós abrimos nossos processos, nosso patrimônio científico, nossas revistas, nossas teses ao Norte do mundo, em especial à Europa e aos Estados Unidos, ao avanço no processo de entesouramento de sua produção científica, de comoditização de sua produção científica, de transformar esses grandes repositórios fechados controlados por empresas privadas no critério único de legitimação da ciência, obviamente a Ciência Aberta pode ser uma aliada, deve ser uma aliada, de países em situação periférica como o Brasil. Mas passa também por uma discussão mais sistemática de como nós gastamos o dinheiro para a ciência. Eu tenho uma certa impressão, mas acho que a gente precisa de muitos estudos sobre isso, que nós gastamos milhões para ter acesso ao que se produz e ao que se publica na Europa e nos Estados Unidos através do Portal de Periódicos da CAPES, que leva uma parte substantiva do financiamento da Agência, enquanto nosso sistema de periódicos, 100% aberto, é subfinanciado, é precarizado. Então, discutir Ciência Aberta é, também, fundamentalmente, discutir essas assimetrias e a nossa capacidade de pressionar o Norte do mundo a que também abra os seus processos de ciência. (Valdei Lopes de Araujo, presidente da ANPUH, painel “Abertura dos Pareceres” do evento “A Ciência Aberta nas Humanidades”, online, 18 de maio de 2022).*

Após a observação do moderador, a comentarista da mesa, Lilian Nassi-Calò, iniciou sua apresentação. Sua fala foi a que mobilizou mais textos de referência, um total de 5, sendo um editorial e quatro postagens no *Blog SciELO em Perspectiva*, duas de sua autoria. Nassi-Calò coordena a comunicação científica no BIREME, órgão da Organização Pan-Americana da Saúde. Química de formação, ela se colocou como uma pesquisadora de fora da área de especialização do painel. Para participar da mesa, revisitou os debates da *Reunião Anual SciELO 2021*. A partir disso, citou a fala de Luiz Augusto Campos sobre a abertura dos pareceres ser um ponto nevrálgico para uma área que adota o modelo duplo-cego. Como representante do SciELO, ressaltou que o que tem sido incentivado, no momento, é a experimentação e dividiu o que chamou de “*mudança de paradigma representada pela Ciência Aberta*” em fases distintas.

Nós temos diante de nós uma segunda grande mudança de paradigma – a primeira foi a mudança de plataforma. Os periódicos científicos eram publicados como revistas impressas e em 1998 o Abel Packer, o Rogério Meneghini e dez editores pioneiros fundaram o SciELO antes do Acesso Aberto se tornar uma prática conhecida. Isso aconteceu em 2002 com a Declaração de Budapeste de Acesso Aberto [BOAI]. Em 1998 lança-se o Programa SciELO, que, depois, tem a adesão de países da América Latina e se torna essa plataforma, esse modelo de publicação na WEB baseado em Acesso Aberto, baseado em compartilhamento de metodologias e de tecnologias. Os editores que participaram deste projeto inicial devem ter sentido um desafio muito grande ao tentar com que mais revistas aderissem a esse tipo de publicação. Hoje a gente olha e vê que não existe outra forma concebível de publicar periódicos a não ser na WEB, não necessariamente em Acesso Aberto, mas na WEB. Então, eu acredito que daqui a cinco anos a gente vai olhar para datas como este fórum e dizer não existe outra forma de fazer ciência ou de publicar revistas científicas que não seja de acordo com os parâmetros da Ciência Aberta. Eu acredito que a gente vai acabar adotando a maior parte das práticas como avaliação por pares aberta, dados abertos, vai usar preprints cada vez mais ..., mas, para isso, a gente tem que experimentar. Então, eu acredito que é o que o SciELO propõe aos senhores editores, que experimentem novas formas como a revista da professora Paula Cristina [Mendonça] está fazendo, que está experimentando com formas alternativas de revisão por pares e publicando pareceres que na realidade se transformam em artigos científicos. (Lilian Nassi-Calò, coordenadora da coleção SciELO Saúde Pública e representante da BIREME no Comitê SciELO Brasil, painel “Abertura dos Pareceres” do evento “A Ciência Aberta nas Humanidades”, online, 18 de maio de 2022).

Para além da experiência levada a cabo pela revista *Ensaio*, Nassi-Calò citou como exemplo o editorial<sup>58</sup> de apoio à Ciência Aberta publicado pela *Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso* (PUCSP), da área de Linguística, com ênfase para a epígrafe “Ciência Aberta é a ciência com uma face humana”, de autoria de Frank Miedema<sup>59</sup>.

*Neste editorial a revista declara o seu apoio à Ciência Aberta e também experimenta com formas de abrir os pareceres não divulgando, por enquanto, a identidade dos pareceristas, mas abrindo os pareceres de autores e pareceristas que assim concordarem. Isso é uma forma de ver como a comunidade aceita e trabalha com os pareceres abertos, mantendo a identidade dos pareceristas fechada, porém publicando o teor dos pareceres.* (Lilian Nassi-Calò, coordenadora da coleção SciELO Saúde Pública e representante da BIREME no Comitê SciELO Brasil, painel “Abertura dos Pareceres” do evento “A Ciência Aberta nas Humanidades”, online, 18 de maio de 2022).

Assinado pela editora responsável, Beth Brait, pela editora associada, Maria Helena Cruz Pistori, pela integrante do conselho editorial e da equipe técnica Bruna

---

<sup>58</sup> BRAIT, Beth et al. *Bakhtiniana adere à Ciência Aberta*. **Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso** [online]. 2022, v. 17, n. 1, pp. 2-15. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2176-457356035>. Epub 29 Nov. 2021. ISSN 2176-4573. Acesso em 03/07/2022.

<sup>59</sup> Vice-Reitor para a Investigação na Universidade de Utrecht, professor de Ciência Aberta e presidente do Programa de Ciência Aberta da Universidade de Utrecht, Holanda.

Lopes Dugnani, pelo editor executivo de língua estrangeira, Paulo Rogério Stella, pelo revisor responsável, Carlos Gontijo Rosa, e pela editora de comunicação social, Letícia Jovelina Storto, o editorial mais do que representa a posição de *Bakhtiniana*, demonstra o envolvimento de representantes de todos os setores da equipe editorial com o tema. Marca a efetiva adesão da revista à Ciência Aberta, entendida como “novo conceito na produção e divulgação científica que altera aspectos consideráveis do trabalho editorial, tanto do ponto de vista dos autores, como dos leitores, pareceristas e editores” (BRAIT et al., 2022, p. 2). Defende a posição do SciELO e menciona os *Crítérios SciELO 2020*. As e os autores ressaltam como principais dimensões da Ciência Aberta “acesso aberto, dados abertos, pesquisa e inovação aberta, ciência cidadã” (BRAIT et al., 2022, p. 7). Mas consideram que apenas alguns desses aspectos estão sendo seguidos por *Bakhtiniana*. São eles: alterações na apresentação, foco e escopo da revista, nas condições para submissões e encaminhamento de texto nas diretrizes para autores – com a inclusão do *Formulário de Conformidade para a Ciência Aberta* e da possibilidade de submissão via SciELO Preprints –, nas instruções aos avaliadores – com modificações na mensagem de solicitação de avaliação –, e no processo de avaliação por pares, que pode ser aberto por opção das e dos autores, sinalizada no *Formulário de Conformidade*.

Como se trata de editorial relativo ao primeiro número após a adoção da Ciência Aberta, o texto apresenta um resumo da experiência:

Temos 8 artigos e 1 resenha, mas 3 artigos foram submetidos em 2020, antes da adesão da revista à Ciência Aberta; apenas aqueles submetidos a partir de fevereiro de 2021 preencheram os formulários relativos à Ciência Aberta. Todos os autores desses 5 artigos concordaram com a interação com os pareceristas e com a publicação dos pareceres. Da parte dos pareceristas (2 ou 3 para cada artigo), não houve unanimidade: 4 concordaram em interagir com os autores, 4 não concordaram, 6 concordaram em ter seus pareceres publicados, e 3 não concordaram. [...] Como se pode observar, há ainda espaço de tensão, uma vez que, com a nova modalidade, ampliam-se os interlocutores do processo avaliativo, modificando uma cultura acadêmica estabelecida: a) para os autores, há a insegurança de ver suas deficiências expostas abertamente, a quem quiser ler; b) para os pareceristas, há todo um novo auditório a quem legitimar sua avaliação, o qual pode enxergar outras qualidades e/ou deficiências nos textos analisados. [...] como toda mudança de paradigma, pode sofrer censura ou boicote do que já está posto. (BRAIT et al., 2022, p. 11).

Em seu comentário na mesa, Nassi-Calò também se referiu ao relatório *Global State of Peer Review*<sup>60</sup> de 2018, iniciativa resumida pelo colaborador do SciELO, engenheiro de sistemas e licenciado em biblioteconomia Ernesto Spinak em duas postagens<sup>61</sup> no *Blog SciELO em Perspectiva*. Com base nestes textos, a comentarista afirmou que:

*Abriu-se a caixa preta da avaliação por pares porque, pela primeira vez, os pareceres estão disponíveis – em muitos casos os pareceristas também. Então a gente ficou sabendo qualitativa e quantitativamente quem e como faz a avaliação por pares por um número muito grande de pareceristas, de editores, de autores nos cinco continentes e em todas as áreas do conhecimento. Conhecer a mecânica da avaliação por pares foi um instrumento muito forte para melhorá-la, para poder explicar como funciona e como é feita. Eu acredito que resultados desse tipo possam contribuir para que a avaliação por pares, um processo extremamente útil, um dos pilares da comunicação científica, possa ser aperfeiçoado ainda mais.* (Lilian Nassi-Calò, coordenadora da coleção SciELO Saúde Pública e representante da BIREME no Comitê SciELO Brasil, painel “Abertura dos Pareceres” do evento “A Ciência Aberta nas Humanidades”, online, 18 de maio de 2022).

Na postagem, Spinak (2019a) se refere ao informe como “a maior pesquisa sobre revisão por pares realizada até o momento”, com respostas de mais de 11 mil pesquisadores dos EUA, Alemanha, Itália, Espanha, França, Holanda, Suécia, Canadá, Reino Unido e Japão, bem como de “países emergentes” como China, Brasil, Turquia, Índia, Irã, Coreia do Sul, Malásia e Polônia. O estudo recompila dados do *Publons*<sup>62</sup>, do *ScholarOne*<sup>63</sup> e do *Web of Science (WoS)*<sup>64</sup>. Destaca que 10% das e dos pareceristas são responsáveis, em nível global, por 50% das avaliações. Neste

---

<sup>60</sup> [https://clarivate.com/wp-content/uploads/dlm\\_uploads/2022/08/Publons-Global-State-Of-Peer-Review-2018.pdf](https://clarivate.com/wp-content/uploads/dlm_uploads/2022/08/Publons-Global-State-Of-Peer-Review-2018.pdf)

<sup>61</sup> SPINAK, E. De pareceristas estrela a pareceristas fantasmas – Parte I [online]. **SciELO em Perspectiva**, 2019a. Disponível em <https://blog.scielo.org/blog/2019/02/05/de-pareceristas-estrela-a-pareceristas-fantasmas-parte-i/>. Acesso em 03/07/2022.

SPINAK, E. De pareceristas estrela a pareceristas fantasmas – Parte II [online]. **SciELO em Perspectiva**, 2019b. Disponível em <https://blog.scielo.org/blog/2019/02/07/de-pareceristas-estrela-a-pareceristas-fantasmas-parte-ii/>. Acesso em 03/07/2022.

<sup>62</sup> Site comercial que oferecia um serviço gratuito para acadêmicos rastream, verificarem e mostrarem suas revisões por pares e contribuições editoriais para periódicos acadêmicos. Foi lançado em 2012 e foi comprado pela *Clarivate* em 2017. <https://publons.com/wos-op/>

<sup>63</sup> Sistema de submissão online de manuscritos, nos moldes do OJS/SEER, previamente conhecido como *Manuscript Central*. <https://clarivate.com/products/scientific-and-academic-research/research-publishing-solutions/scholarone/>

<sup>64</sup> O Web of Science é um site que fornece acesso baseado em assinatura a vários bancos de dados que fornecem dados abrangentes de citações para disciplinas acadêmicas diferentes. Foi originalmente produzido pelo *Institute for Scientific Information* e atualmente é mantido pela *Clarivate Analytics*. <https://clarivate.com/webofsciencegroup/solutions/web-of-science/>

ponto, identifica um comportamento de Lotka<sup>65</sup>. Ressalta, ainda, que a avaliação por pares aberta não apenas começará a divulgar os nomes de avaliadores, mas também modificará os processos editoriais e dará o devido reconhecimento em currículo aos acadêmicos que realizam as avaliações, entendidas como “atividade honorária”. Coloca a monetização da abertura como questão relevante:

A partir do momento em que as atividades de avaliação por pares começarão a ser conhecidas publicamente e avaliadas com métricas, então esse produto ou serviço começará a ser exigido pelo mercado. Todo produto que tem demanda e valor é “monetizado” e, como consequência, teremos novos fornecedores – Elsevier/Scopus, Google Scholar, ResearchGate, outros? (SPINAK, 2019b, n.p.).

Em relação ao anonimato, Spinak se pergunta se haveria problemas para pareceristas que não quiserem revelar sua identidade e se a publicação dos nomes geraria o fenômeno de pareceristas fantasmas, ou *ghost reviewing*: “ou seja, avaliações que são publicadas sob outro nome para evitar problemas de endogenia e conflito de interesses” (Spinak, 2019b, n.p.). Ele ainda conjectura que a incorporação das métricas de avaliação ao currículo das e dos acadêmicos pode gerar uma competição para a realização dessas tarefas, sobretudo por parte de acadêmicos com poucas publicações e poucas citações.

Lilian Nassi-Calò aproveitou a reflexão para falar sobre a avaliação por pares de propostas de auxílio à pesquisa. Para isso, se baseou no informe de 2019 *Grant Review in Focus*<sup>66</sup>, do *Publons*, analisado por ela no *Blog SciELO em Perspectiva*<sup>67</sup>. Para reforçar a proposta do SciELO pela experimentação, ela também citou outra

---

<sup>65</sup> Ou Lei de Crescimento Exponencial. Lei bibliométrica sobre a distribuição dos autores segundo sua produtividade. “Sua lei afirma que há uma distribuição desigual de produtividade nos autores e que, independentemente da disciplina, a maioria dos autores publicam o menor número de trabalhos, enquanto que alguns poucos autores publicam a maior parte da bibliografia relevante sobre um tema de pesquisa, e formam o grupo mais prolífico. O número de autores  $A_n$  que publica  $n$  trabalhos sobre uma matéria é inversamente proporcional ao quadrado de  $n$ ”. (SPINAK, 2019b, n.p.).

<sup>66</sup> <https://publons.com/static/Grant-Review-in-Focus-web.pdf>

<sup>67</sup> NASSI-CALÒ, L. Um olhar sobre a avaliação por pares de propostas de auxílio à pesquisa [online]. *SciELO em Perspectiva*, 2019. Disponível em <https://blog.scielo.org/blog/2019/12/04/um-olhar-sobre-a-avaliacao-por-pares-de-propostas-de-auxilio-a-pesquisa/>. Acesso em 03/07/2022.

postagem de sua autoria<sup>68</sup>, sobre a avaliação por pares aberta em periódicos do publisher de Acesso Aberto PLOS<sup>69</sup>:

*Um projeto de pesquisa ao qual é negado um financiamento pode nunca ocorrer, pode nunca se realizar. Então, tornar mais transparentes os critérios que as agências de fomento no mundo inteiro utilizam para dizer se um projeto será contemplado seria muito útil porque aí se utiliza a avaliação por pares da mesma forma que nos artigos de periódicos. Mas aí o avaliador, o parecerista, tem uma responsabilidade muito maior porque pode estar decidindo [o futuro de] uma área inteira, se ela vai receber financiamento ou não, se ela vai gerar artigos de impacto, se ela é muito de risco ou não. Eu acredito que esses informes, tanto sobre artigos de periódicos como sobre a avaliação de propostas de projetos e que envolvem basicamente o mesmo tipo de trabalho, a avaliação por pares por pesquisadores especialistas nessas áreas, deve ser conhecida e é por isso que os pareceres abertos são tão valiosos. Por exemplo, algumas agências de fomento chegaram a publicar, evidentemente sem citar o nome dos pareceristas, pequenos resumos dos informes de avaliação das propostas contempladas para que os pesquisadores conseguissem entender que tipos de projetos podem ter, digamos, mais chances de ser contemplados. Eu acredito que compreender as formas como os pareceristas fazem a avaliação por pares, tanto de artigos de periódicos como de propostas de projetos de pesquisa, a mecânica de como isso ocorre, como a gente pode melhorá-la, pode ser de extrema validade para o mundo inteiro da ciência, não apenas uma ou outra área. Então, neste momento o SciELO propõe: experimentem com formas alternativas e analisem os resultados. (Lilian Nassi-Calò, coordenadora da coleção SciELO Saúde Pública e representante da BIREME no Comitê SciELO Brasil, painel “Abertura dos Pareceres” do evento “A Ciência Aberta nas Humanidades”, online, 18 de maio de 2022).*

O moderador Valdei Araujo encerrou a mesa afirmando que o posicionamento tradicional das Humanidades é de cautela em relação às inovações. Para ele, a imagem do processo de avaliação por pares como uma caixa preta é ambivalente:

*Acho que há muita resistência à ideia da simples substituição de um modelo por outro, pelo que eu sinto a gente não vê no horizonte essa simples substituição [...]. Eu acho que ela é uma boa imagem para encerrarmos a mesa. Porque a caixa preta não diz só da intransparência, ela diz também da proteção de um conjunto de informações fundamentais que precisa ser preservado para, inclusive, ser disponibilizado. O processo duplo-cego obviamente tem problemas, mas tem também algumas virtudes que foram provadas ao longo das décadas e uma delas é essa possibilidade de produzir uma integridade garantida por pares no processo. Então essa intransparência existe, mas também está assentada na participação de pares, assim como o processo de avaliação, pelo menos no sistema brasileiro da CAPES e do CNPq. É uma discussão longa, acho que a gente está avançando muito e que bom que a gente está construindo diversidade das culturas avaliativas. (Valdei Lopes de Araujo, presidente da ANPUH, painel “Abertura*

---

<sup>68</sup> NASSI-CALÒ, L. PLOS reporta sobre publicação do Histórico da Avaliação por Pares Aberta [online]. **SciELO em Perspectiva**, 2022. Disponível em <https://blog.scielo.org/blog/2022/07/05/plos-reporta-sobre-publicacao-do-historico-da-avaliacao-por-pares-aberta/>. Acesso em 03/07/2022.

<sup>69</sup> Nascido em 2006 de uma proposta de acesso aberto, contava, em julho de 2022, com 12 periódicos. <https://plos.org/>

dos Pareceres” do evento “A Ciência Aberta nas Humanidades”, online, 18 de maio de 2022).

Os debates empreendidos nas duas mesas demonstram uma mudança de tom do SciELO em relação à obrigatoriedade da abertura da avaliação por pares: de uma exigência, o posicionamento assumiu a forma de um convite à experiência. Muito embora a fala de Abel Packer no primeiro dia tenha sido mais “dura” no que diz respeito às expectativas normativas do Programa, tanto a representante da ABEC Brasil quanto a coordenadora da *Coleção Saúde Pública* argumentaram que se trata de um momento de transição pautado pela experimentação. No entanto, as falas das e dos editores são significativas, pois revelam de forma mais consistente as dúvidas, controvérsias e resistências em relação à eficiência e à viabilidade de um processo de revisão por pares aberto. Fica evidente que ainda não há uma comprovação, no sentido de prova, de que a abertura das identidades, da comunicação entre pares e com a comunidade em geral e a publicação dos conteúdos dos pareceres corresponda às intenções de maior transparência, eficácia e valorização. Outros pontos são o da sustentabilidade da abertura da ciência e o da profissionalização dos periódicos, bem como do papel dos editores nesse processo. Resta aguardar os desdobramentos que a questão terá na reunião anual de 2022 para avaliar se o evento teve algum impacto e, ainda, se ele será refletido na atualização das Linhas Prioritárias de Ação do SciELO para o próximo quinquênio.

#### **4.3 Os debates na Reunião Brasileira de Antropologia (RBA)**

O *Simpósio Especial Periódicos de Antropologia: Políticas de Avaliação, Citação e Divulgação*<sup>70</sup>, organizado pela Comissão Editorial de Periódicos Científicos da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) durante a 33ª RBA, reuniu editores e representantes de equipes editoriais tanto de revistas indexadas na *Coleção SciELO Brasil* quanto de fora dela. Contou, também, com a participação de dois editores estrangeiros, uma da França e outro da África do Sul. O evento ocorreu no formato online nos dias 30 e 31 de agosto e 1º de setembro de 2022 e teve duas mesas – *Políticas de avaliação e fatores de impacto e Práticas de publicação, diversidade epistemológica e divulgação científica* – e a *Roda de conversa aberta com editores e*

---

<sup>70</sup> [https://www.33rba.abant.org.br/trabalho/view?ID\\_TRABALHO=568](https://www.33rba.abant.org.br/trabalho/view?ID_TRABALHO=568)

*editoras: Desafios e perspectivas.* Surgiram como pontos recorrentes a dificuldade em se encontrar ou se obter retorno de pareceristas, a necessidade de profissionalização das revistas e de valorização do trabalho editorial, o problema da falta de recursos financeiros e a retirada do financiamento da FAPESP ao SciELO<sup>71</sup>, entendido como programa que capitaneia o cenário editorial científico brasileiro.

A primeira mesa teve a participação de Luiz Augusto Campos, da editora dos periódicos franceses *Lusotopie*<sup>72</sup> e *Participati3n*<sup>73</sup>, Marie-Hélène Sa Vilas Boas, do editor-chefe de *Horizontes Antropol3gicos*, Ruben George Oliven, e do comentarista Vinicius Kauê Ferreira, editor-chefe da revista *Novos Debates: Fórum de Antropologia*<sup>74</sup>, da ABA. Uma das coordenadoras do *Simp3sio Especial*, Laura Moutinho, na fala de apresentação do evento, reafirmou a centralidade do Programa SciELO para os periódicos brasileiros e ressaltou que, apesar do peso normativo e das disputas internas, o Programa exerce um efeito positivo no campo.

Campos afirmou que a migração para a Ciência Aberta tem acontecido internacionalmente, ainda que com algumas particularidades. Ressaltou que o Acesso Aberto como prática não existe no mundo inteiro e que, se parece natural para o público brasileiro, é porque é uma prática subsidiada por recursos públicos, como é o caso do Programa SciELO, que recebe apoio da FAPESP, da CAPES e do CNPq. Repercutindo sua posição nos debates anteriores, disse que *“as Ciências Humanas devem criar seus próprios mecanismos de Ciência Aberta”*. Citou a abertura do processo de avaliação por pares como um dos pontos mais polêmicos, mas ponderou: *“temos visto a Ciência Aberta como um programa a ser experimentado. Se a abertura não der certo, volta-se atrás”*.

Oliven contou sobre sua primeira experiência, nos anos 1980, com o BIB, hoje *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*: *“um anexo da revista DADOS e que foi assumido pela ANPOCS como revista”*. Falou sobre sua

---

<sup>71</sup> Na Declaração sobre Sustentabilidade de 2021, o Programa SciELO informou a expectativa de redução do auxílio da FAPESP para 40% a partir de 2023 (atualmente, o aporte gira em torno de 80 a 90%) e relata a formação de um grupo de trabalho reunido em 12 de maio de 2021 para aprofundar a discussão sobre sustentabilidade e para recomendar ações aos periódicos. SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE (SciELO). **SciELO Brasil: sustentabilidade operacional e financeira e relevância**. Relatório. Versão 20 de julho 2021, 8 p. Disponível em <https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/SciELO-Brasil-Sustentabilidade-Operacional-e-financeira-Relatorio-sobre-Consultas-semestrais-20210818.pdf>. Acesso em 29/09/2021.

<sup>72</sup> <https://journals.openedition.org/lusotopie/?lang=pt>

<sup>73</sup> <http://www.revue-participations.fr/>

<sup>74</sup> <http://novosdebates.abant.org.br/>

participação, na mesma entidade, na criação da *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (RBCS)<sup>75</sup> e revelou que, no princípio, não havia pareceristas e que a prática era que o comitê editorial ou o editor-chefe decidisse pela publicação ou não de um artigo recebido. A ideia de trabalhar com a avaliação por pares foi lançada por Oliven no âmbito da RBCS: *“soou estranho para eles naquele momento. A ideia acabou sendo aceita, mas de forma incipiente”*. Também falou sobre a revista *Horizontes Antropológicos* (UFRGS), da qual é editor-chefe: públicos, processos editoriais, edições temáticas e dificuldade em se obter engajamento de pareceristas. Sobre as métricas de impacto, Oliven afirmou: *“sou muito cético a essas métricas... temos uma doença que eu chamo de ‘pontites’, na qual tudo tem de ser transformado em pontos. O que nos impressiona numa revista são as formas alternativas de avaliação e de relevância”*. Neste sentido, citou iniciativas como a *San Francisco Declaration on Research Assessment (DORA)*<sup>76</sup> e o *Manifesto de Leiden Sobre Métricas de Pesquisa*<sup>77</sup>. *“Deveria haver espaço para diferentes tipos de revistas. Não tenho nada contra o SciELO, é uma iniciativa importante, mas impõe muitas práticas que homogeneízam e descontextualizam”*. Sobre a estrutura das universidades brasileiras, lembrou que não valoriza a atividade editorial, *“vista quase como um devaneio”*, no sentido de uma iniciativa que se dá a partir da afinidade pessoal das e dos pesquisadores que nela se envolvem. *“Temos que trabalhar pelo reconhecimento da atividade intelectual no currículo”*, frisou.

Na parte reservada aos comentários, Moutinho retomou que o que se chama de Acesso Aberto no Brasil foi amplamente viabilizado por financiamento público. Vilas Boas acrescentou que o problema na França não é *“querer entrar na abertura”* da ciência e sim a falta de condições para fazê-lo, já que não há financiamento público como no Brasil. Em relação à abertura do processo de avaliação por pares, falou nas dificuldades e assimetrias de relações, mas observou que *“a transparência é uma coisa muito boa, ela permite uma contestação”*. Ao que Moutinho acrescentou: *“pode abrir problemas de relacionamento, mas o anonimato dá margem a comportamentos nada científicos”*. A brasileira reforçou que a experimentação é a chave: *“não temos que pular de cabeça. Temos que ir com cuidado, porque o SciELO não pensa nas particularidades, em especial as da área de Humanidades”*.

---

<sup>75</sup> <https://anpocs.com/index.php/publicacoes-sp-2056165036/rbcs>

<sup>76</sup> <https://sfedora.org/>

<sup>77</sup> <http://www.leidenmanifesto.org/translations.html>

Luiz Campos também chamou a atenção para a ausência de uma estratégia nacional para o campo editorial brasileiro. Saliou o papel das revistas acadêmicas como grandes mediadoras na produção do conhecimento, destacando que o fomento à ciência deve partir do incentivo à divulgação, na qual as revistas acadêmicas têm um papel central. Para ele, a falta de investimento faz com que as revistas sejam o que definiu como “o pilar de barro da estrutura da ciência”. “Num cenário de retomada do financiamento da ciência brasileira, quais seriam as estratégias?”, perguntou. Em sua visão, as métricas e o fator de impacto podem ancorar esse processo, mas o que deveria estar em primeiro plano é o planejamento estratégico dos periódicos, que precisaria ser visto como um agente de pluralidade junto às agências financiadoras. Ele defendeu que os recursos privilegiem não apenas métricas, mas propostas de planos de ação, com a análise de sua implementação e execução como critério para financiamento. Outro ponto trazido por Campos foi o da necessidade de criação de uma métrica de impacto própria, a partir das associações como ABA e ANPOCS.

Ainda na questão da abertura de pareceres, Campos lembrou que o assunto dos periódicos científicos é muito circunscrito a quem está envolvido no contexto editorial e que deveria ser mais abrangente, pois interessa à economia do conhecimento. Lembrou, também, que a abertura de pareceres é uma pauta em discussão e que existem várias formas de fazê-la, inclusive abrindo o conteúdo do parecer sem tornar pública sua autoria. Seguindo o posicionamento do SciELO, colocou ênfase na experimentação de modelos.

A mesa realizada no segundo dia do *Simpósio Especial* teve como painelistas o sul-africano Bernard Dubbeld, editor da revista *Social Dynamics*<sup>78</sup>, Laura Moutinho, que falou a partir de sua experiência junto à *Revista de Antropologia*<sup>79</sup> (USP) e a *VIBRANT*<sup>80</sup> (ABA), Mariane da Silva Pisani, editora-chefe de *Novos Debates*, e o debatedor Vinícius Venâncio, editor associado de *Novos Debates* e integrante da equipe de divulgação científica de *VIBRANT*.

Editor desde 2014 na revista interdisciplinar *Social Dynamics*, Dubbeld falou sobre o surgimento do periódico em 1975 e sobre a publicação atrelada ao *Taylor &*

---

<sup>78</sup> <https://www.tandfonline.com/journals/rsdy20>

<sup>79</sup> <https://www.revistas.usp.br/ra>

<sup>80</sup> <http://www.vibrant.org.br/>

*Francis Group*<sup>81</sup>. Abordou brevemente os desafios de publicar na África do Sul: na sua visão, publicar em inglês via *Taylor & Francis* ajuda na circulação do conteúdo, mas tem pouco impacto na qualidade dos manuscritos recebidos para publicação. Este, segundo ele, é um dos principais obstáculos: conseguir conteúdo de qualidade. Como submissões, *Social Dynamics* recebe muitos capítulos de tese não configurados como artigos, o que eleva a taxa de rejeição de manuscritos em primeira etapa. Há ainda o desafio de manter a interdisciplinaridade. Demonstrando que se trata de um problema comum ao ambiente editorial científico, ele apontou a avaliação por pares como um dos principais gargalos a ser enfrentado na rotina editorial. Assim como no Brasil, a atividade não é remunerada e muita(os) das e dos avaliadores são convidados pelos editores, a partir de sua própria rede de contatos.

*Sabemos que a avaliação às cegas dá muito trabalho e que ele não é frequentemente reconhecido. Além disso, dá pouco retorno a quem o faz. Na nossa situação, as e os editores não têm o poder para, na Universidade, pedir [no sentido de serem mais bem-sucedidos, ou seja, exigir] que professores façam a avaliação. A pandemia também influenciou muito, pois contribuiu para o acúmulo de trabalho. Pessoas que geralmente contribuem conosco não estão conseguindo mais fazer com tanta frequência porque estão sobrecarregadas.* (Bernard Dubbeld, editor da revista sul-africana *Social Dynamics*, mesa “Práticas de Publicação, Diversidade Epistemológica e Divulgação Científica” do “Simpósio Especial Periódicos de Antropologia: Políticas de Avaliação, Citação e Divulgação” na RBA, online, 31 de agosto de 2022).

Dubbeld ainda disse que, em 2021, a revista conseguiu garantir a publicação de três números. No entanto, ele conhece outras publicações científicas na África do Sul que “perderam todo um ano porque não conseguiram pareceristas”. Como tentativa para obter mais visibilidade para os conteúdos publicados pelo periódico, disse que uma das práticas é a de encorajar – “mas não insistir” – para que autores conversem com textos de edições anteriores. “Não com a preocupação com o número de citações, mas para criar pontes de referência entre esses artigos”, explicou. A revista envia cópias impressas para bibliotecas de todo o continente africano, mas essa impressão está com os dias contados. Recentemente criaram uma conta no Twitter. Um dos quatro editores (são três mais um associado) publica colunas em jornais de grande circulação e divulga a produção científica publicada pela *Social Dynamics* sempre que possível. Como forma de ampliar e diversificar a divulgação

---

<sup>81</sup> Empresa internacional fundada em 1852 na Inglaterra e que publica livros e revistas acadêmicas. Suas partes incluem *Taylor & Francis*, *Routledge*, *F1000 Research* ou *Dovepress*. É uma divisão da *Informa plc*, editora e empresa de conferências sediada no Reino Unido. <https://taylorandfrancis.com/>

científica, a equipe editorial pretende organizar eventos para debates sobre as edições em plataformas online, como o Zoom, pois o alcance de público seria maior, mais fácil e com custos mais baixos.

Laura Moutinho abordou a necessidade de profissionalização dos periódicos científicos. Sobre a questão da Ciência Aberta, pediu a Bernard Dubbeld que falasse sobre sua experiência à frente de *Social Dynamics*. Citou que o Programa SciELO afirma ter na África do Sul um dos seus principais parceiros, mas gostaria de ouvir da experiência de um periódico que não está na Coleção.

Vinícius Venâncio retomou os desafios elencados por Bernard Dubbeld, com foco na busca por pareceristas.

*É um problema de múltiplas facetas. 1. Vamos atrás de grandes nomes na área, ocupados, que não respondem ou dão um parecer 'telegráfico' que se resume a responder sim ou não. 2. Existe a noção da ou do antropólogo como ser incompleto até defender sua tese, com isso perdemos [subestimamos] uma grande gama de doutorandos. 3. A construção de pareceristas são redes de poder, em que são perpetuadas desigualdades. Temos que pensar em uma perspectiva antirracista, como falou a Laura [Moutinho]. 4. Buscar pareceristas a partir dos nossos contatos reproduz o problema da endogenia, reproduz essa lógica/rede e se reflete na qualidade dos pareceres e no retorno obtido das e dos pareceristas.* (Vinícius Venâncio, editor associado de *Novos Debates*, mesa "Práticas de Publicação, Diversidade Epistemológica e Divulgação Científica" do "Simpósio Especial Periódicos de Antropologia: Políticas de Avaliação, Citação e Divulgação" na RBA, online, 31 de agosto de 2022).

Pensando sobre se fazer Ciência Aberta, Venâncio levantou a questão de que a remuneração do trabalho de avaliação por pares pode tornar o processo de produção editorial mais fechado, barrando o acesso a uma gama de pessoas. Criticou, ainda, a hierarquia posta pelas grandes revistas, que não publicam trabalhos de estudantes em formação. Falou sobre a multiplicação, nos últimos anos, do número de publicações em Antropologia e a associou ao aumento no número de Programas de Pós-Graduação e às demandas por produtividade. Ainda sobre os pareceres, disse que se trata de *"trabalho absolutamente desvalorizado. É surreal como pontua apenas um ponto em um edital de 500 pontos, assim como a atividade editorial"*.

Respondendo à Laura Moutinho, Bernard Dubbeld refletiu que

*A questão do Acesso Aberto é muito interessante. Taylor & Francis tem o domínio da revista Social Dynamics. Podemos negociar para que os artigos sejam disponibilizados gratuitamente por algum tempo, mas a questão é financeira. Quem vai pagar pelo Acesso Aberto? Como periódico baseado no Sul Global, não temos condições de fazer isso.* (Bernard Dubbeld, editor da revista sul-africana *Social Dynamics*, mesa "Práticas de

Publicação, Diversidade Epistemológica e Divulgação Científica” do “Simpósio Especial Periódicos de Antropologia: Políticas de Avaliação, Citação e Divulgação” na RBA, online, 31 de agosto de 2022).

Sobre o Acesso Aberto no Brasil, Moutinho lembrou que não é totalmente aberto, mas sim pago via financiamento público. “*O que vai acontecer quando a FAPESP retirar o financiamento do SciELO?*”, perguntou. Pensando que a manutenção dos portais de periódicos na plataforma OJS/SEER é paga pelas universidades, sugeriu: “*talvez essa conversa tenha que ser com as universidades*”.

Sobre o encerramento do financiamento da FAPESP ao Programa SciELO, Vinícius Kauê Ferreira comentou que é preciso se pensar nas desigualdades da distribuição de recursos em âmbito nacional, ao que Mariane Pisani acrescentou: “*a distribuição desigual de recursos financeiros revela que há graus, hierarquia, entre os periódicos*”.

*70% vai para São Paulo. Há que se pensar em uma ‘hidráulica da circulação de recursos’, nas palavras de Luiz Campos, para entendermos melhor através de que caminhos o dinheiro circula no mercado editorial e assim repensarmos a questão da sustentabilidade.* (Vinícius Kauê Ferreira, editor-chefe de *Novos Debates*, mesa “Práticas de Publicação, Diversidade Epistemológica e Divulgação Científica” do “Simpósio Especial Periódicos de Antropologia: Políticas de Avaliação, Citação e Divulgação” na RBA, online, 31 de agosto de 2022).

A roda de conversa do último dia foi a que teve mais diversidade, do ponto de vista tanto das publicações quanto da experiência das e dos participantes. Foi, ainda, a que trouxe de forma mais evidente a visão dos periódicos que não integram a Coleção SciELO Brasil. A conversa foi iniciada por Hellen Caetano, da *Equatorial*<sup>82</sup> (UFRN), e por Vinícius Cosmos Benvegnú, da *Wamon*<sup>83</sup> (UFAM), ambas publicações discentes. As questões, ou “*motés de conversa*”, conforme as organizadoras Laura Moutinho e Mariane Pisani, foram:

1. O uso do fator de impacto como ferramenta de avaliação dos periódicos,
2. a emergência de novas formas de avaliação de artigos com a emergência dos preprints; e
3. a necessária diversificação epistêmica da disciplina.

---

<sup>82</sup> <https://periodicos.ufrn.br/equatorial>

<sup>83</sup> <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/wamon>

Para Hellen Caetano, uma das principais dificuldades é a de dar continuidade ao trabalho editorial, principalmente em revistas discentes, onde a comissão editorial muda periodicamente. Ela relatou um processo interessante, levado a cabo pela *Equatorial*: a realização de oficinas editoriais no início de cada ano com discentes recém incorporados(as) à equipe, nas quais são apresentados tutoriais para cada função. A revista vê o parecer como instrumento didático para aprimorar os artigos, mesmo os não publicados. Para melhorar o conteúdo dos pareceres que recebem, a editoria reformulou seu formulário de avaliação, na tentativa de deixá-los mais dissertativos. Pede, ainda, que avaliadores enviem um arquivo comentado para que autores entendam as mudanças sugeridas. “Na Antropologia se fala muito em inovação, mas ainda estamos muito presos. Por isso pensamos nesse processo didático, para que as pessoas possam aprender”, ela disse.

Vinícius Benvegnú está desde 2019 na *Wamon*. Assumiu como editor responsável em 2021, juntamente com Larissa Guimarães, apesar de ainda não terem se reunido presencialmente, devido às distâncias geográficas – Benvegnú está no Amazonas e Guimarães no Pará. Contou que a revista é uma iniciativa de discentes e de egressos(as) e que funciona em fluxo contínuo, com dois dossiês temáticos por ano. O periódico foi prejudicado pela pandemia, tanto devido a dificuldades pessoais da equipe como pelos efeitos da Covid-19 no fluxo de submissões, que baixou. “Vemos o alcance de submissões como um gargalo que vem antes de visualizações e citações”, afirmou. A revista também enfrenta dificuldades mais estruturais como registro DOI, diagramação, revisão em português e línguas estrangeiras, indexação e fator de impacto. Sobre isso, Benvegnú comentou: “a gente não conseguiu ainda entrar nesse espaço muito por inexperiência nossa”. O conhecimento para gerenciar a plataforma OJS é outro obstáculo, bem como a falta de amparo institucional. Apesar disso, os e as discentes envolvidos no trabalho editorial têm planos de criar uma seção para línguas não ocidentais e que pode tanto trazer versões bilíngues dos textos como apenas versão na língua original, indígena ou de matriz africana.

Eva Scheliga, da *Campos – Revista de Antropologia*<sup>84</sup> (UFPR) lembrou que a indexação funciona, também, como divulgação, pois se trata de localização e

---

<sup>84</sup> <https://revistas.ufpr.br/campos>

repositório. Sobre Ciência Aberta e preprints, disse que é uma realidade muito distante da *Campos* e das revistas que não estão no SciELO.

*O SciELO está fora de possibilidade para grande parte das revistas, temos que mapear outros indexadores. Também temos que nos preocupar com a qualidade dos metadados, o que significa ter um cuidado muito grande com a forma como estamos sendo citados. Uma medida muito simples é usar o DOI [recorre ao Crossref para isso].* (Eva Scheliga, editora-chefe de *Campos – Revista de Antropologia*, roda de conversa com editores do “Simpósio Especial Periódicos de Antropologia: Políticas de Avaliação, Citação e Divulgação” na RBA, online, 1º de setembro de 2022).

Também participei das trocas. Minha colocação foi que o debate sobre Ciência Aberta não pode ficar circunscrito ao âmbito do SciELO, pois deve ser uma discussão e uma construção coletiva maior, para dentro e para fora do ambiente editorial. Sugeri que a discussão precisa ser amplificada a partir de associações como a ABA e a ANPOPCS, pois congregam mais revistas e mais pesquisadores. Laura Moutinho acolheu meu comentário e disse que vê no OJS uma alternativa ao SciELO enquanto indexador, já que a maioria das publicações científicas brasileiras gerencia seus processos editoriais por esta plataforma. *“Eu acho que o que o SciELO produz é um patamar internacional de profissionalização. É uma referência para a qual vale se olhar porque eles estão antenados com o campo internacional”*, avaliou. Disse que a relevância das revistas tem a ver com o Sistema Qualis da CAPES e que a área de Humanidades disputa, neste âmbito, com as demais. Senti falta, nesta colocação, de um posicionamento mais crítico em relação a capilaridade de práticas instituídas a partir do SciELO e de outros indexadores considerados relevantes, como WoS e Redalyc e que acabam se tornando normativas a partir do Qualis

No encerramento da reunião, foram dadas à Comissão Editorial da ABA as seguintes sugestões, anotadas por Mariane Pisani:

1. Criação e disponibilização de lista dos periódicos de Antropologia no site da ABA (ainda não há nenhuma referência neste sentido, o que dificulta a construção de cooperações por iniciativa dos próprios periódicos da área);
2. compartilhamento de tutoriais sobre indexação e OJS;
3. fomento de cursos de instrumentalização para revistas e de formação editorial;

4. promoção do “*letramento*” (termo usado por Laura Moutinho) para a formação editorial e para a escrita acadêmica.

Na roda de conversa, percebi que o entendimento da Ciência Aberta pelos periódicos que não participam dos debates no âmbito do SciELO está muito ligado à ideia de Acesso Aberto. Muito pouco se falou em preprint, não se abordou a abertura do processo de revisão por pares e nem da publicação dos pareceres avaliativos, seja em formato de artigo ou outro. Apesar de representar apenas um pouco do que acontece no ambiente editorial da Antropologia brasileira, a roda de conversa pode ser um indicativo das assimetrias no ambiente editorial científico brasileiro. Esta e outras considerações serão melhor desenvolvidas na parte final deste trabalho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Meu envolvimento com o contexto abordado neste trabalho se dá a partir da percepção de estar inserida em um momento de engendramento do novo (STENGERS, 2002). Neste sentido, compreendo as articulações pela Ciência Aberta como construção de uma narrativa que mobiliza questões como a transparência e a auditoria por pares no ambiente editorial científico em conjunto com a ascensão de um novo modelo político. Ainda que os debates sobre sua implantação se baseiem muito na ideia clássica de paradigma e na sua colocação como um “*movimento inexorável*” pelo SciELO, percebo que a proposta se refere a mudanças que não implicam, de fato, em uma revolução científica no modelo kuhniano. Proponho, assim, que sejam vistas na perspectiva de atualização política, ou de renovação, da prática da ciência em uma rede de relações configurada a partir da noção de comunidade.

Compreendo, ainda, que essas articulações se desenvolvem tendo como base objetivos compartilhados, no sentido de valores coletivos, fortalecendo um senso de comunidade que é ampliado para além do âmbito específico da arena científica, pois que disposto a incorporar no processo de construção e validação do conhecimento outros atores que não apenas os pares. Assim, disputas e discordâncias que tomam corpo a partir de um momento de crise (Kuhn, 1996; LAW, 2012) muito marcado pelas noções de risco e de *accountability*, ou, ainda, de problemática política (STENGERS, 2002) como a falta de recursos, a desacreditação da ciência e a desvalorização das instituições acadêmicas, sobretudo as públicas, ativam insurgências do fazer científico que sinalizam uma mudança de época que também é cultural (STRATHERN, 2000). Dessa forma, um termo melhor para “comunidade” poderia ser o de “coletividades”, no plural, no sentido de um social pensado por e a partir da agência (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020).

Com isso em vista, me propus a analisar não apenas os debates que ocorrem no âmbito do SciELO – mais especificamente com a participação das e dos editores da área de Humanidades – sobre a abertura do processo de avaliação por pares, mas também os relatórios produzidos pelos próprios atores, na tentativa de traçar um caminho interpretativo das críticas através do trabalho de suas e seus próprios relatores (BOLTANSKI, 2016). Aparecem como formas estáveis nesses relatos as dificuldades estruturais para implantação da auditoria por pares no modelo OPR

(sejam elas relativas a tempo, recursos humanos e materiais e/ou à necessidade de maior conhecimento técnico e profissionalização com vistas à continuidade e valorização da atividade editorial), as particularidades das diversas áreas do conhecimento (relativas, por exemplo, à manutenção do anonimato, à possibilidade de problemas relacionais e/ou envolvendo dados sensíveis), a experimentação (tanto como caminho para adoção do novo modelo quanto para sua avaliação) e a questão da transparência associada à prática de auditoria.

Participando paralelamente de outras discussões com equipes editoriais de publicações de Antropologia indexadas ou não pelo SciELO, percebo que, apesar de imbricada com uma política internacional encabeçada, no Brasil, por um programa de governo, a abertura da ciência é uma questão ainda muito circunscrita aos periódicos que integram a Coleção SciELO Brasil, considerados “de excelência”. Para as revistas ditas “periféricas”, são preocupações mais urgentes estabilizar o fluxo de submissões, obter pareceres qualificados, adquirir maior conhecimento técnico-editorial, angariar recursos e manter a continuidade da publicação e dos trabalhos editoriais. Para esses atores, o entendimento mais geral sobre a Ciência Aberta parece se concentrar na questão do Acesso Aberto somente.

As e os editores mais familiarizados com propostas como publicações em *ahead of print*<sup>85</sup>, preprints, Arquivos Abertos e OPR não veem isso como uma demanda prioritária. Assim posto, evidencia-se que as assimetrias do ambiente editorial brasileiro, já muito marcado pela distribuição desigual de recursos e apoios institucionais, podem se potencializar uma vez implementado o PCA do SciELO. Algumas perguntas que não podem deixar de ser feitas nesse cenário são: quais os efeitos do estabelecimento do modelo OPR no funcionamento das revistas científicas, tanto em relação à prática quanto ao aumento de assimetrias entre as revistas ditas “periféricas” e as ditas “de excelência”? A publicação de artigos- pareceres angariará um maior engajamento das e dos avaliadores solicitadas(os) por revistas? Se estabelecerá como valor de troca? Como impactará pesquisadores em início de carreira? Evidenciará novas ou reforçará diferenças? Haverá transformações na função dos editores? Quais? A abertura da ciência trará, realmente, uma

---

<sup>85</sup> Também conhecido como *Online First Publication* ou Publicação Avançada de Artigos, permite a publicação individual de artigos já aprovados, editorados e que futuramente comporão um número a ser publicado. Mais indicada para periódicos que mantêm sua versão impressa, assemelha-se à modalidade de publicação contínua ou continuada, diferenciando-se desta por permitir à revista a manutenção da paginação clássica dos artigos.

democratização? Ou será encampada pelo mercado editorial como mais um nicho a ser explorado?

A análise ainda aponta para o protagonismo da área de Humanidades na postulação de críticas e na colocação de controvérsias. Entendo que, mais do que uma resistência tradicional à inovação, como foi colocado por um dos debatedores, a posição representa a reflexividade da ciência que é feita pelo próprio campo. Ainda, a interlocução com o Programa SciELO encabeçada pelas revistas de Humanas reflete anseios de outras áreas, como é o caso das Ciências Agrárias, e sinaliza a necessidade de formas plurais de abertura. Neste sentido, um debate ampliado e que envolva associações que congregam pesquisadores, instituições de pesquisa, universidades e periódicos é mais que bem-vinda, se faz imperativa.

Em relação à arbitragem do conhecimento produzido, observo que nas Humanidades não há um posicionamento pela abolição do anonimato do modelo duplo-cego. O que se evidencia nos debates é um movimento pela visibilização do trabalho de pareceristas, a favor de uma possibilidade de coprodução e de uma interlocução mais direta entre autores e pareceristas, mantendo-se o sigilo das identidades ou não. Sobre isso, algumas perguntas se impõem: quem, no caso da adoção dos comentários abertos como prática de maior transparência da auditoria, fará a intermediação – ou curadoria – do que é relevante para prosseguimento do artigo como um processo que “*não tem fim*”? Como equipes editoriais já enxutas e sobrecarregadas gerenciariam mais esta demanda? A participação ocorreria no grau esperado? Qual seria a qualidade dessas contribuições? Tendo como base o que já acontece em portais de notícias, muitos dos comentários aos artigos poderão ser ofensivos, rasos ou mesmo irrelevantes. Não seria o caso de se adotar como possibilidade um maior estímulo à publicação de textos em contraponto, sejam eles de pares ou do público interessado no debate? Na Antropologia há periódicos que já atuam neste sentido, publicando comentários a textos originais e trazendo a réplica de autores do artigo original. Cito neste modelo *Debates do NER*<sup>86</sup>, editada pelo Núcleo de Estudos da Religião do PPGAS/UFRGS, e *Novos Debates: Fórum de Antropologia*, da ABA. Não seria o caso de se colocar a atenção também sobre estas práticas?

---

<sup>86</sup> <https://seer.ufrgs.br/debatesdoner>

Sobre revistas discentes, reconhecimento e inovação: há um potencial muito grande na atuação cooperativa de editoras e editores em formação que deveria ser acompanhado com curiosidade e mais acolhimento tanto pelo ambiente editorial científico tradicional quanto pelas instituições acadêmicas. Suas soluções artesanais para as limitações de rotina, sejam elas estruturais, sejam elas ocasionadas pelo desconhecimento em relação aos processos, além de darem conta de resolver criativamente problemas de ordem gerencial, incorporam um caráter educativo tanto para quem integra as comissões editoriais quanto para as e os pesquisadores em formação, sejam autores, sejam avaliadores, sejam editores. É indiscutível que a atividade editorial precisa ser valorizada, mas é importante que essa valorização se estenda às iniciativas discentes nos âmbitos da graduação e da pós-graduação. Se os periódicos científicos podem ser considerados o “*pilar de barro da estrutura da ciência*”, o mesmo se pode dizer das publicações discentes em relação ao ambiente editorial científico convencional.

Por fim, a abertura do processo de avaliação por pares é só uma das controvérsias surgidas no debate sobre Ciência Aberta e que, neste momento, opera como central. Está, para os indexados no SciELO, e por imposição deste, em um modelo de experimentação. Há que se observar se as experiências-piloto apresentados no evento *A Ciência Aberta nas Humanidades* serão adotadas, se se transformarão ou, ainda, se se manterão como prática. Outros desdobramentos de pesquisa possíveis a partir da perspectiva dos periódicos científicos dizem respeito a questões como a sustentabilidade das publicações e das plataformas financiadas com recursos públicos, ao ranqueamento e suas imbricações com a atribuição de relevância e à auditagem por índices e sistemas de classificação como o Qualis. Essas são algumas das várias questões que impulsionam a continuidade deste trabalho.

## REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. Ciência Aberta; movimento de movimentos. In: SHINTAKU, Milton; SALES, Luana (Orgs.). **Ciência Aberta para editores científicos**. Botucatu: ABEC, 2019. pp. 15-19. Disponível em [https://www.abecbrasil.org.br/arquivos/Ciencia\\_aberta\\_editores\\_cientificos\\_Ebook.pdf](https://www.abecbrasil.org.br/arquivos/Ciencia_aberta_editores_cientificos_Ebook.pdf). Acesso em 27/07/2022.

AMARAL, Janayne Carvalho do; PRÍNCIPE, Eloísa. A revisão por pares no contexto da Ciência Aberta: uma breve apresentação. In: SHINTAKU, Milton; SALES, Luana (Orgs.). **Ciência Aberta para editores científicos**. Botucatu: ABEC, 2019. pp. 59-66. Disponível em [https://www.abecbrasil.org.br/arquivos/Ciencia\\_aberta\\_editores\\_cientificos\\_Ebook.pdf](https://www.abecbrasil.org.br/arquivos/Ciencia_aberta_editores_cientificos_Ebook.pdf). Acesso em 27/07/2022.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia da Letras, 2008.

BISPO, Marcelo de Souza. A impossibilidade da Ciência Aberta sem alteridade e pluralidade epistêmica. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 26, n. 2, p. e210246, 14 Sep. 2021. Disponível em <https://rac.anpad.org.br/index.php/rac/article/view/1505/1719>. Acesso em 03/12/2021.

BOLTANSKI, Luc. Sociologia crítica ou sociologia da crítica. Tradução de Thays Mossi. In: VANDERBERGHE, Frédéric; VÉRAN, Jean-François (Orgs.). **Além do habitus: teoria social pós-bourdieuiana**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2016. pp. 129-155.

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent [1991]. **A justificação. Sobre as economias da grandeza**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2020.

BRAIT, Beth et al. Bakhtiniana adere à Ciência Aberta. **Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso** [online]. 2022, v. 17, n. 1, pp. 2-15. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2176-457356035>. Epub 29 Nov. 2021. ISSN 2176-4573. Acesso em 03/07/2022.

BRITO, Simone Magalhães; SCHUCH, Patrice. Práticas de auditoria, sistemas de avaliação e valores. **REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - POLÍTICA & TRABALHO**, [S. l.], v. 1, n. 46, 2017. DOI: 10.22478/ufpb.1517-5901.2017v1n46.36892. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/36892>. Acesso em 02/05/2022.

BRITO, Ronnie Fagundes de et al. **Guia do usuário do OJS 3**. Brasília: IBICT, 2018. 144 p. Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/327640771\\_Guia\\_do\\_usuario\\_do\\_OJS\\_3](https://www.researchgate.net/publication/327640771_Guia_do_usuario_do_OJS_3). Acesso em abril de 2022.

BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE – BOAI. Budapeste, Hungria, 14 de fevereiro de 2002. Disponível em <https://www.budapestopenaccessinitiative.org/read>. Acesso em 20/09/2021.

BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE – BOAI. BOAI10. **Dez anos depois da Budapest Open Access Initiative: estabelecendo o Acesso Aberto como padrão.** Budapeste, Hungria, 12 de setembro de 2012. Tradução realizada pelo Gabinete de Projetos Open Access dos Serviços de Documentação da Universidade do Minho. Disponível em <https://www.budapestopenaccessinitiative.org/boai-10-translations/portuguese>. Acesso em 20/09/2021.

BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE – BOAI15. Budapeste, Hungria, 14 de fevereiro de 2002. Disponível em <https://www.budapestopenaccessinitiative.org/boai15-1>. Acesso em 20/09/2021.

CAMPOS, L.A.; DE HOLLANDA, B.B. A Ciência Aberta nas Humanidades [online]. **SciELO em Perspectiva**, 2022. Disponível em <https://blog.scielo.org/blog/2022/06/09/a-ciencia-aberta-nas-humanidades/>. Acesso em 19/07/2022.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Chamada Pública nº19/2019 – Programa Editorial.** Brasília; 2019. Disponível em [http://cnpq.br/web/guest/chamadas-publicas?p\\_p\\_id=resultadosportlet\\_WAR\\_resultadoscnpqportlet\\_INSTANCE\\_0ZaM&filtro=abertas&detalha=chamadaDivulgada&desc=chamadas&idDivulgacao=8942](http://cnpq.br/web/guest/chamadas-publicas?p_p_id=resultadosportlet_WAR_resultadoscnpqportlet_INSTANCE_0ZaM&filtro=abertas&detalha=chamadaDivulgada&desc=chamadas&idDivulgacao=8942). Acesso em 13/07/2020.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO (CGU). **Proposta de metodologia para elaboração do 5º Plano de Ação Nacional.** Brasília, sem data. Disponível em <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/a-ogp/planos-de-acao/5o-plano-de-acao-brasileiro/metodologia-5o-plano-de-acao-nacional.pdf>. Acesso em 15/09/2022.

COTTA, D.; FRANCO, L. G.; ESPINOSA, T. Ciência Aberta: Uma experiência de open peer review na revista Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências [online]. **SciELO em Perspectiva: Humanas**, 2021. Disponível em <https://humanas.blog.scielo.org/blog/2021/10/05/ciencia-aberta-uma-experiencia-de-open-peer-review-na-revisa-ensaio-pesquisa-em-educacao-em-ciencias/>. Acesso em 03/07/2022.

DAVYT, Amílcar; VELHO, Léa. A avaliação da ciência e a revisão por pares: passado e presente. Como será o futuro? **História, Ciências, Saúde-Manguinhos** [online]. 2000, v. 7, n. 1, pp. 93-116 Disponível em <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/QYbkKSZJ4hfBnq4xDsLhDpx/?lang=pt>. Acesso em 11/11/2021.

FONSECA, Claudia. Avaliação dos programas de pós-graduação: do ponto de vista de um nativo. **Horizontes Antropológicos**, 2001, v. 7, n. 16, pp. 261-275. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0104-71832001000200014>. Acesso em 10/06/2022.

GUÉDON, Jean-Claude. Toward the Internet of the Mind. In: BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE – BOAI15. 14 de fevereiro de 2017. Disponível em <https://www.budapestopenaccessinitiative.org/boai15/Untitleddocument.docx>. Acesso em 20/09/2021.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial [1988]. **Cadernos Pagu** (5), 2009: 7-41.

HARNAD, Stevan. The invisible hand of peer review. **Nature** [online], c. 5 Nov. 1998. Disponível em <http://helix.nature.com/webmatters/invisible/invisible.html>. Acesso em 11/11/2021.

KIPNIS, Andrew B. Audit cultures: Neoliberal governmentality, socialist legacy, or technologies of governing? **American Ethnologist**, 2008, vol. 35, n. 2, pp. 275-289. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/27667489>. Acesso em dezembro de 2021.

KUHN, Thomas S. Posfácio - 1969. In: KUHN, Thomas S. **A Estrutura das Revoluções Científicas** [1969]. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

LAW, John. O laboratório e suas redes [1989]. Tradução de Ana Lúcia do Amaral Villasboas, revista por Ivan da Costa Marques. **NECSO UFRJ**, 25/01/2012. Disponível em <http://www.necso.ufrj.br/>. Acesso em abril de 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Diretoria de Avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Relatório do Qualis Periódicos - Área Nº 35 (Antropologia e Arqueologia)**. Brasília; 2019. 15 p.

NASSI-CALÒ, L. PLOS reporta sobre publicação do Histórico da Avaliação por Pares Aberta [online]. **SciELO em Perspectiva**, 2022. Disponível em <https://blog.scielo.org/blog/2022/07/05/plos-reporta-sobre-publicacao-do-historico-da-avaliacao-por-pares-aberta/>. Acesso em 03/07/2022.

NASSI-CALÒ, L. Um olhar sobre a avaliação por pares de propostas de auxílio à pesquisa [online]. **SciELO em Perspectiva**, 2019. Disponível em <https://blog.scielo.org/blog/2019/12/04/um-olhar-sobre-a-avaliacao-por-pares-de-propostas-de-auxilio-a-pesquisa/>. Acesso em 03/07/2022.

PAVAN, Cleusa. **Práticas sociais na comunicação científica: a avaliação pelos pares nas revistas brasileiras de ciência da informação**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008, 173 f. Disponível em <http://hdl.handle.net/10183/13798>. Acesso em 11/11/2021.

RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. **O poder do selo. Imaginários ecológicos, formas de certificação e regimes de propriedade intelectual no sistema agroalimentar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

RAICIK, A. C.; GONÇALVES, F. P. (Re)Pensando Thomas Kuhn: reflexões sobre mal-entendidos da Estrutura e suas implicações para o ensino de ciências. **REXE - Revista de Estudios y Experiencias en Educación**, [S. l.], v. 21, n. 45, p. 366–394, 2022.

DOI: 10.21703/0718-5162.v21.n45.2022.019. Disponível em <https://revistas.ucsc.cl/index.php/rexe/article/view/1079>. Acesso em 5/11/2022.

REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 33<sup>a</sup>, 2022, Curitiba. Seminário Especial 31 - Periódicos de Antropologia: Políticas de Avaliação, Citação e Divulgação. 30 e 31 de agosto e 1<sup>o</sup> de setembro de 2022. Online. [https://www.33rba.abant.org.br/trabalho/view?ID\\_TRABALHO=568](https://www.33rba.abant.org.br/trabalho/view?ID_TRABALHO=568)

ROMANENKO, Andrei. Towards the Internet of the Mind/Jean-Claude Guédon. Introduction. In: BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE – BOAI15. 14 de fevereiro de 2017. Disponível em <https://www.budapestopenaccessinitiative.org/open-access-toward-the-internet-of-the-mind>. Acesso em 20/09/2021.

SciELO NETWORK. A Ciência Aberta nas Humanidades. YouTube, 17/05/2022. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=pB7U2lzhNjU>. Acesso em junho de 2022.

SciELO NETWORK. A Ciência Aberta nas Humanidades. YouTube, 18/05/2022. Disponível em [https://www.youtube.com/watch?v=WIk-o\\_a53Aw](https://www.youtube.com/watch?v=WIk-o_a53Aw). Acesso em junho de 2022.

SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE (SciELO). **Critérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos na Coleção SciELO Brasil**. São Paulo; 2020. 42 p. Disponível em <https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/20200500-Criterios-SciELO-Brasil.pdf>. Acesso em maio de 2020.

SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE (SciELO). **Guia de boas práticas para o fortalecimento da ética na publicação científica**. São Paulo; versão setembro de 2018. 6 p. Disponível em <https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/Guia-de-Boas-Praticas-para-o-Fortalecimento-da-Etica-na-Publicacao-Cientifica.pdf>. Acesso em março de 2019.

SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE (SciELO). **SciELO Brasil: sustentabilidade operacional e financeira e relevância**. Relatório. Versão 20 de julho 2021, 8 p. Disponível em <https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/SciELO-Brasil-Sustentabilidade-Operacional-e-financeira-Relatorio-sobre-Consultas-semestrais-20210818.pdf>. Acesso em 29/09/2021.

SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE (SciELO). **SciELO – Linhas prioritárias de ação 2019-2023**. São Paulo; junho de 2021. 14 p. Disponível em <https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/linhas-prioritarias-acao-2019-2023.pdf>. Acesso em 14/07/2021.

SHINTAKU, Milton; SALES, Luana (Orgs.). **Ciência Aberta para editores científicos**. Botucatu: ABEC, 2019. Disponível em [https://www.abecbrasil.org.br/arquivos/Ciencia\\_aberta\\_editores\\_cientificos\\_Ebook.pdf](https://www.abecbrasil.org.br/arquivos/Ciencia_aberta_editores_cientificos_Ebook.pdf). Acesso em 27/07/2022.

SHINTAKU, Milton; SEABRA JUNIOR, Rui Ferreira. A abertura da ciência e os editores científicos. In: SHINTAKU, Milton; SALES, Luana (Orgs.). **Ciência Aberta**

para editores científicos. Botucatu: ABEC, 2019. pp. 29-33. Disponível em [https://www.abecbrasil.org.br/arquivos/Ciencia\\_aberta\\_editores\\_cientificos\\_Ebook.pdf](https://www.abecbrasil.org.br/arquivos/Ciencia_aberta_editores_cientificos_Ebook.pdf). Acesso em 27/07/2022.

SHORE, Cris. Cultura de auditoria e governança iliberal: universidades e a política da responsabilização. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Dossiê C&T – Análises sobre a cultura da avaliação na produção acadêmica, v. 14, n. 1, Jan./Jun. 2009, pp. 24-53. Disponível em <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/3341/2732>. Acesso em 05/05/2022.

SILVA, Fabiano Couto Corrêa da; SILVEIRA, Lúcia da. O ecossistema da Ciência Aberta. **Transinformação**, v. 31, e190001, 2019. ISSN: 0103-3786. DOI: 10.1590/2318-0889201931e190001. Disponível em <http://ref.scielo.org/kmkdcc>. Acesso em 01/08/2021.

SLEMIAN, Andréa. Por uma política de valorização das revistas acadêmicas na área de História. **Revista Brasileira de História** [online]. 2022, v. 42, n. 89, pp. 7-13. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-93472022v42n89-02>. Epub 09 Mar 2022. ISSN 1806-9347. Acesso em 03/07/2022.

SPINAK, E. De pareceristas estrela a pareceristas fantasmas – Parte I [online]. **SciELO em Perspectiva**, 2019a. Disponível em <https://blog.scielo.org/blog/2019/02/05/de-pareceristas-estrela-a-pareceristas-fantasmas-parte-i/>. Acesso em 03/07/2022.

SPINAK, E. De pareceristas estrela a pareceristas fantasmas – Parte II [online]. **SciELO em Perspectiva**, 2019b. Disponível em <https://blog.scielo.org/blog/2019/02/07/de-pareceristas-estrela-a-pareceristas-fantasmas-parte-ii/>. Acesso em 03/07/2022.

STENGERS, Isabelle. A ciência sob o signo do acontecimento. In: \_\_\_\_\_. **A invenção das ciências modernas**. São Paulo: Ed. 34, 2002.

STRATHERN, Marilyn (Org.). **Audit Cultures: Anthropological studies in accountability, ethics and the academy**. London/New York: Routledge, 2000.

## ANEXO I – MATERIAL DE ANÁLISE

### 1. Documentos:

BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE – BOAI. Budapeste, Hungria, 14 de fevereiro de 2002. Disponível em <https://www.budapestopenaccessinitiative.org/read>. Acesso em 20/09/2021.

BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE – BOAI. BOAI10. **Dez anos depois da Budapest Open Access Initiative: estabelecendo o Acesso Aberto como padrão.** Budapeste, Hungria, 12 de setembro de 2012. Tradução realizada pelo Gabinete de Projetos Open Access dos Serviços de Documentação da Universidade do Minho. Disponível em <https://www.budapestopenaccessinitiative.org/boai-10-translations/portuguese>. Acesso em 20/09/2021.

BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE – BOAI15. Budapeste, Hungria, 14 de fevereiro de 2002. Disponível em <https://www.budapestopenaccessinitiative.org/boai15-1>. Acesso em 20/09/2021.

SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE (SciELO). **Critérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos na Coleção SciELO Brasil.** São Paulo; 2020. 42 p. Disponível em <https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/20200500-Criterios-SciELO-Brasil.pdf>. Acesso em maio de 2020.

SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE (SciELO). **Guia de boas práticas para o fortalecimento da ética na publicação científica.** São Paulo; versão setembro de 2018. 6 p. Disponível em <https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/Guia-de-Boas-Praticas-para-o-Fortalecimento-da-Etica-na-Publicacao-Cientifica.pdf>. Acesso em março de 2019.

SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE (SciELO). **SciELO – Linhas prioritárias de ação 2019-2023.** São Paulo; junho de 2021. 14 p. Disponível em <https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/linhas-prioritarias-acao-2019-2023.pdf>. Acesso em 14/07/2021.

### 2. Debates online:

SciELO NETWORK. A Ciência Aberta nas Humanidades. YouTube, 17/05/2022. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=pB7U2lzhNjU>. Acesso em junho de 2022.

SciELO NETWORK. A Ciência Aberta nas Humanidades. YouTube, 18/05/2022. Disponível em [https://www.youtube.com/watch?v=Wlk-o\\_a53Aw](https://www.youtube.com/watch?v=Wlk-o_a53Aw). Acesso em junho de 2022.

SciELO NETWORK. Reunião Anual do SciELO 2021. YouTube, 03/12/2021. Disponível em

[https://www.youtube.com/watch?reload=9&v=nTzCb\\_J0YEU&feature=emb\\_logo](https://www.youtube.com/watch?reload=9&v=nTzCb_J0YEU&feature=emb_logo). Acesso em junho de 2022.

REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 33ª, 2022, Curitiba. Seminário Especial 31 - Periódicos de Antropologia: Políticas de Avaliação, Citação e Divulgação. 30 e 31 de agosto e 1º de setembro de 2022. Online. [https://www.33rba.abant.org.br/trabalho/view?ID\\_TRABALHO=568](https://www.33rba.abant.org.br/trabalho/view?ID_TRABALHO=568)

### 3. Editoriais e postagens em blog mobilizados nos debates:

BISPO, Marcelo de Souza. A impossibilidade da Ciência Aberta sem alteridade e pluralidade epistêmica. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 26, n. 2, p. e210246, 14 Sep. 2021. Disponível em <https://rac.anpad.org.br/index.php/rac/article/view/1505/1719>. Acesso em 03/12/2021. Citado por Luiz Campos na Reunião Anual SciELO 2021.

BRAIT, Beth et al. Bakhtiniana adere à Ciência Aberta. **Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso** [online]. 2022, v. 17, n. 1, pp. 2-15. Disponível em <https://doi.org/10.1590/2176-457356035>. Epub 29 Nov. 2021. ISSN 2176-4573. Acesso em 03/07/2022. Citado por Lilian Nassi-Calò na mesa Abertura de Pareceres.

CAMPOS, L.A.; DE HOLLANDA, B.B. A Ciência Aberta nas Humanidades [online]. **SciELO em Perspectiva**, 2022. Disponível em <https://blog.scielo.org/blog/2022/06/09/a-ciencia-aberta-nas-humanidades/>. Acesso em 19/07/2022.

COTTA, D.; FRANCO, L. G.; ESPINOSA, T. Ciência Aberta: Uma experiência de open peer review na revista Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências [online]. **SciELO em Perspectiva: Humanas**, 2021. Disponível em <https://humanas.blog.scielo.org/blog/2021/10/05/ciencia-aberta-uma-experiencia-de-open-peer-review-na-revisa-ensaio-pesquisa-em-educacao-em-ciencias/>. Acesso em 03/07/2022. Citado por Paula Mendonça na mesa Abertura de Pareceres.

MENDONÇA, Paula Cristina Cardoso; FRANCO, Luiz Gustavo. A CIÊNCIA ABERTA E A ÁREA DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS: PERSPECTIVAS E DIÁLOGOS. **Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências** (Belo Horizonte) [online]. 2021, v. 23, e29175. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1983-21172021230102>. Epub 08 Fev. 2021. ISSN 1983-2117. Acesso em 03/07/2022. Citado por Paula Mendonça na mesa Abertura de Pareceres.

NASSI-CALÒ, L. PLOS reporta sobre publicação do Histórico da Avaliação por Pares Aberta [online]. **SciELO em Perspectiva**, 2022. Disponível em <https://blog.scielo.org/blog/2022/07/05/plos-reporta-sobre-publicacao-do-historico-da-avaliacao-por-pares-aberta/>. Acesso em 03/07/2022. Citado por Lilian Nassi-Calò na mesa Abertura de Pareceres.

NASSI-CALÒ, L. Um olhar sobre a avaliação por pares de propostas de auxílio à pesquisa [online]. **SciELO em Perspectiva**, 2019. Disponível em <https://blog.scielo.org/blog/2019/12/04/um-olhar-sobre-a-avaliacao-por-pares-de->

[propostas-de-auxilio-a-pesquisa/](#). Acesso em 03/07/2022. *Citado por Lilian Nassi-Calò na mesa Abertura de Pareceres.*

SLEMIAN, Andréa. Por uma política de valorização das Revistas acadêmicas na área de História. **Revista Brasileira de História** [online]. 2022, v. 42, n. 89, pp. 7-13. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1806-93472022v42n89-02>. Epub 09 Mar 2022. ISSN 1806-9347. Acesso em 03/07/2022. *Citado por Valdei Lopes de Araujo na mesa Abertura de Pareceres.*

SPINAK, E. De pareceristas estrela a pareceristas fantasmas – Parte I [online]. **SciELO em Perspectiva**, 2019. Disponível em <https://blog.scielo.org/blog/2019/02/05/de-pareceristas-estrela-a-pareceristas-fantasmas-parte-i/>. Acesso em 03/07/2022. *Citado por Lilian Nassi-Calò na mesa Abertura de Pareceres.*

SPINAK, E. De pareceristas estrela a pareceristas fantasmas – Parte II [online]. **SciELO em Perspectiva**, 2019. Disponível em <https://blog.scielo.org/blog/2019/02/07/de-pareceristas-estrela-a-pareceristas-fantasmas-parte-ii/>. Acesso em 03/07/2022. *Citado por Lilian Nassi-Calò na mesa Abertura de Pareceres.*